

Universidade Federal do Pará  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Faculdade de História  
Mestrado em História Social da Amazônia

**ÉRITO VÂNIO BASTOS DE OLIVEIRA**

**MODERNIDADE E INTEGRAÇÃO NA AMAZÔNIA:  
*INTELLIGENTSIA E BROADCASTING* NO ENTRE GUERRAS,  
1923 -1937**

Belém  
2011

**ÉRITO VÂNIO BASTOS DE OLIVEIRA**

**MODERNIDADE E INTEGRAÇÃO NA AMAZÔNIA:  
*INTELLIGENTSIA E BROADCASTING* NO ENTRE GUERRAS,  
1923 -1937**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia. Orientador: Professor Doutor Aldrin Moura de Figueiredo (PPHIST/UFPA).

Belém  
2011

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPa, Belém-PA)

---

Oliveira, Érito Vânio Bastos de

Modernidade e integração na Amazônia: *intelligentsia* e *broadcasting* no entre guerra, 1923-1937 / Érito Vânio Bastos de Oliveira; orientador, Aldrin Moura de Figueiredo. - 2011

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2011.

1. Amazônia - História - 1923-1937. 2. Intelectuais - Amazônia. 3. Radiodifusão - Amazônia. 3. Política e cultura - Amazônia. I. Título.

CDD - 22. ed. 981.1

---

## ÉRITO VÂNIO BASTOS DE OLIVEIRA

### **MODERNIDADE E INTEGRAÇÃO NA AMAZÔNIA: *INTELLIGENTSIA E BROADCASTING* NO ENTRE GUERRAS, 1923 -1937**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia. Orientador: Professor Doutor Aldrin Moura de Figueiredo (PPHIST/UFPA).

Data de Defesa: \_\_\_/\_\_\_/2011.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Aldrin de Moura Figueiredo (Orientador - PPHIST/UFPA)

---

Profª. Dra. Laura Antunes Maciel (Membro – PPGH/UFF)

---

Profª. Dra. Franciane Gama Lacerda (Membro – PPHIST/UFPA)

---

Prof. Dr. Antônio Maurício Dias da Costa (Suplente – PPHIST/UFPA)

*Para Dona Idália,  
inspiração minha e dessa pesquisa,*

## ***AGRADECIMENTOS***

Durante o encaminhamento dessa pesquisa e feitura do trabalho, vários amigos, professores do Departamento de História e de Antropologia da Universidade Federal do Pará, pesquisadores e entes queridos deram, de múltiplas maneiras a sua paga criteriosa, quase sempre crítica, mas sempre carinhosa. Aos colegas que enfrentaram o sabor das discussões e apreensões nas disciplinas creditadas no Programa de História Social da Amazônia, como os amigos Maurel Barbosa, Eveline Almeida, Vanice Siqueira e Túlio Chaves. Meus préstimos de reconhecimento, admiração, entusiasmo intelectual e orientações, tanto referentes ao meu trabalho de pesquisa quanto reflexões estimulantes e desafiadoras no campo do ofício e práticas do historiador, aos meus colegas professores Rafael Chambouleyron, Magda Ricci, Franciane Lacerda, Mauro Coelho e ao professor Flávio Leonel da Silveira, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará, com valiosas contribuições sobre o estatuto da imagem e imaginário. Todos em suas aulas demonstraram atenção e cuidado, não se omitindo em orientar e debater os projetos e compartilhar conosco, as nossas dúvidas de iniciantes.

Não posso deixar de mencionar o meu amigo e profícuo historiador Tony Leão da Costa com a sua inquietação e fermentação intelectual que sempre foram para mim, no mínimo, um valioso estímulo. Juntos, mais os colegas Maurel e Eveline, criamos um grupo de estudo chamado “Cultura e Política” que atizou ainda mais o nosso interesse pelas conexões entre história, filosofia e ciências sociais.

O próprio Programa do Mestrado em História Social da Amazônia na presença solícita, gentil e sincera da Lilian tornaram agradáveis o tempo de minha estada no curso, para não esquecer, a visível eficiência.

Meus agradecimentos reportam-se necessariamente para as instituições de pesquisa e seus pacientes funcionários como A Biblioteca Pública Arthur Vianna, setores de Microfilmagem e o de Obras Raras. Neste último, não posso esquecer a atenção e contribuição do meu colega e historiador Alan José.

Este trabalho seria talvez apenas uma sombra, não fosse o carinho, a paciência e o incentivo que recebi nesse tempo todo, de Vânia Maria de Lima Bastos, minha mãe, e de Francisca de Sousa Nascimento, minha noiva e um dos maiores exemplos de pessoa que aprendi a admirar. Sem elas, talvez tudo ficasse na sombra.

Por fim, um agradecimento especial para o meu orientador Aldrin Moura de Figueiredo, pela atenção, incentivo e peculiar paciência com meus atrasos. Intelectual de grande nota, sem dúvida, se apresenta como um dos maiores pensadores da Amazônia em nosso tempo. É um privilégio a sua companhia, principalmente pela raríssima capacidade que ostenta de reunir erudição, inconformismo, engajamento e uma simpatia e leveza de espírito, própria de pessoas que entraram para a eternidade dentro do frescor de quem observa uma tela. Os meus sinceros agradecimentos.

Belém do Pará, julho de 2011

## **Sumário.**

*Resumo*

*Abstract*

*Lista de Fotografias, 11.*

*Apresentação, 12.*

### *Capítulo 1:*

*Uma proto-história do rádio na Amazônia, 1923-1929.*

1. A germinação do rádio na Amazônia: o grupo dos fundadores, 20.
  - 1.1. Roberto Camelier e a literatura européia sobre *broadcasting*, 24.
  - 1.2. Para além dos cabos, um telegrafista em busca do rádio, 41.
  - 1.3. A política Velha à espera do veículo novo, 48.
  - 1.4. Água e sonhos: comunicações e idéias na conquista do rádio na Amazônia, 54.
  - 1.5. A modernidade tecnológica tem lugar: a Casa Relâmpago, 64.
2. P. Erre Aéfe: o nascimento do rádio na Amazônia, 71.
  - 2.1. Política e simbologia: a primeira indumentária do rádio paraense, 71.
  - 2.2. Os primeiros passos da emissora: organização, manutenção, precariedade tecnológica e diletantismo, 76.
  - 2.3. O que se ouvia? Os primeiros programas de rádio, 81.

### *Capítulo 2:*

*A “ma-gue-nhe-fe-ca” Voz da Amazônia! Cultura e política na integração da Amazônia pelas ondas do rádio, 1929-1937.*

1. A voz do Pará ou dos modernos? Os intelectuais conhecem o rádio, 88.
  - 1.1. As ligações: a emissora e os círculos sociais e culturais, 88.
  - 1.2. O grupo do Grande Hotel: Edgar Proença e o início da intelectualidade do rádio, 96.
  - 1.3. Os festivais de arte: intelectuais e radiodifusão, 108.
2. *Public Speaker*: A “revolução brasileira” pelas ondas do rádio, 122.
  - 2.1. A voz do Pará: integrando a “planície” pelas ondas do rádio, 131.

### *Epílogo:*

*Virando o dial? A voz do Pará sem Magalhães Barata, 139.*

*Fontes e Bibliografia, 144.*

*Modernidade e integração na Amazônia: intelligentsia e broadcasting no entre guerras, 1923-1937.*

## **RESUMO**

Modernidade e integração na região chamada Amazônia, vez ou outra, sempre ouvimos na mídia, nos meios intelectuais, entre políticos das mais variadas tendências, do Norte e de outras regiões do país, e surgem questionamentos sobre qual o melhor caminho para a Amazônia. Projetos e ideologias foram criados, normalmente girando em torno das possibilidades de modernidade e integração para a região, há muito considerada reserva de lendas e minérios, o reino da floresta e da “planície”, espaço isolado, distante, verdadeiro “vazio” de “éden tropical” ou “inferno verde”. Desde os embates na Colônia e no Império sobre integrar ou separar do poder central até aos grandes projetos nos anos de 1970, a *intelligentsia* local e os meios de comunicação manifestaram ponto de vistas e assumiram, em muitos casos, posicionamentos políticos, principalmente a partir dos séculos XIX e XX. Tentei entrar um pouco nesse debate, reportando-me às primeiras décadas do século XX, e encontrando nesse passado, personagens que espelham os novos atores do presente: os intelectuais e o meio de comunicação mais moderno do entre guerras, ao lado do cinema, o rádio.

**Palavras-Chave:** Rádio, modernidade, integração, intelectuais, cultura e política.

## **ABSTRACT**

Modernity and integration in the region called Amazon, and again, whenever we hear in the media, intellectual circles, among politicians of the most varied, North and other regions of the country, and questions arise about the best way to Amazonia. Projects and ideologies were created, usually revolving around the possibilities of modernity and integration in the region, long considered a legend and mineral reserves, the kingdom of the forest and the "plain", isolated space, far, a true "void" of "tropical paradise "or" green hell ". Since the clashes in the Colony and the Empire on integrated or separate from central government to large projects in the 1970s, the local intelligentsia and the media point of views expressed and assumed, in many cases, policy positions. I tried to get a little in this debate, I refer to the first decades of the twentieth century, and finding this past characters that reflect the new actors of this: the intellectuals and the most modern means of communication between the wars, next to the cinema, radio .

**Keywords:** Radio, modernity, integration, intellectual, and political culture.

## ***LISTA DE FOTOGRAFIAS***

Fotografia 1 - Charge de Roberto Camelier.....	27.
Fotografia 2 – Charge de Roberto Camelier.....	29.
Fotografia 3 - Bernad Palissy.....	29.
Fotografia 4 – Eriberto Pio dos Santos.....	41.
Fotografia 5 - Bar-Teatro Paraense e Cervejaria Paraense.....	66.
Fotografia 6 – Boulevard Castilho França.....	66.
Fotografia 7 – Espécie de “marca” ou “logotipo” da emissora “P.R.A.F.”.....	70.
Fotografia 8 - Esquema de um modelo de circuito de rádio de galena.....	79.
Fotografia 9 - Anúncio de propaganda de modelo de rádio com alto-falantes.....	79.
Fotografia 10 - Ilustração francesa de um <i>Theatrophone</i> .....	92.
Fotografia 11 – Capa de Belém Nova, agressões sofridas por Paulo de Oliveira.....	112.
Fotografia 12 - Banquete no Grande Hotel para os tripulantes de um navio alemão....	118.
Fotografia 13 - Índias do Amazonas aprendendo a saudação integralista.....	120.
Fotografia 14 - Magalhães Barata.....	125.
Fotografia 15 - Abguar Bastos.....	128.
Fotografia 16 - Magalhães Barata “inspecionando” a construção de uma rodovia.....	133.
Fotografia 17 - Espécie de “logomarca” da emissora com o novo prefixo PRC-5.....	136.

## ***Apresentação***

Pesquisar sobre a história do rádio sempre me provocou de alguma maneira. Ainda na graduação, surgiu a oportunidade de estudar esse meio de comunicação dentro de um projeto de Iniciação Científica. Nesse tempo, pelos idos de 1998 ou 1999, quase não havia pesquisa sobre a história dos meios de comunicação modernos no Pará: alguma pesquisa sobre cinema, poucos trabalhos sobre música popular e nada sobre a história do rádio em nossa região. Pesquisava-se, por exemplo, escravidão, trabalho operário, arranjos políticos na Colônia e no Império. Tínhamos poucas obras acadêmicas de referência sobre o assunto em nossos centros acadêmicos de pesquisa. Inquietações de um jovem universitário não tardaram a acontecer: como vou me virar com um tema desses? De algumas resistências e dúvidas, no entanto, acabei notando que o rádio era mais que um tema a ser pesquisado e escrito para um trabalho de conclusão de curso, ele me convidava para uma viagem pessoal, evocando sentimentos e lembranças de pessoas, lugares e experiências que me traziam a sombra da nostalgia, rememorando um tempo onde eu ouvia o rádio e sentia que a casa de dona Idália, minha avó, era enorme. Reminiscências evocadas a partir do rádio e que traziam, enredadas nelas, a imagem da casa, da rua, do almoço, do jantar, de um dia inteiro da minha vida quando criança <sup>1</sup>. Percebera da forma mais sensível que contar a história do rádio era contar uma história do homem, entrar, de alguma maneira, em recônditos de sua memória, em “camadas” de lembranças <sup>2</sup>.

A pesquisa que originou a monografia de graduação teve início com a consulta de revistas e jornais da época em que a Rádio Clube do Pará, primeira emissora de rádio da Amazônia, foi criada, em 1928. A partir de então, passei a acompanhar as notícias sobre o ambiente radiofônico em Belém e as experiências das pessoas envolvidas com o rádio: periódicos como *A Semana* e gazetas de grande circulação na capital paraense, como a *Folha do Norte*, *O Estado do Pará*, *A Vanguarda* e *A palavra*, oportunizaram o acesso a muitas informações sobre o *broadcasting* paraense. A maioria desses jornais, pesquisados no setor de Microfilmagem ou de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur

---

<sup>1</sup> OLIVEIRA, Érito Vânio Bastos de. *Imagens sonoras: o universo sensível e imaginário do rádio na Amazônia, 1928-1940*. *Revista história e história*, seção: Alunos, UNICAMP, 25 de maio de 2010.

<sup>2</sup> SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 24-30.

Vianna, publicava a programação do dia, curiosidades sobre rádio, sugestões e conselhos aos “novatos” radioamadores e ouvintes, ofereciam informações técnicas sobre frequência, recepção, sinal, uso do aparelho receptor e recebiam cartas dos ouvintes. Essas informações eram publicadas em colunas dedicadas ao assunto, como “Radiotelefonia”, “Rádio-Folha”, “Rádiovisão” e “Ondas Sonoras”.

Analisando essa documentação de imprensa, repleta de variada informação sobre o rádio, notei aspectos recorrentes e incisivos nesse observatório do rádio nos anos 30: a presença marcante de intelectuais dentro da emissora paraense, atuando como produtores culturais na nova mídia. Dessa constatação resolvi, apresentar um trabalho que versasse sobre a produção e reprodução cultural na radiodifusão da Amazônia, recortando cronologicamente de 1928 a 1945.

Passados alguns anos, retomei a pesquisa para o projeto de mestrado, decidido a dissecar as relações entre os intelectuais dos anos 20 e 30 com a emissora paraense, tentando recompor as experiências dessa *intelligentsia* dentro do *broadcasting* paraense. No momento inicial deduzi, com base em pesquisas anteriores, que essas experiências giravam entre a modernidade e a civilidade como valores que colavam ou se afastavam do artefato tecnológico e cultural chamado rádio. Paralelamente, visei sobre uma bibliografia que contemplava a história das rádios em vários estados do Brasil, principalmente as de São Paulo e Rio de Janeiro, artigos sobre a legislação de rádio do período ou aludindo sobre a massificação da música popular pelas ondas do rádio. Os estudos frankfurtianos sobre os *mas media*, paralelamente, oportunizaram que os caminhos dessa minha pesquisa até então, focados na discussão sobre “modernidade”, entrasse no debate que Adorno e Horkheimer enquadrou a partir do conceito de “indústria cultural”<sup>3</sup>. Desse enfrentamento inicial, onde apressadamente associava “modernidade” com “indústria cultural” na Amazônia dos anos 30, foi se redirecionando os objetivos dessa pesquisa para entender o rádio e, os meios de comunicação, não dentro desse debate, mas dentro de um processo social que se integrava às práticas culturais vivenciadas numa capital como Belém do Pará, do final dos anos 20 e durante a década seguinte.

Esse redirecionamento teórico, obviamente, encontrava correspondência com a investigação empírica. Nesse sentido, em seguida, fui caçar outras fontes no Museu da Universidade Federal do Pará, consultando a Coleção Vicente Salles onde encontrei

---

<sup>3</sup> ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, pp. 113-156.

uma pasta com recortes de jornais devidamente organizados, do período que estava estudando até meados dos anos 80. Esse material possibilitou um olhar panorâmico e diacrônico mais amplo, ao oferecer indícios de uma memória da imprensa sobre o rádio. Avanços e digressões passaram, então, a serem mais recorrentes. A leitura bibliográfica revelou-me a insuficiência de informações sobre o rádio dos anos 20 e, quase nada, sobre o período anterior, de sua proto-história. Quando muito, aparecem como temas cabotinos do rádio dos anos 30 e, principalmente, da chamada “Era de Ouro do Rádio”. Ao decidir-me pelo desafio de contar uma proto-história do rádio na Amazônia, emergiram tramas novas, pouco visitadas pela historiografia, como as filiações com o telégrafo e o seu entendimento dentro de um panorama mais amplo da história das comunicações no Estado. Enredado nisso, tramas políticas fertilizaram esse percurso ainda nos anos 20, com o uso político da radiotelegrafia e radiotelefonia. A observação desses antecessores do rádio e como foram usados em diversas localidades da Amazônia pelo poder político e institucional para promover uma integração dentro desse vasto território, trouxe imagens associativas com a decantada política de integração e unidade nacional, ambicionada e defendida no Governo Vargas, a partir dos anos 30.

Aos poucos fui percebendo uma constelação de imagens e significados, porém não de modernidade e “civilização”, mas de modernidade e integração que eram evocadas desde o período da *belle-époque*. Imprensa, literatos, políticos, fazendeiros e comerciantes, todos, de alguma maneira e do seu jeito, associavam a modernidade que entendiam viver com estar integrado.

Estilisticamente, mas com aporte metodológico, resolvi narrar essa proto-história a partir de trajetórias individuais, dando destaque para as de Roberto Camelier, Eriberto Pio dos Santos e Edgar Proença, fundadores e diretores da emissora. Arelado a eles, principalmente a Edgar Proença, formou-se uma intelectualidade do rádio, responsável pela organização artística e difusão cultural no novo meio de comunicação. Neste trabalho, procurei estar atento as experiências e a produção intelectual dessa *intelligentsia* dentro e a partir do rádio. O próprio entendimento do conceito “rádio” aqui nesse trabalho remete, entre múltiplas possibilidades, ao de um campo de produção radiofônica onde tomam parte diversos agentes sociais, disputando espaços, selecionando conteúdos, definindo programação e, um deles, em especial, os intelectuais tornaram-se o escopo de investigação e narrativa desses primeiros anos da trajetória do rádio em terras amazônicas.

A segunda parte do trabalho, centrada no recorte cronológico que coincide o seu início com a rádio divulgando a “revolução de 30” no Pará e, estende-se até a instalação do Estado Novo e o quase desaparecimento da emissora paraense. Aqui, além dos protagonistas citados, os intelectuais e a rádio, somou-se um terceiro, interagindo de múltiplas maneiras com os demais: Magalhães Barata e a sua política de integração da capital aos municípios do interior do Estado. Analisando a documentação oficial destinada à Secretaria de Governo, na Interventoria de Magalhães Barata e, depois, do governo de José da Gama Malcher, foi possível observar os interesses recíprocos, o envolvimento da emissora e o poder político local na realização de um projeto político e cultural comum: a massificação da cultura e da política através de alto-falantes instalados em diversas cidades do interior amazônico, escutando “A voz do Pará”.

Essa documentação localizada no Arquivo Público do Estado do Pará dirimiu sombras existentes na documentação dos jornais e das revistas. Enredado nisso, passei a oferecer mais atenção para as fontes visuais, procurando narrar essa trajetória do rádio por imagens. Ao lado disso, busquei fontes sonoras sobre o rádio desse período, porém, a inacessibilidade dos locais de pesquisa como o Museu da Imagem e do Som de Belém, bem como, a dificuldade em se encontrar arquivos com esse material organizado, ofereceu limites à condução dessa pesquisa. A própria Rádio Clube do Pará não dispõe de documentação sobre grande parte de sua história, arquivos perderam-se ou foram destruídos, ao longo do tempo.

As dificuldades, por sua vez, não ficaram restritas ao campo da pesquisa histórica. Debates teóricos e uma literatura consistente que verse caminhos sobre estudos dos meios de comunicação em geral, e particularmente, no Brasil, oferecem resultados ainda longe da importância que essas tecnologias de comunicação assumiram na contemporaneidade. Os estudos sobre rádio dentro da produção acadêmica das principais universidades do país oferecem um bom exemplo desse “indiferentismo”, “cabotinismo” ou pelo menos, “esquecimento” que a história e a memória do rádio experimentam. Se observarmos, nos encontros mais representativos de historiadores para sociabilizarem e debaterem suas pesquisas, organizados pela ANPUH, não encontramos, até o momento, um Simpósio Temático direcionado para estudos sobre rádio no Brasil. Se, por um lado, outros meios de comunicação começaram a receber a atenção, há pouco tempo, dos organizadores desses encontros nacionais com simpósios dedicados a debater especificamente, “cinema”, “televisão” e “internet”, ou temas relacionados como “música popular”, “teatro” ou ainda “tecnologia” e “ciência”.

Contudo, e o rádio? Esse silêncio acadêmico sobre um meio de comunicação como o rádio, de um tempo para cá foi relativamente rompido com a inserção de debates referentes a *mas media* e as indústrias culturais nas linhas de pesquisas de alguns programas de mestrado e doutorado em História. Entre o corpo docente, ainda é pequeno o número de doutores especializados em estudos sobre mídia e, particularmente, sobre rádio. Nas próprias linhas de pesquisa e grupos de pesquisa organizados com subsídio de fomento à pesquisa, aparecem poucos projetos destinados ao tema. Assim, fica o incômodo de perguntar por que os estudos sobre mídia e, particularmente, sobre rádio, ainda não recebeu um estatuto de área de conhecimento e investigação importante dentro da pesquisa histórica realizada nas universidades? Esse “lugar desconsiderado” que o rádio tem ocupado nas preocupações acadêmicas de centros universitários não é uma realidade apenas nacional. Jean-François Tetú se preocupou em debater essas questões dentro do campo das pesquisas acadêmicas realizadas nos últimos anos em França. Em seu artigo “LA RADIO, UN MÉDIA DÉLAISSÉ”, o autor argumenta como os estudos sobre rádio em França aparecem entre os menos considerados na produção realizada nas duas últimas décadas dentro das universidades francesas<sup>4</sup>. Os estudos culturais ingleses e, principalmente trabalhos de pesquisadores norte-americanos, estão entre os que mais dedicaram atenção para os meios de comunicação, reconhecendo a sua importância social, política e cultural dentro das sociedades contemporâneas.

Os estudos brasileiros sobre rádio, no Brasil, de um modo geral, até o final dos anos 80, centravam suas discussões sobre problemas inicialmente postos pela Escola de Frankfurt, como “indústria cultural”, “emissores dominantes versus receptores dominados”, os meios de comunicação, a exemplo do rádio, como instrumentos manipulatórios da população de ouvintes. Mais tarde, outras abordagens romperam ou pelo menos, relativizaram essas conclusões teóricas. Na América Latina, alguns autores como Martin-Barbero, apresentaram novos problemas e, conseqüentemente, novas leituras sobre os meios de comunicação e os processos de criação e veiculação de uma produção cultural. Barbero foi um dos estudiosos que criticou a proposta frankfurtiana de “emissores – dominadores e receptores – dominados”, pois, segundo o autor, essa visão desconsidera qualquer indício de sedução e resistência:

---

<sup>4</sup> TETÚ, Jean-François. La rádio, um média délaissé. *Institut d'études politiques (IEP), Lyon*. Université Lumière Lyon.

“... alguns pesquisadores começaram a suspeitar daquela imagem do processo na qual não cabiam mais figuras além das estratégias do dominador, na qual tudo transcorria entre emissores-dominantes e receptores-dominados sem o menor indício de sedução ou resistência.”<sup>5</sup>

Embora aqui, nesta dissertação, o propósito não tenha sido estudar, especificamente, o campo da recepção radiofônica, as discussões envolvendo dominação e poder dentro de um meio de comunicação como o rádio, ganham outro sentido para além da imagem reducionista de controle social. Principalmente no capítulo que discuto cultura e política a partir do rádio, procurei demonstrar como a emissora paraense não foi um mero instrumento ideológico nas mãos de um grande político da época, o interventor Magalhães Barata, em vez disso, foram os próprios diretores da rádio, interessados nas *benesses* dessa “parceria” que ofereceram um plano de radiodifusão para a Amazônia paraense.

Outro debate importante colocado por alguns estudiosos sobre os meios de comunicação na América Latina foi, sem dúvida, o da massificação radiofônica. Para Barbero, essa massificação teve o seu início na América Latina na década de 30, sendo entendida como de uma cultura urbana formada dentro de um processo de hibridização do nacional e do estrangeiro<sup>6</sup>. Alguns autores brasileiros dedicaram atenção ao fenômeno da massificação pelos meios de comunicação e a constituição de “indústrias culturais” no Brasil, a partir dos anos 40, discutindo tradição e modernidade cultural. Esse é o caso do trabalho do sociólogo Renato Ortiz em *A Moderna Tradição Brasileira: Cultura Brasileira e Indústria Cultural*<sup>7</sup>. Outros estudos enveredaram na discussão sobre a massificação radiofônica a partir da compreensão do modelo de rádio adotado na radiodifusão brasileira. Assim, grosso modo, eles empacotam os modelos de rádio adotados no Brasil como: o dos anos 20 como cultural, o dos anos 30 como o de passagem para o comercial e o dos anos 40 em diante, como sendo predominantemente comercial e, inserido dentro de uma indústria cultural. A partir dessa compreensão, a massificação pelo rádio passou a ser explicada em função do momento em que o veículo foi se profissionalizando e tornando-se comercial com o uso de verbas publicitárias.

---

<sup>5</sup> MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações: Comunicação, cultura e hegemonia*. RJ: Editora UFRJ. 2ª edição, p. 15.

<sup>6</sup> Idem, p. 224.

<sup>7</sup> ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: Cultura Brasileira e Indústria Cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

Sem dúvida, essa explicação pode ser válida para diversos casos de emissoras, principalmente de Estados como Rio de Janeiro e São Paulo, que desfrutavam de uma economia circulante e de investimentos que possibilitaram a compra de emissoras por empresários ou, mais comum, instalação de agências de publicidade e desenvolvimento da propaganda pelo rádio. Essa condição das rádios paulistas e cariocas não deve ser generalizada para os outros contextos radiofônicos regionais do país nesse período, anos 30, sem o cuidado devido às especificidades. Na Amazônia paraense, por exemplo, a única emissora de rádio, Rádio Clube do Pará, até procurou contar com a propaganda comercial e, assim, apostar numa massificação semelhante a que estava ocorrendo em São Paulo e no Rio de Janeiro. Entretanto, a crise econômica na região, a desconfiança dos anunciantes no novo meio impossibilitavam no Pará uma massificação oriunda pelo “modelo” comercial de rádio. A solução encontrada pelos homens de rádio no Pará foi buscar outro modelo de massificação: a massificação atrelada à política e, enredado nela, a divulgação de uma política cultural que mesclava as propostas culturais do Ministério da Educação <sup>8</sup>, as defendidas por um modernismo local que passou a investir num discurso técnico, alinhado com o estético e cultural propalado em suas pelepas nos anos 20 e as propostas educativas da interventoria de Magalhães Barata no Estado do Pará.

O debate da massificação cultural através dos *mas media* ganhou apocalípticos e integrados. Entre os “detratores” encontramos uma vertente culturalista que defende a idéia de uma degradação cultural dentro desse processo de massificação midiático, outros enxergam nesse processo, tão somente, manipulação e controle social. Este trabalho, embora não focalize o período em que esse debate começou a ser mais crepuscular, portanto, a partir do final dos anos 40 e anos 50, as discussões aqui colocadas sobre o início de uma produção cultural midiática, especificamente radiofônica, na Amazônia como criação intelectual e sensível de uma *intelligentsia* local, em diálogo com outros contextos sócio-culturais, recolocam para o presente, questões importantes sobre o caráter da produção cultural e de seus criadores, sua responsabilidade social e sua intervenção e experiência estética a partir de um meio de comunicação social como o rádio.

Por fim, talvez seja importante explicar por que no título dessa dissertação eu afirmo apresentar um estudo sobre o rádio na Amazônia. A primeira emissora de rádio

---

<sup>8</sup> SCHWARTTZMAN, Simon. et alli. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: FGV, 2000. Ver principalmente o capítulo II, intitulado “Políticas e ideologias da Educação”.

que surgiu na Amazônia foi a Rádio Clube do Pará, em 1928, e até 1945 foi a única emissora de radiodifusão a funcionar em toda a Amazônia. O âmbito em que procuro problematizar esse meio de comunicação dentro da Amazônia não é pelo viés da recepção radiofônica, embora seja importante, mas pelo da produção radiofônica nesse primeiro período de sua trajetória. A produção radiofônica realizada na Rádio Clube do Pará era, nessa cronologia inicial, a única em experiências e discursos na região amazônica. No plano do alcance das ondas da emissora, torna-se necessário dizer, assim explicitado no capítulo II, em meados da década de 30, a então PRC-5 dispunha de uma estação de ondas curtas cujo alcance do seu sinal chegava a alguns municípios de outros estados da Amazônia. No início dos anos 40, a emissora passou a irradiar em ondas tropicais, abarcando grande parte da Amazônia desse período. Assim, a rádio nasceu e se firmou como uma emissora da cidade de Belém, interagindo e intervindo no cotidiano de parcelas da população citadina, mas, não demorou, na expansão do seu sinal, evocar a idéia de “A voz do Pará” e, finalmente, ser alcunhada como “A voz que fala e canta para a planície”... A planície amazônica.

O desafio de contar um pouco da trajetória do rádio na Amazônia não foi fácil, mas foi saboroso e interessante, recheou-se de dúvidas, incertezas, entusiasmo e percalços. Doravante, ficarei agradecido e satisfeito se este trabalho contribuir, de alguma maneira, para encorajar estudos e pesquisas futuras sobre esse universo de ondas que é o rádio.

## ***Capítulo 1:***

### ***Uma proto-história do rádio na Amazônia (1923-1929)***

#### ***1. A germinação do rádio na Amazônia: o grupo dos fundadores***

Durante todo o mês de maio até o dia 08 de junho de 2008 esteve em cartaz, no espaço cultural dedicado principalmente às atividades teatrais – o espaço Cuíra - o espetáculo chamado “PRC-5: A voz que fala e canta para a planície”. Pelo título, percebe-se a referência a uma emissora de rádio e, pela orquestração semântica das palavras, outro dado foi informado ao leitor ou espectador leigo: o termo “planície” aporta, desde logo, indícios de uma emissora radiofônica específica e, durante muito tempo, única. A emissora que se tornou a “voz” para uma cidade e, por fim, para uma vasta região de um Brasil setentrional: a Rádio Clube do Pará, a primeira mídia de maior repercussão social e cultural para o conjunto de uma população de uma região chamada e entendida como Amazônia.

Doravante, de volta a peça, algumas questões podem aparecer, a partir da observação atenta, de algumas referências pontuais: a primeira delas seria indagar o porquê de encenar uma peça teatral sobre um meio de comunicação como o rádio? Quais os significados, a importância e os possíveis interesses envolvidos? A segunda, por sua vez, seria lançar um olhar questionador sobre a cronologia da peça, portanto, por que foi encenada do final de abril até início de junho de 2008? Procurar responder a essas perguntas podem dizer muito sobre as razões dessa peça sobre a Rádio Clube. Iniciando pela última, o ano de 2008 é importante porque é a simbologia de uma nascença, de um aniversário... de oitenta anos! Em 22 de abril de 1928 nasceu, na capital paraense, a primeira emissora de rádio da Amazônia e, desde então, foram construídas historicamente imagens que constelavam a emissora à cidade de Belém, ao morador interiorano, ao habitante da planície amazônica. Uma das diretoras da peça, Karine Jansen, enfatizou que esta peça foi “uma forma de contar com singeleza a

história da minha cidade, da cidade em que nasci, vivo e atuo”<sup>9</sup>. Dito dessa maneira, encenar uma peça sobre a primeira rádio de Belém foi extrapolar fronteiras de significados e simbologias, do presente para o passado e, deste para o hoje, e por que não dizer, para o amanhã!

Para alguns, foi arrumar as malas e embarcar de volta para o passado! E que passado sentido e revivido seria esse? As reações, os gestos e comentários de uma parte significativa da platéia, vinda de uma geração que nasceu ouvindo apenas rádio, pareceu sugerir se tratar de um passado lúdico, saudoso, sentimental e, portanto, próximo, evocando um “clima familiar”<sup>10</sup> e, o que é muito importante, de cada um deles, desses pais e avós que aprenderam, sonharam e divertiram-se ouvindo a PRC-5, “a voz que fala e canta para a planície”<sup>11</sup>.

Então, mas quando essa “planície” passou a ouvir a sua voz? E a cidade de Belém a escutar seus sons e chiados? Mais uma vez, o itinerário e o movimento desse passado podem ser sugeridos nos próprios indícios encontrados na construção e apresentação da referida peça. O seu autor foi o jornalista, radialista e produtor cultural Edir Augusto Proença, um dos netos de Edgar Proença, celebrado fundador da emissora para a “planície”. Edir Proença ao escrever essa peça, ambientada nas memórias do seu avô e do seu pai, Edyr Proença, firmava uma genealogia fundadora e consolidadora, há tempos construída e reconhecida na memória e história do rádio paraense. Edir organizou a ação, a trama na encenação de um dia inteiro de programação, onde nove atores procuram “reviver a época da primeira emissora de Belém”. Outro dado importante refere-se à cronologia da ação teatral representada, recortando e “reportando” ao período entre 1938 a 1945, caracterizado na peça como o das radionovelas, das narrativas de futebol, das atrações musicais e das mensagens radiofônicas. Enfim, no preâmbulo, no ensaio dessa história podemos devanear nas interconexões entre memória e história, um pouco sobre esse trajeto social, cultural e sensível “de uma história que não foi esquecida, mas, talvez, ficou um pouco

---

<sup>9</sup> Peça teatral intitulada *PRC-5: A voz que fala e canta para a planície*, comemorativa aos 80 anos de existência da Rádio Clube do Pará, e dirigida por Karine Jansen e Wlad Lima

<sup>10</sup> Resultado das impressões que notei na platéia, em sua maioria, idosos e, vários parecem ter vindo assistir a peça com a família. As reações, os “murmurinhos”, os olhares evocavam lembranças com um ar nostálgico, de uma época que sentiram e viveram.

<sup>11</sup> Expressão alcunhada por Edgar de Campos Proença, considerado um dos fundadores da Rádio Clube do Pará, a partir de meados dos anos 30, quando a emissora conseguia irradiar programação para vários municípios do Estado do Pará e, de outros estados vizinhos, através de uma estação de ondas curtas e alto-falantes instalados em várias localidades da “planície” amazônica.

adormecida”, como lembra Karine Jansen, até porque “a cidade ainda vive a Rádio Clube, ainda vive essa idéia”<sup>12</sup>.

Este primeiro capítulo busca os significados, os movimentos, as matrizes dessa “idéia”, responsável por uma proto-história, pelo advento e nascimento do rádio na Amazônia.

Alguns indícios da maturação dessa “idéia” de fazer rádio na Amazônia aparecem representados em algumas memórias: “Aliás, o que parece é que foi ontem que tudo começou, seguindo a linha de entusiasmo de Roquette Pinto, que fundara no Rio a sua emissora, sendo seu gesto imitado em Ribeirão Preto e, depois, pelos irmãos Moreira Pinto, em Pernambuco.”<sup>13</sup> Começou, dessa maneira, a narração memorialística do homem de rádio Edyr Proença, filho de um dos pioneiros e fundadores do rádio na Amazônia, quando escreveu, em dezembro de 1988, para uma edição comemorativa do caderno da TV Cultura do Pará, lembrando e “contando” sobre a história inicial da primeira emissora de rádio da Amazônia, a Rádio Clube do Pará. Fazendo referência sobre como tudo começou, como surgiu e foi organizada a emissora paraense, dando nota às mentes e corações que construíram o perfil e fizeram a “voz” da rádio, essa história “contada” faz emergir detalhes e indícios das práticas, contatos, movimentos e idéias de um grupo específico, responsável pelo advento do rádio na Amazônia.

Como homem das comunicações, vivendo no rádio e na imprensa, Edyr prossegue, contando, comunicando sobre as matrizes e as referências que orientaram o surgimento da emissora paraense, ao lembrar que “Eram as Rádio Clube, que inspiraram o grupo liderado por Edgar Proença, Roberto Camelier e Eriberto Pio dos Santos a fundar a do Pará”<sup>14</sup>. Mergulhando nessas memórias precisamos ter o cuidado de não sermos reféns delas, de sua assumida autoridade! Edyr Proença narra as suas memórias sobre a trajetória da Rádio Clube do Pará no momento de comemoração dos sessenta anos de existência desse veículo de comunicação em terras amazônicas, apresentando-se como “guardião” de uma memória e legítimo continuador de uma genealogia das comunicações no Pará, sobretudo da radiodifusão.

Ao referir-se diretamente sobre como surgiu a Rádio Clube do Pará, o nosso homem do rádio trouxe informações que alavancam um mito fundador na radiodifusão

---

<sup>12</sup> Ver o vídeo PRC-5 TVJA, postado no dia 18/05/2008 no youtube.

<sup>13</sup> Depoimento de Edyr Proença, 01 de dezembro de 1981.

<sup>14</sup> *Ibidem*.

amazônica, personificada na “trindade fundadora” composta do advogado Camelier, do telegrafista Pio dos Santos e do jornalista e colunista social Edgar Proença. Esses três homens foram considerados, na memória social sobre as comunicações no Pará, como os líderes do grupo de fundadores da primeira emissora de rádio da Amazônia. Todavia, algumas perguntas cabem nesse momento! Essa trindade liderou quem? Quem integrou e participou do grupo fundador? Como se formou sociologicamente e qual a proveniência social e até mesmo setorial de seus membros? O que definiria esse grupo e qual a sua significação histórica? Nessa definição do grupo, a conexão com comportamentos políticos foram relevantes? Essa história “contada”, filha de uma memória que mitificou lugares, datas e nomes praticamente nada dizem sobre o grupo liderado, apenas sobre quem os liderou! Quais as razões desse silêncio? Precisamos tentar ouvi-lo melhor?!<sup>15</sup>

Ainda não. Antes um pouco de buscarmos os fios, as conexões do que foi dito, não dito, lembrado e, não podemos esquecer, o esquecido, precisamos ser cômicos de um dado importante que Edyr Proença nos trouxe do seu velho baú de histórias e memórias: ele lembra que a “idéia” ou sonho de construir uma emissora de rádio em Belém do Pará, no final da década de 20, não teve um perfil endógeno ou uma conduta paroquiana dos seus fundadores. Aliás, nos deu a entender que tudo só foi possível pelos contatos, pelas comunicações e pelo consumo de informações técnicas e culturais com outras regiões do país e, para além de nossas fronteiras nacionais, com os europeus e norte-americanos.<sup>16</sup>

Parte importante desse movimento histórico pode ser recontada na ação de alguns membros do futuro grupo que fundaria o rádio na Amazônia e, nesse caso, particularmente, a lupa enreda o seu viso na primeira grande figura de relevo do futuro *broadcasting* paraense, ou seja, Roberto Camelier. O itinerário investigativo e analítico procurou realçar a literatura que este consumia sobre eletrônica e *broadcasting* da Europa, resultado dos conhecimentos e da tecnologia em voga no Velho Mundo e, também nos Estados Unidos, desde o final do século XIX com o desenvolvimento da chamada “TSF” ou telegrafia sem fios. Alguns autores destacaram esse desenvolvimento tecnológico da transmissão sem fio como, por exemplo, Andrew F.

---

<sup>15</sup> Uma análise de grupos e círculos culturais realizou Raymond Williams. Ver WILLIAMS, Raymond. “A Fração Blomsbury”, traduzido e publicado na revista *Plural*, USP, São Paulo, 1º Semestre de 1999, nº 6, PP. 139-168.

<sup>16</sup> A esse respeito, ver o trabalho de VIEIRA, Ruth & GONÇALVES, Fátima. *Ligo o rádio para sonhar: a história do rádio no Pará*. Belém: Ed. Prefeitura de Belém, 2003.

Inglis em seu estudo *Behind the tube: a history of broadcasting technology and business*, no qual destaca as descobertas científicas e os avanços da engenharia de transmissão na Europa e, principalmente nos Estados Unidos, responsável pelo grande crescimento da radiodifusão nas primeiras décadas do século XX <sup>17</sup>. Esse fluxo informativo era também atlântico! Chegava até cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Buenos Aires. Era procurada e consumida em periódicos e alguns livros por aficionados amadores de rádio, os chamados “radioamadores”. O futuro fundador e diretor técnico da rádio paraense era um radioamador em Belém do Pará e realizava experiências com outros amadores ainda em meados dos anos 20. Além disso, era atualizado nos assuntos da área, lendo tudo que conseguia quando estava no Rio de Janeiro <sup>18</sup> ou dialogando e trocando experiências com outros radioamadores e os fundadores das primeiras estações radiodifusoras do país como Roquette Pinto e os irmãos Moreira Pinto.

Assim, entendo que foi a partir da figura de Roberto Camelier que o grupo fundador integrado por “Eriberto Pio, Sain-Clair Passarinho, Antônio Mendes Fernandes, Gastão Vieira, Alberto Engelhard, almirante Braz de Aguiar, Rodolfo Dourado, Antônio Martins, Carlos Araújo e outros, equipe a que depois se juntou o prezado Edgar Proença...” <sup>19</sup> Originou-se e, desde então, foi construindo o projeto de fazer ou construir a primeira emissora radiodifusora da Amazônia.

### 1.1. *Roberto Camelier e a literatura européia sobre broadcasting*

Quando o paraense Roberto Camelier participou do coquetel na casa do Largo da Trindade, no dia 22 de abril de 1928, reunindo-se com importantes nomes da sociedade local e celebrando com um grupo ou “equipe” de companheiros, o intento

<sup>17</sup>Cf. INGLIS, Andrew F. *Behind the tube: a history of broadcasting technology and business*, Boston: Focal Press, 1990.

<sup>18</sup> Roberto Camelier depois de se diplomar como bacharel em Direito exerceu funções burocráticas como a de delegado na capital federal e também, de juiz no interior do Pará. Além da advocacia, se notabilizou por ter sido o “comandante dos entusiastas fundadores do rádio”, sendo alcunhado por Edgar Proença como o “generalíssimo da radiofonia paraense”. A respeito, conferir VIEIRA, Ruth & GONÇALVES, Fátima. 2003, pg. 36. Por sua vez, quanto ao depoimento de Edgar Proença, consultar *Pará Ilustrado*, 09 de agosto de 1941, p. 20.

<sup>19</sup> Depoimento do jornalista Nilo Franco contando as suas “memórias” sobre a fundação da Rádio Clube do Pará e a participação do maestro Manuel Guiães de Barros como integrante do grupo de fundadores da emissora paraense, no livro escrito pelo referido maestro Guiães de Barros, sobre memórias e “causos” do rádio e da televisão paraense. Ver BARROS, Manuel Guiães de. *Ah! Essa gente de rádio e televisão...*, Belém-Pará: Editora Falângola, 1980, p.3.

estava claro: o que estava em jogo na etiqueta e na trama social daquele dia tinha o seu motivo. Tratava-se da comemoração de um triunfo, da inauguração de um evento, enfim, estamos falando do início da mídia radiodifusora na Amazônia e, aquele Camelier, “um gorducho simpático” que tinha acabado de passar dos seus trinta anos e advogava na capital paraense tinha uma história, um talento, um caminho que o levaria àquele dia, àquela reunião e coquetel. De acordo com as autoras Ruth Vieira e Fátima Gonçalves, Roberto Camelier como bacharel em Direito, atuou como “delegado no Rio de Janeiro e Juiz no interior do Pará”<sup>20</sup>, organizando a partir dos anos 30, um escritório de advocacia no centro comercial da capital paraense. Logo, e pode parecer estranho à primeira vista, muito do que entendemos como a gênese ou advento do rádio na Amazônia esteve ligado diretamente às práticas, decisões, escolhas, liderança e respeitabilidade desse advogado de formação e profissão.

Contudo, uma questão se apresenta: como um advogado se interessou por assuntos de rádio numa cidade como a Belém dos anos 20, onde os únicos meios de comunicação que desempenhavam papel social importante eram o telégrafo e o telefone, sem esquecer a imprensa? O que explicaria o trânsito entre a sua prática de advocacia e o seu futuro interesse por radiofonia? Segundo Vieira e Gonçalves, Roberto Camelier era “apaixonado por eletrônica”<sup>21</sup>, possuindo um *hobby*, uma paixão por assuntos dessa natureza. Na verdade, ele estava longe de ser um caso excepcional entre os amadores e pioneiros da radiodifusão no Brasil e mesmo em outras partes do mundo. No nordeste, por exemplo, ainda na década de 10 do século XX, podiam ser observados “os amadores de então, da comunicação a distância, verdadeira paixão mantida por pernambucanos como um ‘hobby’, nasce o pioneirismo de Pernambuco em termos de rádio”<sup>22</sup>. No entanto, importante que se frise, tal paixão pela comunicação a distância, por aparelhos de transmissão podia, em alguns casos, como a de Roberto Camelier ser alimentada quando “consumia toda a literatura sobre o assunto que chegava da Europa.”<sup>23</sup> Assim, interessado em assuntos de eletrônica e *broadcasting*, acompanhando as novidades tecnológicas e atualizando-se em conhecimentos técnicos, o jovem advogado alimentava uma paixão pessoal pelos

---

<sup>20</sup> Ver VIEIRA, Ruth & GONÇALVES, Fátima. op. cit. p. 36.

<sup>21</sup> Idem, ibidem

<sup>22</sup> Cf. CÂMARA, Renato Phaelante da. *Fragments da história do Rádio Clube de Pernambuco*. Recife: CEPE, 2ª edição, 1998, p. 17.

<sup>23</sup> Ibidem

conhecimentos que eram, na Europa e nos Estados Unidos<sup>24</sup>, o suporte tecnológico do que se começava a chamar de radiodifusão.

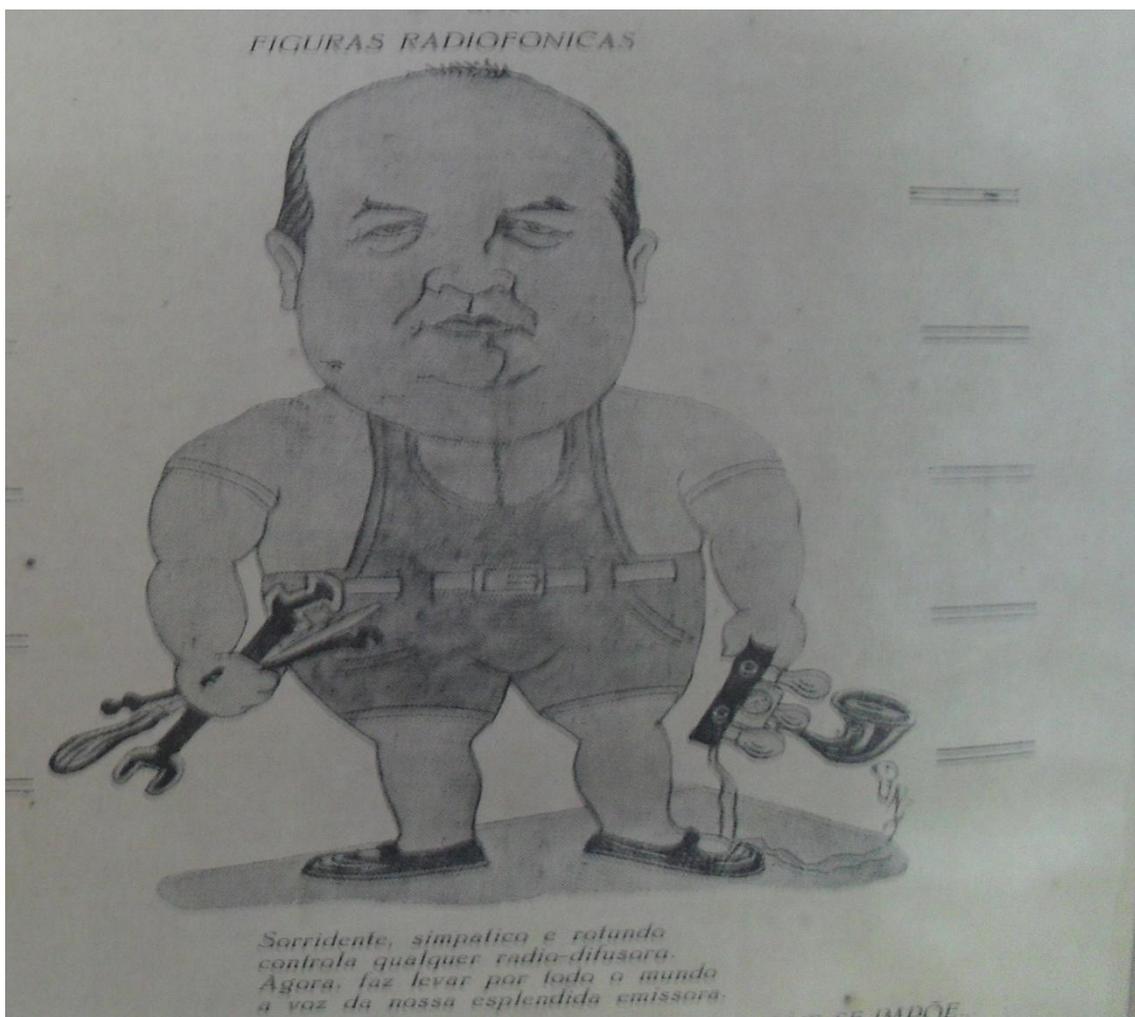
Antes disso, ele já conhecia, de algum tempo, o que era radiotelegrafia ou telegrafia sem fios, partilhava conhecimentos e comungava experiências com outros radioamadores de Belém na década de 20<sup>25</sup>. Segundo Vieira e Gonçalves, Roberto Camelier, antes de fundar a Rádio Clube do Pará e montar a sua estação transmissora, realizava demonstrações práticas do conhecimento adquirido sobre o assunto: “Com seus conhecimentos técnicos construiu, junto com alguns radioamadores, um transmissor de 120 watts, mas as transmissões só alcançaram o centro da cidade”<sup>26</sup>. O conhecimento prático como maneira de subsidiar o aperfeiçoamento técnico em assuntos ligados à eletrônica, à radiotelegrafia e à tecnologia em radiodifusão sempre foi muito valorizado por Camelier. No primeiro dia do ano de 1927, ele divulgou numa mescla de felicitações pelo novo ano e propaganda aos leitores do jornal *A Folha do Norte*, a sua “Oficina Camelier” que “cumprimenta todos os seus estimados amigos e fregueses, desejando-lhes muitas prosperidades no ano novo”<sup>27</sup>. Essa faceta do seu engenho humano também foi, em vários momentos, lembrada e aludida nas décadas seguintes pela imprensa quando desejavam se referir sobre a relação envolvendo o rádio e Roberto Camelier. Exemplificando melhor, algumas charges publicadas em alguns periódicos da capital paraense enfocavam esse conhecimento prático e técnico atribuído a Roberto Camelier.

<sup>24</sup> Ver ALBERT, Pierre & TUDESQ, Andre-Jean. *Historia de La Radio y la Television*, Fondo de Cultura Económica, México, 1ª Edição em espanhol, 1982. Nesse livro, foi apresentado um balanço sobre “o começo da radiodifusão”, desde a chamada “ondas hertzianas e aperfeiçoamento da telegrafia sem fios” até “as telecomunicações por ondas depois da Grande Guerra”, desenvolvendo esse, que precedeu o surgimento das “primeiras estações” de rádio. Além dessa retrospectiva e análise fundamentada na primeira parte do livro, chamou a atenção o debate na “Introdução” do livro para o “progresso científico e as novas aplicações técnicas” que seriam, para os autores, “determinantes para o nascimento do rádio e logo da televisão”. Conferir, p. 8.

<sup>25</sup> Trata-se de uma história fragmentária e com poucos indícios, porém busquei algum suporte no livro de Rute Vieira e Fátima Gonçalves sobre a história do rádio paraense, anteriormente citado, e livros que apresentam algumas informações sobre o surgimento de outras rádios no Brasil, durante a década de 1920, e a participação dos chamados primórdios da radiodifusão. Por exemplo, Renato Phaelante da Câmara no seu livro *Fragmentos da história do Rádio Clube de Pernambuco*. Recife: 2ª edição, 1998, pg.24, trouxe informações desses contatos com a radiofonia mundial, principalmente a norte-americana, ao se referir que um dos fundadores da rádio pernambucana, Augusto J. Pereira teve publicada uma carta sua na Revista Rádio Amateur News, no seu segundo número em agosto de 1919, “comunicando a fundação do Rádio Club...”. Essa prática, esses contatos não era um caso isolado dos pernambucanos! No Rio de Janeiro, durante a Exposição Nacional comemorativa do Centenário da Independência, ocorreu a primeira emissão radiofônica pública e oficial, sendo que os aparelhos foram trazidos por representantes da gigante americana do setor das comunicações, a Westinhouse. Quanto ao Roberto Camelier, tinha vivência no Rio, de algum tempo, como delegado, e mantinha contatos frequentes com os radioamadores e pioneiros da radiodifusão da cidade de Recife, desde os anos 20.

<sup>26</sup> <sup>26</sup> Ver VIEIRA, Ruth & GONÇALVES, Fátima. p. 36.

<sup>27</sup> *A Folha do Norte*, Belém, “A Oficina Camelier”, 01 de janeiro de 1927, p. 18.



**FIGURA 1 - FIGURAS RADIOFÔNICAS:** Charge de Roberto Camelier  
Charge estampada na seção de rádio da Revista *Pará Ilustrado*, intitulada *Ondas Sonoras*, dirigida e escrita pelo músico e cronista Gentil Puget. Acompanhava e comentava de perto, o movimento e as experiências do *cast* da Rádio Clube do Pará. Essa imagem foi publicada no número da revista de 08 de abril de 1939, página 18.  
Acervo: Biblioteca da Academia Paraense de Letras

Alguns cronistas chegavam mesmo a afirmar, parafraseando o poeta Luís de Camões, tratar-se de “o saber da experiência feito”<sup>28</sup>, associando suas experimentações técnicas e o seu fazer no trabalho das radiocomunicações com imagens evocadas do passado da humanidade, seja comparando suas qualidades de técnico e estudioso “com a paciência e a tenacidade de um alquimista da Idade Média (que) vive enclausurado

<sup>28</sup> Na página publicada pela *Pará Ilustrado* com o título “o dia de PRC-5” no dia 19 de abril de 1941, o cronista ao fazer referência sobre o 13º aniversário da emissora, destacou a importância da rádio para a sociedade belenense e o papel desempenhado por dois de seus fundadores: Roberto Camelier e Eriberto Pio. Uma informação importante destacada pelo cronista foi a origem e natureza do conhecimento técnico de Camelier sobre a construção, funcionamento e manutenção de uma emissora de rádio.

em sua oficina, aperfeiçoando a cada hora a radio-difusão em nossa terra.”<sup>29</sup> Tal assertiva comparativa entre Roberto Camelier e um alquimista medieval que vive enclausurado em “sua oficina” também pode ser observado pela imagem da charge onde podemos notar as ferramentas típicas de uma oficina em sua mão direita e na outra, um telefone para entrar em contato com os demais companheiros da emissora ou ainda, ouvir as queixas dos ouvintes sobre qualidade do som, chiados, problemas de transmissão e recepção e potência da antena, etc... Ao evocarem adjetivações como “tenaz, dedicado, obcecado”, cronistas da grande imprensa da capital constelavam a imagem de Roberto Camelier para dar sentido de ênfase, comparação e ilustração, com a de outros personagens da história da ciência e da técnica no mundo ocidental: “àquele homem gordo e bom (Roberto Camelier), cuja tenacidade para montar a nossa Rádio Emissora lembra a de *Palissy* atirando ao fogo até os próprios móveis para obter a porcelana.”<sup>30</sup>

Os cronistas do período, ao procurarem colar de certa forma, a imagem do principal fundador do rádio paraense com a de expoentes da ciência moderna, buscaram construir uma narrativa simbólica que pudesse oferecer ou reforçar uma inteligibilidade ou legitimidade social sobre a trajetória e o significado de Roberto Camelier para o rádio, de maneira imediata e, para a cidade de Belém, no conjunto dos seus moradores que eram ouvintes de rádio no final dos anos 30. Do alquimista medieval ao gênio do Renascimento francês, as alusões propostas e as imagens evocadas e consteladas formam essa narrativa: como *Palissy* era obstinado na sua “ciência”, na sua técnica, portando uma tenacidade que o levaria ao desprendimento e ao sacrifício. Essas imagens aparecem definidas nos discursos desses cronistas, no entanto, principalmente na referência a *Palissy*, é possível perscrutar outra imagem associativa ao comparar, grosso modo, as trajetórias do renascentista e do advogado paraense. Ambos eram tidos em suas épocas como uma mescla de intelectual e artesão,

---

<sup>29</sup> Esse texto de autoria do cronista Ruben Gill foi publicado pela *Pará Ilustrado* no dia 22 de fevereiro de 1941, propondo-se informar os leitores da seção de rádio “Ondas Sonoras”, sobre o contrato assinado entre Roberto Camelier, diretor técnico da Rádio Clube do Pará, e a Sociedade Técnica Paulista para a aquisição de “modernos e importantes aparelhos”, no intuito de montar a sua estação de ondas intermediárias. Roberto Camelier tomou a frente nesse processo de aquisição dos aparelhos e construção da nova estação, sendo, portanto, destacada a sua figura e o seu empenho para a radiodifusão do norte com a evocação de imagens históricas, normalmente ligadas ao conhecimento técnico e científico no mundo.

<sup>30</sup> A seção de rádio da revista *Pará Ilustrado*, assinada durante o ano de 1939, pelo músico e estudioso do folclore, Gentil Puget, alavancou imagens (religiosas e científicas) para construir uma narrativa sobre o significado de Roberto Camelier para o rádio paraense. O texto foi publicado no dia 07 de janeiro de 1939, por ocasião da futura inauguração “de sua nova estação e sumptuosos estúdios”.

notabilizando-se pelo conhecimento do “saber da experiência feito”, sendo considerados por contemporâneos como autodidatas na técnica que se dedicaram.

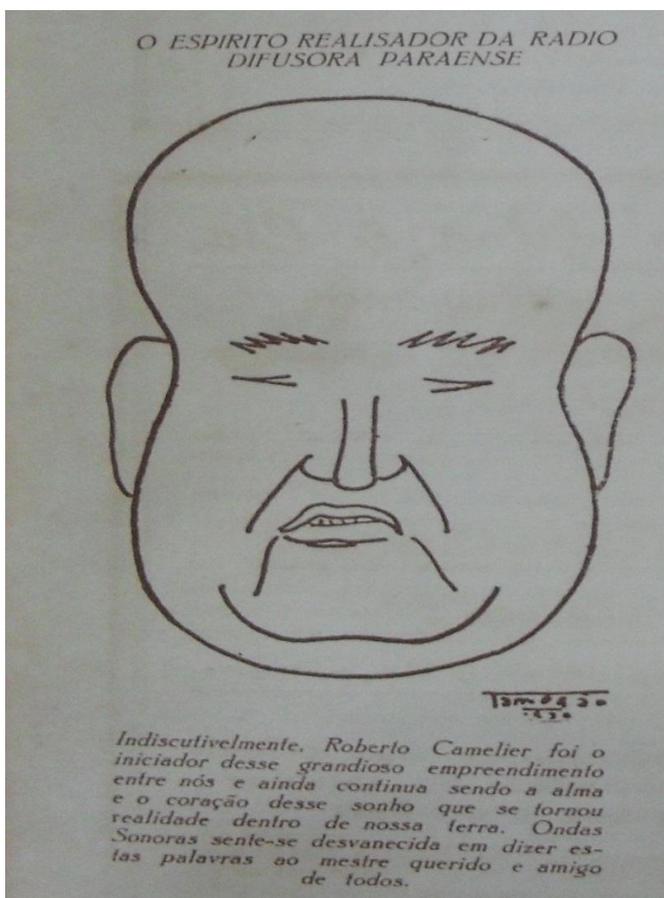


FIGURA 2 -CHARGE DE ROBERTO CAMELIER

Publicada pela revista *Pará Ilustrado*, em sua seção de rádio *Ondas Sonoras*, do dia 24 de fevereiro de 1940, página 52.

Acervo: Biblioteca da Academia Paraense de Letras



FIGURA 3 Bernad Palissy – Foi artesão, oleiro, trabalhou em vários experimentos em busca do esmalte. Estudou agrimensura, interessava-se pelo curso das águas, representando o espírito renascentista do final do século XVI como observador dos fenômenos da natureza. Como protestante, foi perseguido na França durante as guerras religiosas.

Entretanto, nem tudo estava resumido em seu conhecimento prático e técnico sobre eletrônica e radiofonia. A sua formação e capacitação intelectual, as experiências

e os conhecimentos adquiridos em terras européias, o que lia e escutava, não apenas sobre o Direito, mas sobre tudo o que agitava a curiosidade e despertava o interesse sobre tecnologia, transmissão e eletricidade, portanto o seu *hobby*, era motivo de sua particular atenção. Assim, décadas mais tarde, essa sua trajetória no velho mundo ainda era salientada pela imprensa de Belém do Pará quando, por exemplo, o colunista da revista *Pará Ilustrado*, o poeta Wladimir Emanuel escreveu no dia 22 de fevereiro de 1941 que Roberto Camelier era homem “culto, viajado, tendo recebido fina e esmerada educação nos grandes centros da civilização européia. Ele é um espírito interessante e curioso de psicólogo e de observador...”. O colunista social Wladimir Emanuel integrava os círculos de amizade de Roberto Camelier e Edgar Proença assumindo, portanto, alguma “autoridade” para informar sobre a pessoa e a trajetória do principal fundador do rádio paraense. O poeta trajado de colunista chamou a atenção para a formação intelectual de Roberto Camelier na Europa, destacando sua capacidade intelectual de “observador” e buscar o entendimento dos fenômenos (a característica destacada foi a da curiosidade intelectual).

Essa sua curiosidade intelectual parece ter encontrado fertilidade ao se defrontar com uma história mais longa em solos europeus e norte-americanos sobre a tecnologia de radiocomunicações em voga e que alimentava a imaginação do jovem advogado. Arthur Burrows, jornalista, radioamador e um dos primeiros funcionários da *British Broadcasting Company* relembra alguns aspectos da trajetória do rádio na Inglaterra como as inovações tecnológicas e de programação <sup>31</sup>. Essas inovações viravam informações que circulavam entre vários radioamadores em diversos países do mundo. Assim, mesmo as experiências e os desenvolvimentos tecnológicos da Companhia de Guglielmo Marconi, a *Wireless Telegraph and Signal Company*, com a transmissão sem fio de mensagens a longas distâncias ou irradiando concertos de meia hora através de sua estação de *Writtle*, na Inglaterra, de modo pioneiro e experimental, não cegavam a ser novidades a radioamadores curiosos como Roberto Camelier. Para isso, uma contribuição importante ocorria com a organização de um jornal interno da Companhia, o *Wireless Age*, depois chamado de *Marconigraph*, que teve uma razoável circulação entre ouvintes e radioamadores, principalmente nos Estados Unidos<sup>32</sup>. Essas informações chegavam aos radioamadores brasileiros e, entre eles, a Roberto Camelier.

---

<sup>31</sup> BURROWS, Arthur Richard. *The history of broadcasting*. London: Cassell and Co., 1924.

<sup>32</sup> Asa Briggs e Peter Burke trazem um conjunto de informações relevantes sobre a história do rádio no mundo, inclusive na sua fase como radiotelegrafia, conferir BRIGGS, Asa & BURKE, Peter. *Uma*

Ademais, parece claro que a circulação dessas informações técnicas sobre o que se chamava de radiotelegrafia e radiotelegrafia em terras tupiniquins era resultado de processos diversos e contemporâneos de transformações sociais e tecnológicas que se realizavam no mundo, pelo menos, alguns decênios de anos. Esse rádio, ainda mudo, pois se tratava de telegrafia sem fios e era utilizado para transmitir mensagens em código Morse semelhante ao serviço telegráfico convencional, foi investido de funções imperialistas e militares, principalmente em países europeus como a Inglaterra e a França, até, grosso modo, o final da Primeira Guerra Mundial<sup>33</sup>.

Passados os tempos de beligerância, a Europa recolhia cacos e enterrava mortos: era um tempo de sofrida reconstrução, de muitas incertezas e desafios, crises econômicas e uma burguesia, principalmente em seus setores intelectuais, debilitada e desconfiada quanto ao amanhã, ao futuro. As portas mais próximas desse futuro seriam abertas com os impetuosos anos 20.

A despeito desse panorama, sobretudo europeu, que Eric Hobsbawm chamou de Era da Catástrofe, entre os dois conflitos mundiais, surgem as primeiras estações em solo europeu e teve início as primeiras transmissões regulares<sup>34</sup>. As transformações sugerem mudanças terminológicas que apontavam para as palavras “radiotelegrafia” e “radiotelegrafia” como algo do passado. Os desenvolvimentos tecnológicos na transmissão da fala e de sons na forma de músicas representaram um passo decisivo para que não se considerassem mais os sufixos, até então empregados, e a palavra “rádio” adquiria um significado novo e uma autonomia própria. Diante disso, o rádio realmente nasceu quando passou a transmitir e foi associado à voz e aos sons, configurando um fenômeno histórico característico dos anos 20<sup>35</sup>.

Em muitos países europeus, as primeiras estações de rádio nasceram como resultado ou, pelo menos, envolvidas com os produtores de material radioelétrico. “A fundação das primeiras estações emissoras de rádio, muitas vezes, foi a obra de produtores de material radioelétrico”, como lembram Pierre Albert e Andre-Jean Tudesq ao se remeterem sobre as primeiras estações e os primeiros programas

---

*História Social da Mídia: de Gutenberg à Internet*. 2.ed. ver. e amp. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, pp. 156-60.

<sup>33</sup> Sobre os usos militares e imperialistas da radiotelegrafia e da radiotelegrafia, principalmente por países europeus e durante a Primeira Guerra Mundial, ver o trabalho de ALBERT, Pierre & TUDESQ, Andre-Jean, *Historia de La Radio y la Television*, Fondo de Cultura Económica, México, 1ª Edição em espanhol, 1982, pp. 16-21.

<sup>34</sup> HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos*. O breve século XX: 1914 – 1991. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.

<sup>35</sup> Ver ALBERT, Pierre & TUDESQ, Andre-Jean, p.39.

principalmente de estações européias e norte-americanas<sup>36</sup>. Ainda segundo os autores, essa participação dos produtores na fundação das primeiras estações de rádio pode ser explicada pelo interesse de “divulgar suas experiências e popularizar suas técnicas difundindo concertos ou notícias”<sup>37</sup>.

Esse fenômeno pôde ser observado nos Estados Unidos, porém em intensidade e abrangência diferenciada em relação aos europeus: a pujança econômica do mercado norte-americano, nos faustos da década de 20, pressionou a fabricação de material de rádio, estimulando o primeiro “Boom” de estações emissoras em território americano, como assinalaram Albert e Tudesq que “a formação das estações de broadcasting (451 em 1922)” nos Estados Unidos, “provocou um *radio boom*.”<sup>38</sup> Não demorou a que as estações unissem-se e formassem gigantescas redes transmissoras de rádio como a NBC e a MBS<sup>39</sup>, aquilatando quase todo o público norte-americano ouvinte de rádio, sendo elas “patrocinadas por empresas capitalistas” do setor de material radioelétrico. Asa Briggs e Peter Burke reforçaram esse perfil do rádio em território americano, ao lembrarem a importante mudança verificada quando “o número de empreendimentos individuais de radiodifusão cairia e finalmente surgiriam redes poderosas, a primeira delas sendo a NBC, a National Broadcasting Company”<sup>40</sup>.

O rádio americano não demorou a ser considerado um modelo de radiodifusão, principalmente a partir dos anos 30, em outras regiões do mundo: a prioridade do conteúdo de programação era o entretenimento, secundado pelo noticiário informativo e pelas “emissões políticas”<sup>41</sup>. A manutenção financeira das estações e redes norte-americanas advinha da propaganda que “costumava auferir a audiência dos programas patrocinados e tirá-los do ar caso não atraíssem número suficiente de ouvintes”<sup>42</sup>. A historiadora Lia Calabre também fez referência ao modelo de rádio norte-americano como um paradigma para outros sistemas de rádio no mundo, afirmando que, diferentemente do modelo europeu, o rádio nos Estados Unidos foi “estritamente comercial e para o qual o sistema norte-americano serve de paradigma, era formado por

---

<sup>36</sup> Idem, p.22.

<sup>37</sup> Idem, ibidem

<sup>38</sup> Idem, p.23.

<sup>39</sup> A NBC (*National Broadcasting Company*) foi fundada em 1926 pela *General Electric Westinghouse*, chegando a constituir, oito anos depois, 127 estações de rádio afiliadas. Por outro lado, a MBS (*Mutual Broadcasting System*) foi organizada por agências de publicidade que patrocinavam as estações de cidades como Nova York e Chicago, a partir do ano de 1934.

<sup>40</sup> Ver BRIGGS, Asa & BURKE, Peter, p. 163.

<sup>41</sup> Conferir, ALBERT, Pierre & TUDESQ, Andre-Jean, p. 25.

<sup>42</sup> Conferir sobre a organização e desenvolvimento da radiodifusão nos Estados Unidos, BRIGGS, Asa & BURKE, Peter. 2006, p.164.

um conjunto de emissoras montadas sobre uma estrutura predominantemente comercial, voltadas para os interesses do mercado e financiadas pela verba da venda de publicidade”<sup>43</sup>. Em síntese, era um modelo de rádio comercial e de entretenimento que sofria pouca ou nenhuma intervenção ou ingerência governamental, sobretudo, na administração e organização das emissoras.

Atravessando o Atlântico e de volta ao velho mundo, os europeus seguiram o seu próprio caminho ao constituírem um modelo de rádio cultural e “iluminista”, objetivando o serviço público e sustentando-se sem a propaganda, através da cobrança de taxas de licenças: era a BBC dos insulares e sequiosos britânicos com um “monopólio independente”, procurando cumprir a tarefa de comunicar a ilha com o restante do continente europeu e com o mundo. Segundo Laurindo Leal, ao escrever sobre as *VOZES DE LONDRES: memórias brasileiras da BBC*<sup>44</sup>, essa comunicação, anos mais tarde, durante a Segunda Guerra Mundial adquiriu um novo significado através do seu uso estratégico na política de guerra contra os alemães e italianos: era a guerra pelas ondas, transmitindo programas da BBC em território alemão e italiano a partir de suas línguas nacionais. Na América do Sul, principalmente no Brasil, devido à instalação de colônias alemãs e italianas, aumentou a preocupação de representantes da BBC nos Estados Unidos em organizar programas radiofônicos em língua portuguesa e espanhola. Antônio Callado e Samuel Wainer foram alguns dos que emprestaram a sua voz e participaram da que passou a ser chamada de BBC Brasil.

Outros países adotaram “sistemas híbridos”, como foi o caso da rádio em França, convivendo de maneira conflituosa as emissoras públicas com as privadas<sup>45</sup>. Conflitos similares aconteceram em torno do *broadcasting* no Canadá, envolvendo os pioneiros do rádio, as empresas privadas e o próprio governo. A primeira luta foi encampada pelos pioneiros do rádio envolvendo a questão da publicidade, e, inicialmente, as emissoras privadas ganharam: a propaganda comercial prevaleceu, tornando o rádio uma indústria extremamente lucrativa, destoando dos objetivos científicos e culturais almejados no início da radiodifusão. Mas a maior batalha dos primeiros anos foi, segundo Knowlton Nash, analisado em *Swashbucklers: The Story of Broadcasters Battling Canadá*, entre empresas de radiodifusão privadas e aqueles que

---

<sup>43</sup> AZEVEDO, Lia Calabre de. Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque. *Revista Estudos Históricos, Mídia*, n. 31, 2003/1, p. 2

<sup>44</sup> LEAL, Laurindo. *Voices de Londres: memórias brasileiras da BBC*. São Paulo: EDUSP, 2008.

<sup>45</sup> Sobre os sistemas híbridos de radiodifusão adotados no mundo e, principalmente exemplificados no caso francês, ver ALBERT, Pierre & TUDESQ, Andre-Jean. p.p.151-157.

fizeram *lobby* contra os novos aventureiros ligados as atividades comerciais: as ondas devem ser usadas para vender as coisas e entreter, ou para enriquecer e educar os canadenses? Ainda de acordo com Nash, a luta havia consumido ambos os lados, durante anos, mesmo após o estabelecimento da rádio pública nacional em 1936: a CBC ou *Canadian Broadcasting Corporation*<sup>46</sup>.

Algumas dessas tramas históricas, envoltas no e pelo rádio no mundo, fomentavam leituras e discussões entre os homens que seriam os “primórdios” do rádio brasileiro e amazônico nos anos 20. O modelo de rádio adotado seria o público ou o privado? O educativo e intelectual ou de entretenimento? Admitindo ou negando a propaganda no novo meio de comunicação? A historiadora Lia Calabre ao discutir como se configurou o setor radiofônico no Brasil dos anos 20 até o final do Estado Novo e as suas relações que estabeleceu com o Estado, nos apresenta um pouco desse cenário inicial da radiodifusão e suas conexões com a expansão radiofônica internacional:

“No Brasil, as inovações internacionais foram acompanhadas de perto. A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, a primeira emissora de rádio brasileira, criada por Roquette Pinto e Henrique Morize, iniciou suas transmissões oficialmente em 1923. A emissora de Roquette Pinto tinha finalidades estritamente culturais e educativas, seguindo os moldes das emissoras européias. Naquele momento, a radiodifusão era ainda um investimento muito caro, e o único país a possuir um grande número de emissoras e de aparelhos receptores de rádio eram os Estados Unidos. A indústria norte-americana de aparelhos de rádio cresceu de forma extraordinariamente rápida. Tanto na América quanto na Europa, eram intensas as discussões sobre o papel social do novo meio de comunicação de massa. Uma das grandes questões em debate era a do caráter dos conteúdos transmitidos: se eles deveriam ser educativos, informativos ou de simples diversão.”<sup>47</sup>

As respostas dadas e decididas pelos pioneiros do rádio em terras tupiniquins foram resultado das vicissitudes e conexões com a realidade institucional e social da época no país. Primeiramente, tiveram de conviver com uma legislação sobre o setor através do decreto nº 16.657, de novembro de 1924, aprovado durante o governo de Arthur Bernardes com a denominação de *Regulamento dos serviços civis de radiotelegrafia e radiotelephonia*. Por sua vez, as emissoras de rádio que funcionavam

<sup>46</sup> Cf. NASH, Knowlton. *Swashbucklers: The Story of Broadcasters Battling Canadá*. Toronto: M&S, 2001. Outro estudo sobre a organização do setor privado da radiodifusão no Canadá foi realizado por Thomas James Allard em: ALLARD, Thomas James. *Straight up : private broadcasting in Canada, 1918-1958*. Ottawa : Canadian Communications Foundation, 1979.

<sup>47</sup> AZEVEDO, Lia Calabre de. Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque. *Revista Estudos Históricos, Mídia*, n. 31, 2003/1, p. 1

como radiodifusão (*broadcasting*) foram classificadas como de tipo experimental por esse mesmo decreto. Outro sentido dessa legislação foi a não constituição de um sistema de rádio estatal, semelhante ao que predominava na Europa, em vez disso, o seu funcionamento foi entregue à iniciativa privada na forma de concessões do governo. Em contrapartida, a atenção do Estado era voltada para o controle do conteúdo e o “caráter daquilo que era transmitido”. Para o governo, assim exposto no decreto, o conteúdo das emissoras deveria ser “de fins educativos, científicos, artísticos e de benefício público”<sup>48</sup>, irradiado em língua portuguesa e proibido de propagar “notícias internas de caráter político” sem a prévia permissão do governo. Desse modo, por esse decreto, o rádio brasileiro da década de 20 era pensado e definido como tecnicamente experimental, administrativamente sendo privado e amador e o perfil de sua programação ou conteúdo como cultural e um caráter educativo. Assim, podemos, grosso modo, afirmar que no primeiro decênio do rádio brasileiro, tivemos uma aclimação com variações próprias do modelo europeu, principalmente no conteúdo e caráter das transmissões, passando nas décadas de 30 e, principalmente 40, a predominar o tipo ou modelo comercial e de entretenimento de rádio, semelhante ao que faziam os norte-americanos, com o uso da publicidade e uma programação mais diversificada, inclusive se direcionando para o entretenimento da “audiência” dos ouvintes.

Nesse contexto, surgem as primeiras estações radiofônicas no lado de baixo do Equador, primeiro na Argentina, em 1920<sup>49</sup> e, em seguida, no Brasil, esboçando as primeiras fronteiras sonoras do rádio no Sudeste brasileiro, sobretudo em terras cariocas, com a fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro pelos educadores Roquette Pinto e Henrique Morize, além da Sociedade Rádio Educadora Paulista, no estado vizinho, durante o ano de 1923, fundada por vários engenheiros, como o

---

<sup>48</sup> Coleção de leis do Brasil, vol. III, 1924, p. 359. Apud CALABRE, Lia. 2003/1, p.2

<sup>49</sup> Segundo Dóris Fagundes Haussen que desenvolveu um estudo comparativo sobre a radiodifusão no Brasil e na Argentina durante os governos populistas de Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón, o setor de rádio na Argentina apresentou no seu período de implantação, nos anos 20, diversas similitudes com o início da radiodifusão brasileira como “a sua destinação cultural e educativa”, além da organização clubística e amadora, porém, na Argentina “esse processo foi superado mais rapidamente, ou seja, a indústria de equipamentos radiofônicos desenvolveu-se mais rapidamente que a brasileira”, somado ao fato, das emissoras argentinas terem iniciado mais cedo, o uso da publicidade e a conformação de um rádio comercial, ainda no início da década de 1920. Ver HAUSSEN, Dóris Fagundes. *Rádio e Política: tempos de Vargas e Perón*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2ª edição, 2001, pp. 23-27.

engenheiro eletricitista Edgar Souza, alto funcionário da *Light*<sup>50</sup>, sendo a carioca no primeiro e a paulista no segundo semestre. Segundo Fernando Limongeli Gurgueira, após a primeira aparição pública e oficial do rádio no Brasil, por ocasião da Exposição Nacional comemorativa do Centenário da Independência, em 1922, através da instalação de uma emissora de 500 watts por uma das empresas participantes, a *Westinghouse Internacional Company* e com o sucesso e admiração que provocou no público, na imprensa e nas autoridades, foi, então, comprado “pelo governo brasileiro... duas emissoras de 500 watts da Western Electric Co., que a radiodifusão instalou-se de forma definitiva no país”. Embora, tenham sido “adquiridas para o telégrafo nacional”, uma delas, a instalada na Praia Vermelha, serviu de experiências para a futura Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, considerada a primeira emissora de rádio do país<sup>51</sup>.

Em São Paulo, alguns trabalhos estiveram atentos ao nascimento, organização e, principalmente, ao papel do rádio na sociedade e as suas relações com o espaço urbano da capital paulista. Percorrendo esse trajeto, o historiador Antônio Pedro Tota procurou desvendar a relação rádio/modernidade no espaço da cidade de São Paulo, tentando costurar uma história do cotidiano onde aparecem as primeiras emissoras de rádio, seus programas, seus envolvimento políticos e sociais com a vida da cidade nos anos 20 e 30. Para Tota, a formação da Rádio Educadora Paulista em novembro de 1923, só pode ser compreendida como sendo “parte do processo de modernização” pela qual a cidade passava, a partir do final do século XIX e início do XX<sup>52</sup>. Por sua vez, outro trabalho importante foi o estudo de José Vinci de Moraes chamado *Metrópole em Sinfonia* que, à semelhança do trabalho de Antônio Pedro Tota, também relacionou a radiofonia paulista com as transformações sociais e culturais do espaço urbano, principalmente as ligadas ao setor de entretenimento e cultura como cafés, teatros e cinemas, porém, diferencia-se ao evocar a música popular como o centro de sua análise, investigando para isso, o contexto de organização e desenvolvimento das rádios em São Paulo<sup>53</sup>.

---

<sup>50</sup> Sobre a fundação e organização das emissoras de rádio paulistas nos anos de 1920, conferir o bom trabalho de TOTA, Antônio Pedro. *A locomotiva no ar: rádio e modernidade em São Paulo, 1924-1934*. São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p. 27.

<sup>51</sup> GURGUEIRA, Fernando Limongeli. *Integração Nacional pelas ondas: o rádio no Estado Novo*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2009, pp. 61-64.

<sup>52</sup> TOTA, Antônio Pedro. 1990.

<sup>53</sup> MORAES, José Vinci de. *Metrópole em sinfonia: história, cultura e música popular na São Paulo dos anos 30*, 1ª Ed. SP. Estação Liberdade. 2000.

Subindo o mapa da “pátria”, encontramos um grupo de jovens recifenses fazendo experiências com telegrafia sem fios e realizando emissões radiofônicas desde os idos 1919. Destas práticas à fundação de uma emissora de rádio no Nordeste brasileiro levaria o transito, o intervalo de alguns poucos anos: aparecia a Rádio Clube de Pernambuco. Para alguns estudiosos, memorialistas e homens que trabalharam no rádio da primeira metade do século XX, a primazia do começo da radiodifusão em terras brasileiras teria como marco a fundação da sociedade de rádio “Rádio Clube de Pernambuco”, em 1919, na cidade de Recife. Renato Phaelante é um dos que defendem essa tese no seu trabalho *Fragments da história do Rádio Clube de Pernambuco*, advogando o pioneirismo nacional da emissora pernambucana <sup>54</sup>. Em outra direção, autores como Fernando Limongeli Gurgueira entendem que embora a “Rádio Clube do Recife... tenha sido fundada em 6 de abril de 1919, teria condições apenas para fazer radiotelegrafia e somente em outubro de 1923 foi reorganizada para a radiodifusão.” <sup>55</sup>

Portanto, foram dessas práticas e primeiras experiências com radiodifusão em território tupiniquim que resultou, por sua vez, no surgimento das primeiras estações emissoras de rádio, foi possível abstrair não apenas o *background* teórico, mas, acima de tudo, o prático e experimental. Essas primeiras estações emissoras brasileiras da primeira metade da década de 20 foram importantes porque constituíam um modelo mais próximo, em terras brasileiras, do que apenas se ouvia e sabia de longe, do continente europeu e dos Estados Unidos. Ilustrando esse movimento importante, Edyr Proença evocava em suas memórias as imagens de nascimento do rádio na Amazônia, assinalando que um dado histórico importante existiu para esse advento e trajetória: a fundação de outras “Rádio Clube” no Brasil, antes de 1928, serviu de inspiração para “fundar a do Pará”.

“Aliás, o que parece é que foi ontem que tudo começou, seguindo a linha de entusiasmo de Roquette Pinto, que fundara no Rio a sua emissora, sendo seu gesto imitado em Ribeirão Preto e, depois, pelos irmãos Moreira Pinto, em Pernambuco. Eram as Rádio Clube que inspiraram a um grupo liderado por Edgar Proença, Roberto Camelier e Eriberto Pio dos Santos a fundar a do Pará, a primeira em todo o norte com o prefixo PRAF, a voz do Pará.”<sup>56</sup>

As principais imagens evocadas nessa narrativa centralizam sua força comunicativa em duas palavras, melhor dizendo, dois verbos: “imitado” e

<sup>54</sup> CÂMARA, Renato Phaelante da. *Fragments da história do Rádio Clube de Pernambuco*. Recife: CEPE, 2ª edição, 1998.

<sup>55</sup> Cf. GURGUEIRA, Fernando Limongeli. p. 63.

<sup>56</sup> Cf. PROENÇA, 1981.

“inspiraram”, assim, torna-se não menos importante problematizar as imagens comunicativas de “inspiração” e “imitação”. Parece plausível que no recontar da história da mídia sonora no Brasil, aquilo que Edyr referiu-se como inspiração ou imitação, na verdade, foi um modelo de radiodifusão adotado e posto em prática pelo intelectual Roquette Pinto que, por sua vez, dialogava com a radiodifusão realizada na Europa. Esse modelo de radiodifusão era o educativo e voltado para a “elevação do nível material e moral do povo brasileiro”<sup>57</sup>. Ainda na década de 1920, permanecia o debate sobre o atraso brasileiro em relação às outras nações do mundo, herança das explicações racistas que apontavam a miscigenação como fator de atraso sociocultural do povo brasileiro. Para Roquette Pinto, “os problemas do povo brasileiro não estavam relacionados com os elementos raciais que haviam entrado em sua composição”, em vez disso, relacionava-os com “a educação e com o nível socioeconômico da população do país.”. Portanto, segundo Gurgueira, foi dentro desse contexto que o rádio apareceu sendo utilizado para materializar o ideário de educar e “civilizar” o povo, em sua maioria, analfabetos e, dessa maneira, assumir o importante papel de promover o “progresso da nação”<sup>58</sup>. Nas palavras do próprio Roquette-Pinto, era afirmado sobre o rádio que “o T.S.F.... espalha a cultura, as informações, o ensino prático elementar, o civismo, abre campo ao progresso, preparando os tabaréus, despertando em cada qual o desejo de aprender”<sup>59</sup>.

Como foi dito anteriormente, houve um diálogo desse modelo de radiodifusão educativo e “civilizatório” sonhado e defendido por Roquette-Pinto com a radiodifusão posta em prática em alguns países da Europa. A respeito disso, a historiadora Lia Calabre lembrou sobre como “ao fundarem a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, eles pretendiam criar uma emissora de rádio com finalidades estritamente culturais e educativas, nos moldes das que estavam surgindo em alguns países europeus.”<sup>60</sup>. Esse modelo de radiodifusão “moldou” as demais emissoras que surgiram no Brasil durante a década de 1920, mesmo porque, ainda não havia condições estruturais e financeiras para se viabilizar uma radiodifusão comercial, com uso da publicidade e voltada para o gosto médio de um público, desejoso de entretenimento. A Rádio Clube do Pará e boa

---

<sup>57</sup> Cf. GURGUEIRA, Fernando Limongeli. op. cit. p. 65.

<sup>58</sup> Ibidem, pp. 67-8.

<sup>59</sup> Roquette-Pinto, 1927, p. 235-6. Apud GURGUEIRA, Fernando Limongeli. 2009, p.72.

<sup>60</sup> AZEVEDO, Lia Calabre de. *No tempo do rádio: radiodifusão e cotidiano no Brasil. 1923-1960*. Niterói, UFF, 2002, p. 41. Tese de Doutorado em história.

parte das outras 14 emissoras existentes no país até 1930 <sup>61</sup>, tinham, portanto, “inspiração” na radiodifusão realizada e promovida pelo intelectual Roquette-Pinto.

Nessa história ou seria, melhor dizendo, proto-história do rádio na Amazônia, a trajetória de Roberto Camelier com suas filiações e matizes culturais, conhecimentos e diálogos com experiências e ideários múltiplos, do regional ao mundial, enfeixou uma síntese: desde os momentos iniciais e decisivos de pôr em funcionamento o posto transmissor da Rádio Clube do Pará, em 1929, até a paulatina e tensa organização e estruturação da emissora na década seguinte, sua imagem evocava ideário e ação, pensamento e atitude, “ideologia” e “prática”. O famoso barítono paraense Ulisses Nobre<sup>62</sup> escreveu no jornal *A Crítica*, em janeiro de 1933, assinando o artigo com o título “Rádio Clube do Pará e seu progresso” onde de forma sugestiva mesclava as existências da criação e da criatura, da emissora e do seu principal fundador quando lembra que “o Rádio Clube é sinônimo do nome acatado de Camelier. Não se compreende a existência de um sem a ingerência do outro.” <sup>63</sup> Essa fulcral dependência pode ser explicada, em parte, porque desde a fundação da emissora até o seu processo de estruturação, era Camelier que fazia a rádio funcionar. Como futuro diretor técnico da emissora, seu papel e sua importância podem ser metaforizados em duas imagens do corpo: o “coração” e o “cérebro” ou, dito de outra maneira, a “vitalidade” e a “consciência”. Mais uma vez, o afamado músico Ulisses Nobre ilustrou a situação ao dizer que “Roberto Camelier, vive pelo Rádio Clube e o Rádio vive por ele” <sup>64</sup>, ou ainda, quando cedeu pistas sobre como o papel de Camelier extrapolava o aspecto meramente técnico, constituindo-se numa referência de pensamento, conduta e “ideologia” dentro da emissora, sabendo “criar, tornar realidade o que pensa”, Camelier passa a ser representado e desenhado como detentor de um “espírito forte, culto superior em idéias, espírito ideológico”, por vários periódicos que acompanhavam o

---

<sup>61</sup> Ibidem, p.42.

<sup>62</sup> Ulisses Euclides do Couto Nobre foi barítono e cronista musical, dedicando-se à música de ópera e ao ensino de canto. Sua principal referência musical foi o maestro Carlos Gomes e, junto com a sua irmã Helena, se notabilizaram na sociedade e cultura musical da época (primeiras décadas do século XX) como os *Irmãos Nobre*. Foi cronista, atuando em várias gazetas da capital paraense como, por exemplo, as que ele escreveu com o título *Reminiscências*, publicadas na *Folha do Norte*. Faleceu em 1953, vítima da hanseníase. A respeito do músico paraense, conferir o livro de Vicente Salles, *Música e músicos do Pará*, Conselho Estadual de Cultura, Belém-Pará, 1970, pp. 213-214.

<sup>63</sup> *A Crítica*, Belém, sexta-feira, 27 de janeiro de 1933, p.2, pertence à Coleção Vicente Salles que se encontra no museu da UFPA.

<sup>64</sup> Ibidem, op. cit.

ambiente radiofônico na cidade de Belém do Pará.<sup>65</sup> Logo, talvez esse mesmo “espírito ideológico” de Roberto Camelier nos explique um pouco sobre a sua liderança no grupo de fundadores da Rádio Clube do Pará e qual exatamente o papel que desempenhou para o surgimento do rádio na Amazônia.

O ponta pé inicial pode ser dado ao dizer como Roberto Camelier desfrutava de uma capacidade de atração e mobilização de pessoas em torno de sua pessoa.<sup>66</sup> Ele congregava indivíduos com talentos ou interesses e objetivos comuns em torno de um projeto. Assim, é desse modo que o advogado radioamador passou a reunir outros nomes em torno do projeto de criar a primeira emissora de rádio do Brasil setentrional, a primeira estação de radiodifusão da Amazônia. Um dos integrantes do grupo, fundador da rádio e amigo de Camelier, Edgar Proença, assim se expressou sobre o assunto em uma entrevista dada ao Jornalista Edgar Freitas e publicada na revista *Pará Ilustrado* de agosto de 1941:

“A história do Rádio Clube do Pará não é fácil de contar. Um grupo bem reduzido de entusiastas, a quem com propriedade se chamaria de ‘malucos’, entendeu de lutar e acabou vencendo. A princípio ninguém acreditava em ‘santos de casa’. Houve, realmente, horas incertas, desânimos, decepções, despeitos e derrotismos. Mas nunca faltou comandante. E esse, desde os primeiros dias de PRC-5 até hoje, é Roberto Camelier a quem eu chamo de generalíssimo da radiofonia paraense.”<sup>67</sup>

Entre esses entusiastas ou “malucos” estava um paraense cuja trajetória confundia-se com o desenvolvimento das comunicações no norte do país, desde as primeiras décadas da República, atuando tanto em comunicações terrestres como telegráficas: a investigação e a análise direcionam-se para outro nome de importância

<sup>65</sup> *Diário do Estado*, Belém, 26 de junho de 1933, suplemento com o título “Rádio Clube do Pará”, da Coleção Vicente Salles sobre rádio e televisão que se encontra no museu da Universidade Federal do Pará.

<sup>66</sup> Idem, *ibidem*. Discorrendo sobre as qualidades e atuação de Roberto Camelier a frente da emissora paraense, nos seus anos iniciais, Ulisses Nobre diz reconhecer que “o dr. Roberto Camelier soube atrair para a atual diretoria, elementos dispostos a ajudá-lo como técnico que antevê tudo”. O barítono procurou certa “isenção” em seu comentário, ao lembrar que no início possuía um “indiferentismo” em relação à “radiotelegrafia”.

<sup>67</sup> Tratou-se de uma entrevista feita por Edgar Freitas para o “Cine-Rádio Jornal” do Rio de Janeiro, a pedido do radialista Celestino Silveira, com Edgar Proença, alcunhada pelo entrevistador como “o garimpeiro do rádio no extremo norte”. Na entrevista, publicada pela *Pará Ilustrado* na sua seção de rádio “Ondas Sonoras” do dia 9 de agosto de 1941, Edgar Proença pouco falou de sua produção literária, preferindo centralizar sua atuação como homem do rádio. Procurou resumir a trajetória do Rádio Clube do Pará até aquele momento, destacando o ambiente em que se formou a emissora, a participação de Roberto Camelier como “comandante” dos entusiastas fundadores, os programas, os artistas e o perfil assumido pela emissora como sendo o de “atuação artística” dentro de uma linha considerada “honesto e cultural”.

da geração de fundadores do rádio na Amazônia: o estafeta e, depois, telegrafista Eriberto Pio dos Santos.

### 1.2. Para além dos cabos, um telegrafista em busca do rádio

Na memória do rádio na Amazônia, ao longo de todo o século XX, também foi dispensado a Eriberto Pio dos Santos um “lugar” diferenciado no panteão dos primórdios e fundadores da futura “Voz do Pará”. As gazetas e periódicos que acompanhavam o ambiente radiofônico na capital paraense nas décadas de 1930 e 1940, sempre o colocavam ao lado de Roberto Camelier como responsável pelo surgimento e desenvolvimento da PRC-5, Rádio Clube do Pará. Assumiu a condição de diretor comercial da emissora ainda nos anos de 1930 e destacou-se como o “speaker” mais respeitado e “querido” da rádio nas primeiras décadas de seu funcionamento. Nesse sentido, a revista *Pará Ilustrado* de abril de 1941, destacou, por ocasião do 13º aniversário de fundação da emissora, a participação e importância dos dois na trajetória da rádio:



**FIGURA 4 - Fotografia de Eriberto Pio dos Santos**

A foto de Eriberto Pio apareceu publicada pela revista *Pará Ilustrado*, juntamente com a de outro fundador da emissora paraense: Roberto Camelier. As legendas servem para informar as principais funções ocupadas pelos dois: Eriberto como diretor comercial da emissora e Roberto Camelier como o diretor técnico. O título da página foi “o dia de PRC-5”, referindo ao seu aniversário de fundação. A publicação foi do dia 19 de abril de 1941, página 19.

Acervo: Biblioteca da Academia Paraense de Letras

As atividades que desempenhou e o reconhecimento adquirido na trajetória da emissora podem, assim, oferecer alguns indícios desse “lugar” diferenciado, digamos, que assumiu na história do rádio no Pará. Entretanto, pareceu necessário ir um pouco além da sua práxis profissional no *cast* da emissora PRC-5, buscando as suas ligações e contatos com o novo meio de comunicação na sua formação técnica e profissional auferida e desempenhada em outro meio de comunicação, um dos antecessores diretos do rádio, o telégrafo. As informações sobre a sua importância, tanto no telégrafo quanto no futuro meio de comunicação, são fragmentárias e indiciárias: reflexão e dedução precisam caminhar juntas nesse esforço analítico. O primeiro passo, quem nos oferece, é o próprio Eriberto Pio dos Santos. A sua trajetória profissional, seus conhecimentos e envolvimento no campo das comunicações, sobretudo, a média e longa distância com a estrada de ferro de Bragança e o Telégrafo, talvez, permitam demonstrar em suas margens, as possíveis conexões desse *background* de experiências, principalmente nas companhias telegráficas e, adiante, no Telégrafo Nacional com o futuro veículo de comunicação, o rádio.<sup>68</sup>

Uma década antes do advento do rádio, Eriberto Pio já entrava em contato e passou a conhecer os mecanismos de funcionamento de outro importante meio de comunicação, o telégrafo. As informações sobre a participação de Eriberto Pio no telégrafo são escassas e notoriamente, sumárias, oriundas principalmente dos “depoimentos dos que fizeram rádio em Belém”<sup>69</sup>, como nos afirmam Ruth Vieira e Fátima Gonçalves, no livro *Ligo o rádio para sonhar*. As autoras revelaram as dificuldades em se escrever uma história do rádio no Pará, devido aos problemas com a documentação e sua organização em arquivos e ainda, uma incipiente produção acadêmica sobre o assunto. Segundo elas, “com poucas provas materiais”, restou-lhes fundamentar-se nos depoimentos, representando, portanto, o trabalho desenvolvido um registro das “lembranças de uma época”<sup>70</sup>. Sem dúvida, os depoimentos, a evocação de memórias e o uso metodológico da história oral podem e devem ser considerados, contudo, um lastro de mais de um século de historiografia tem demonstrado a necessidade de confrontar, comparar e complementar com outras fontes. Ao lado da riqueza dos depoimentos, surge um espectro de evidências presentes na imprensa local da época que acompanhou o meio radiofônico através de imagens, cartas, divulgação

---

<sup>68</sup> Algumas informações aparecem no trabalho de VIEIRA, Ruth & GONÇALVES, Fátima. pp. 36-7.

<sup>69</sup> Ibidem, p. 34.

<sup>70</sup> Ibidem, p.33.

da programação e crônicas sobre assuntos de *broadcasting* no Brasil e no mundo. Ao lado dessa documentação e complementando-a aparecem textos literários e documentos oficiais que oferecem um visor sobre diversos assuntos, principalmente das relações envolvendo rádio e Estado. Entretanto, apesar desses cuidados, no que se refere à trajetória de Eriberto Pio no telégrafo, fiquei dependente apenas das informações de Vieira e Gonçalves, ao reportarem-se sobre os primórdios da radiodifusão no Pará.

Assim, dentro desses parâmetros, as autoras trazem informações sobre como e quando Eriberto Pio passou a trabalhar para a gigantesca e tentacular companhia telegráfica norte-americana Western, dentro de um cenário e uma trama mundial que apresentavam discrepâncias acentuadas: os europeus beligeravam numa guerra por impérios onde os meios de comunicações, como o telégrafo e a radiotelegrafia, desempenhavam funções estratégicas e assumiam usos e significados de armamento contra o inimigo.

Do outro lado do Atlântico, os norte-americanos colhiam os frutos de suas revoluções industriais, patenteando invenções e formando grandes empresas e companhias que, em pouco tempo, passariam a dominar o mercado aquecido pelo uso de múltiplas invenções tecnológicas. Assim, foi nesse contexto que encontramos a colossal companhia Western Union que, desde o final do século XIX, já assumia a condição de maior monopólio das comunicações e serviços telegráficos nos Estados Unidos. O historiador inglês Peter Burke lembra que as razões dessa expansão foram que ela se “beneficiou de vantajosos arrendamentos e acordos de franquias, além de suas alianças com empresas de ferrovias”, o que resultou na multiplicação de suas agências, além do crescimento do número de operadores de telégrafo, não apenas em território americano, mas estendendo-se para a América Latina. Dando números a esse movimento de expansão da Western Union, Burke afirma que, no período entre 1870 e 1890, o número de suas agências “aumentou de 3.972 para 19.382”.<sup>71</sup>

Nesse período, em terras brasileiras, ocorria a “expansão da rede telegráfica sob o Império” com linhas públicas e particulares ligando as províncias brasileiras pelo telégrafo, além do desenvolvimento das linhas das estradas de ferro, “modernizaram-se os aparelhos e os materiais das estações acompanhando as recentes inovações na Europa”. A historiadora Laura Antunes Maciel, ao contextualizar esses primeiros momentos do telégrafo brasileiro, nos informa como o governo imperial, apesar das

---

<sup>71</sup> Ver BRIGGS, Asa & BURKE, Peter. Op. cit. p.145.

tendências “monopolizadoras” da RGT<sup>72</sup>, orientou-se “para uma postura mais liberal, próxima da praticada pelos EUA, procurando juntar aos esforços públicos os da iniciativa privada”, realizando, dessa maneira, “por meio de inúmeras concessões de linhas telegráficas terrestres – principalmente às estradas de ferro – e cabos submarinos e subfluviais costeiros para comporem a rede telegráfica nacional.”<sup>73</sup>

A capital paraense uniu-se e integrou-se telegraficamente com outras regiões do país, pelos idos de 1886, mas treze anos antes, alguns puderam receber a “fala” do imperador D. Pedro II, através da inauguração de um cabo submarino que ligou as três capitais das províncias da Bahia, Pernambuco e Pará ao Rio de Janeiro.<sup>74</sup>

Nesse tempo, a Amazônia inseria-se no mercado internacional como grande produtora e fornecedora da goma elástica ou *hevea brasiliensis*, movimentando casas comerciais e ativando um fluxo econômico, principalmente na cidade de Belém do Pará. Ladeando a economia e os serviços, estava a diplomacia que se instalara na capital paraense. Informações diplomáticas, de cotações da borracha no mercado internacional, de ordem e despacho de comerciantes e armazéns sobre produtos e serviços, enfim, todo o fluxo econômico necessitava ser acompanhado do informativo, da comunicação, e Belém do Pará dispunha, desde a segunda metade do século XIX, de canais de comunicação terrestres, fluviais e telegráficos, movimentando essas informações com as principais regiões do país, principalmente a capital federal, e com importantes cidades européias e norte-americanas.

Destarte, não se tratava apenas de informações, movimentavam-se capitais, instalavam-se agências de companhias estrangeiras, em diversos setores, da eletricidade às comunicações que ajudavam a pintar uma *Belle Époque* amazônica, agora, sob o manto republicano, de fisionomia moderna e internacional, sobretudo, em centros como Belém e Manaus. A companhia telegráfica norte-americana Western Union entrou em cena nesse quadro mais geral de transformações que experimentavam cidades como Belém do Pará, atuando com investimentos de capitais e recrutamento de mão-de-obra para funções como a de estafeta. A sua filial na região amazônica era a “The Western

---

<sup>72</sup> A RGT ou Repartição Geral de Telégrafos foi o braço institucional e burocrático do governo federal para o projeto de construção de linhas telegráficas, visando “unir e integrar as províncias brasileiras”. Sobre os usos, as práticas e os significados da organização e expansão da rede telegráfica no Império e na República Velha, ver o trabalho de MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio*. Caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”, São Paulo: EDUC, 1998, p. 49.

<sup>73</sup> *Ibidem*, p. 51.

<sup>74</sup> *Ibidem*, op. cit. p.50.

Telegraph Company”<sup>75</sup>, concorrendo com outras companhias telegráficas particulares e estrangeiras como a “The Amazon Telegraph Company” que ligava a capital paraense através de cabos com diversas cidades do Pará e do Amazonas, até chegar à cidade de Manaus. Segundo a Repartição Geral dos Telégrafos, Distrito Telegráfico do Pará, em 1904, esta última já oferecia comunicação telegráfica entre as duas capitais amazônicas<sup>76</sup>. Em 1911, o Governo do Estado do Pará utilizava-se dos serviços da “The Western Telegraph Company”, expedindo ou recebendo telegramas, recebendo em forma de ofício, informações do número de telegramas e do custo total do serviço por mês.<sup>77</sup> Bem, aqui, nesse ponto, fazemos uma breve pausa, pois reencontramos o nosso personagem Eriberto Pio dos Santos iniciando a sua trajetória na história das comunicações na Amazônia.

Eram os idos de 1915, segundo nos reportou Vieira e Gonçalves, quando Eriberto Pio dos Santos entrou para *Western Telegraph Company*, trabalhando como estafeta da companhia e assimilando uma disciplina de trabalho, além de adentrar no mecanismo de funcionamento de um meio de comunicação com estações emissoras e receptoras, linguagem em código Morse, telegrafistas e envio e recebimento de telegramas.

Dali em diante, com o aprendizado e as experiências sociais e culturais auferidas no universo de trabalho da companhia Western, o ainda estafeta, levaria, alguns poucos anos, para, na década seguinte, ser admitido no Telégrafo Nacional. Doravante, ainda segundo as autoras, não demorou em que ele passasse a operar com o código Morse, sendo mais tarde nomeado telegrafista oficial do Telégrafo Nacional.<sup>78</sup>

Encarregado nessa função, por volta de 1924, Eriberto Pio já consumia publicações “com noções práticas sobre o funcionamento do telégrafo”. Eram os chamados “manuais” destinados à formação profissional dos trabalhadores do telégrafo. Conforme a historiadora Laura Antunes Maciel informou sobre as práticas,

---

<sup>75</sup> Segundo Laura Antunes Maciel, “desde que o telégrafo elétrico foi instalado no Brasil, em 1852, os dois maiores concorrentes do serviço telegráfico público foram as companhias de estradas de ferro e os cabos submarinos costeiros construídos pela empresa americana Western Telegraph Company. Ligando o Brasil aos EUA e Europa, a Western monopolizava a fatia mais rentável da comunicação telegráfica: a correspondência comercial urgente e a quase totalidade dos telegramas internacionais”. Ver MACIEL, Laura Antunes. Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, p. 127-144, 2001.

<sup>76</sup> Ofício da Repartição Geral dos Telégrafos, Distrito Telegráfico do Pará, Nº 321, em 14 de dezembro de 1904. Série Ofícios (Correios e Telégrafos). Acervo do Arquivo Público do Estado do Pará.

<sup>77</sup> Memorando da “The Western Telegraph Company”, de 4 de março de 1911, para o “Exmo. Snr. Dr. João Coelho, D.D. Governador do Estado”. Acervo do Arquivo Público do Estado do Pará.

<sup>78</sup> Ver VIEIRA, Ruth & GONÇALVES, Fátima. op. cit. p. 36.

imagens e significados do telégrafo no Brasil, do Império até a Primeira República, a partir das experiências e da atuação da chamada “Comissão Rondon” pelo centro-oeste e norte do país, trouxe algumas informações pontuais sobre a organização, funcionamento e preparação do telégrafo e de seus profissionais. Desse modo, ela reportou-se à natureza, objetivos e público usuário desses manuais:

“com ‘noções práticas’ sobre o funcionamento do telégrafo, enquanto equipamento, destinados à formação profissional de telegrafistas, mestres de oficinas e guarda-fios, via de regra realizada pelas próprias empresas. Nestes, a tônica é a descrição dos diferentes modelos de aparelhos transmissores e receptores, com diagramas e ilustrações, os tipos mais adotados em diversos países, suas vantagens técnicas, formas de operação, rápidas noções de eletricidade e eletromagnetismo, etc.”

Ainda de acordo com Maciel, esses manuais eram utilizados não apenas pela Repartição Geral dos Telégrafos em “aulas práticas... para formação de pessoal técnico para suas estações”, mas também, conclui a autora, para “a preparação do pessoal empregado nas estações telegráficas mantidas pelas estradas de ferro”.<sup>79</sup> Provavelmente, ainda, quando Eriberto Pio trabalhava em uma das estações telegráficas mantidas pela estrada de ferro de Bragança<sup>80</sup>, ou mesmo, já na condição de funcionário do Telégrafo Nacional, por volta de 1922, tivesse contato com essa literatura técnica.<sup>81</sup>

Em vista disso, as práticas e conhecimentos auferidos do seu trabalho no telégrafo foram, possivelmente, decisivos para o passo seguinte, a criação do rádio em terras amazônicas. Muitos desses conhecimentos voltados para a telegrafia por fios também eram básicos para a sem fios, ou dito de outra maneira, para a chamada radiotelegrafia. A engenharia trazida pelo telégrafo com estações transmissoras e receptoras, aparelhos receptores e o objetivo de comunicar a longa distância,

<sup>79</sup> Laura Antunes Maciel citou, em nota de rodapé, as referências que encontrou sobre os manuais e o seu uso, em “como exemplos desse gênero foram localizadas as seguintes obras: Moreira (1924); Barros (1932) e Alegrett (1912)”. A referência completa foram ALEGRETT, Sebastián. *Curso elementar de telegrafia elétrica*. Panamá, Benedetti, 1912; BARROS, MANOEL Salgado de. *Telegrafia prática*. Rio de Janeiro, Departamento de Correios e Telégrafos, 1932; MOREIRA, Lívio G. *Telegrafia. Noções práticas*. 2ª Ed., Curitiba, João Haupt & Cia, 1924. Cf. MACIEL, Laura Antunes. 1998, p. 77.

<sup>80</sup> Ferrovia que ligava a capital paraense ao município de Bragança, região nordeste do estado, sendo desativada, no entanto, no ano de 1965, durante o regime militar brasileiro, por ordem do então ministro Juarez Távora. As estradas de ferro foram agentes importantes no contexto da expansão telegráfica, principalmente durante a República, onde “construíram aproximadamente 17.000 quilômetros de linhas telegráficas, possuíam aparelhos telegráficos em cada uma de suas estações e competiam diretamente com as agências telegráficas públicas, disputando o serviço telegráfico interno”. Ver MACIEL, Laura Antunes. *Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, p. 127-144, 2001.

<sup>81</sup> Informações dadas por VIEIRA, Ruth & GONÇALVES, Fátima. pp. 36-7.

integrando cidades e regiões do país, representava tanto um fator comum quanto básico para o que seria a radiotelegrafia, e depois, a própria radiodifusão.

Entre os europeus e norte-americanos, as práticas e conhecimentos da radiotelegrafia vinha de um processo de mutações e amadurecimento, pelo menos, desde o final do século XIX, admitindo usos imperialistas e bélicos, principalmente na Grande Guerra Mundial que abriu as portas do século XX.

Entre nós, homens da planície, o uso da radiotelegrafia também se fez, de modo similar, com propósitos bélicos e estratégicos. No mesmo ano em que Eriberto Pio tornou-se telegrafista e quatro anos antes da fundação da Rádio Clube do Pará, soldados e milícias, por entre os rios da bacia amazônica, durante a Revolta de Óbidos, usaram a radiotelegrafia para transmitir mensagens e mobilizar guarnições. Entre os militares que estavam presentes nesse episódio militar, estava o então tenente Magalhães Barata que, juntamente com outros militares, consideravam-se paladinos da causa tenentista e árdios opositores da forma “oligárquica” de se governar.<sup>82</sup>

O escritor Carlos Rocque, em sua biografia política sobre *Magalhães Barata*, trouxe informações com base em depoimentos, diários de Barata e jornais de Belém e Manaus que acompanharam os acontecimentos de 1924, sobre a participação do tenente “revolucionário” na tomada da cidade de Manaus e o intuito de apoderar-se das cidades do Baixo Amazonas até chegar à capital paraense. Barata e outros “revoltosos” no Amazonas estavam solidários com os movimentos armados e as “revoltas tenentistas” deflagradas em São Paulo, no ano de 1924, e almejavam encerrar o ciclo oligárquico que dominava a República Velha nos estados da Amazônia. Segundo Carlos Rocque, uma das principais preocupações, tanto dos “revoltosos” quanto dos “legalistas”, era controlar os meios de comunicação a longa distância na região. Assim, fez-se uso tanto da radiotelegrafia como, principalmente, do telégrafo: “Por falta de comunicação, já que o telégrafo sem fio funcionava precariamente, Barata e os demais revolucionários... não tomaram conhecimento do que houvera em Belém”<sup>83</sup>, ou seja, a derrota dos revoltos em Belém, comandados por Assis Vasconcelos. Em compensação, quando Barata e seus homens chegaram até Santarém procuraram, imediatamente, apoderar-se da “estação telegráfica (Amazon Telegraph)”<sup>84</sup>. Contudo, a “revolução”

---

<sup>82</sup> A respeito desses conflitos militares que ocorreram em Belém e na cidade de Óbidos, em 1924, ver os trabalhos de ROCQUE, Carlos. *Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político*, SECULT-PA, 1999 e *Depoimentos para a História Política do Pará*. Belém: Mitograph, 1981.

<sup>83</sup> Cf. ROCQUE, Carlos. *Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político*, SECULT-PA, 1999, p. 41.

<sup>84</sup> *Ibidem*, p. 42.

almejada pelos tenentes na região amazônica, como Magalhães Barata, demoraria mais seis anos para oferecer o gosto do triunfo. Por ora, a oligarquia paraense, reunida no Partido Republicano Federal, recuperou a situação política e militar no Estado, à semelhança do que ocorrera nos demais, e no ano seguinte, enfeixava o nome de Dionísio Ausier Bentes como novo governador do Estado do Pará. A proto-história do rádio em terras paraenses cruzou e esteve ligada a esse político e seu governo polêmico e controverso. Vamos a ele!

### *1.3 A política velha à espera do veículo novo*

“Lembrei o velho Guiães, aliás, o moço Guiães dos velhos tempos em que andei pela PRC-5, a Rádio Clube do Pará, de que ele foi um dos fundadores, em 1928, ao lado de Roberto Camelier, Eriberto Pio, Gastão Vieira, o então governador Dionísio Bentes...”<sup>85</sup> Assim se expressou o jornalista paraense Nilo Franco, autor das memoráveis “Crônicas da Cidade”, sobre a oportunidade em que conheceu o maestro Manuel Guiães de Barros, importante artista do rádio paraense e colocado por alguns, como Nilo Franco, no panteão dos fundadores da emissora paraense. Entre os nomes listados como partícipes da fundação da Rádio Clube do Pará no ano de 1928 aparecia o de Dionísio Ausier Bentes, então governador do Pará e chefe do Partido Republicano Federal no Estado, reduto do grupo político fiel a Lauro Sodré. Os lauristas, como também eram reconhecidos, dominavam a cena política paraense durante a República Velha desde 1917, com a derrubada do governador Enéas Martins e a ascensão, pela segunda vez, de Lauro Sodré ao governo do Estado. No pleito eleitoral seguinte, a oligarquia laurista colocou no poder Emiliano de Sousa Castro, que viu de perto estourar um movimento “sedicioso”, um “levante amazônico”,<sup>86</sup> em Belém e na cidade de Óbidos, comandado por Assis Vasconcelos e tendo, entre os seus líderes, o tenente Magalhães Barata. Solidarizavam-se com a causa tenentista, opositora e reformadora

<sup>85</sup> Conferir BARROS, Manuel Guiães de. Op. cit. p.3.

<sup>86</sup> Sobre o episódio em Óbidos, chamado por José Ribeiro de “levante amazônico”, conferir do próprio José Ribeiro, em RIBEIRO, José. *Sobre os mosaicos do inferno*, Ed. Irmãos Pongetti: Rio de Janeiro, 1933, pp. 18-25, sendo que um dos raríssimos exemplares encontra-se na seção Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna. Cabe aqui, uma nota de esclarecimento sobre os acontecimentos ocorridos em Óbidos, no Baixo Amazonas: aconteceram duas revoltas, uma em 1924, com a participação direta de Magalhães Barata e outros militares solidários com as aspirações tenentistas e a outra, em 1932, como um movimento de resistência ao governo da Interventoria de Magalhães Barata e defendendo o retorno ao regime constitucional. Segundo Carlos Rocque, uma diferença vinculava os dois episódios em Óbidos: “os revoltosos de 24 eram os legalistas de 32...”, 1999, p. 48. Por sua vez, José Ribeiro comentou a duas revoltas ocorridas na cidade de Óbidos e também, na capital paraense.

que acontecia em vários estados da federação, principalmente com as ações militares ocorridas nesse mesmo ano, portanto, em 1924, na cidade de São Paulo, comandadas por Isidoro Dias Lopes. O governo legalista de Sousa Castro conseguiu derrotar os “sediciosos”, entregando o poder estadual ao seu sucessor, definido pela oligarquia laurista e que assumiu a partir de 1925, continuando o ciclo oligárquico da política velha. Assim, encontramos Dionísio Bentes como representante oficial da oligarquia que dominava a cena política paraense e, agora, era a sua vez de governar o Estado do Pará.

Destarte, a sua governança foi alvo de fortes críticas, oposições contundentes, principalmente do meio político e de setores da imprensa. Alguns jornais de grande circulação na capital paraense como o “Estado do Pará”, atacavam cotidianamente o governador e as suas medidas de concessão de grandes extensões de terras a particulares e empresas privadas, de maneira discricionária e “arbitrária”, a censura e perseguição que fazia aos seus opositores e órgãos da imprensa. A respeito dessa atmosfera tensa, Abelardo Condurú, que seria alguns anos depois prefeito de Belém, lembra que: “Eu colaborava no Estado, era redator. E o jornal mantinha cerrada oposição ao governador. Não gostando das críticas o Dionísio mandou empastelar o ‘Estado’, que durante algum tempo ficou sendo impresso nas oficinas da ‘Folha do Norte...’”.<sup>87</sup> Em suas memórias, Abelardo Condurú afirma ter sofrido perseguição pessoal porque “o governador que mais me perseguiu foi Dionísio. Perseguiu-me de maneira terrível. Por causa dessa perseguição fui obrigado a mudar-me aqui para o Rio de Janeiro...”.<sup>88</sup>

Concomitante a isso tudo, seu governo tomou decisões políticas e financeiras discutíveis e controversas em defesa, a seu modo, do tão decantado e buscado progresso na região, tomando medidas de incentivo à vinda de imigrantes japoneses, principalmente na região de Tomé-Açu e, sobretudo, fazendo vultosas e generosas concessões ao empresário norte-americano Henri Ford que, então, se propunha a produzir enormes seringais na Amazônia e, dessa maneira, livrar-se do cartel instituído pelos ingleses, a partir de suas colônias produtoras no Sudeste Asiático. Doravante, um dos resultados foi a construção planejada de uma cidade com feições e equipamentos modernos e uma imagem que deveria evocar “civilização” dentro da floresta inóspita e

---

<sup>87</sup> Ver ROCQUE, Carlos. 1981, p.21.

<sup>88</sup> Ibidem, p. 18.

selvagem: era a *Fordlândia*.<sup>89</sup> Dentre os equipamentos que mais conferiam significado de modernidade, “civilização” estava o rádio, a comunicação radiofônica que se realizava léguas adentro da floresta amazônica, comunicando essa fordlândia com centros urbanos como Belém, perfazendo um itinerário sonoro e comunicativo da “floresta” para a cidade, da “planície” para a capital. Muito embora, precisamos dizer que, provavelmente se tratava de um rádio com funções e usos de um meio radiotelegráfico e que essa tal “floresta” era um espaço investido e modificado pelo capital e a engenharia internacional.<sup>90</sup> Tudo isso era progresso, não importava o preço que se tinha que pagar ou mesmo se haveria algum ressarcimento dos investidores.

Esse ideário, essa sedução pelo progresso material, tecnológico e que, por sua vez, é revestido e potencializado como um evento de repercussões políticas foi o que, no nosso entendimento, aproximou o governador Dionísio Bentes do ideário e advento do rádio na Amazônia. Na verdade, o próprio Governo do Estado já se mostrava ciente dos benefícios e do uso estratégico da comunicação a longa distância na região amazônica e, para tanto, resolveu apoiar a instalação de duas estações de rádio para o serviço de radiotelegrafia. Segundo notícia publicada no jornal situacionista a *Folha do Norte* em setembro de 1927, foram construídas e montadas “duas estações de radiotelegrafia de ondas curtas em Conceição do Araguaia e Marabá e completou a estação de ondas largas em Alcobaça”<sup>91</sup> pelo técnico H.T. Sanders, funcionário do Telégrafo Nacional e encarregado pelo Distrito Telegráfico da Amazônia para a instalação das “duas novas estações de rádio”. Ainda segundo *A Folha*, todo esse empreendimento de “montagem das citadas estações foi incentivada pelo governo do Estado”, que subsidiou financeiramente a obra “com as despesas necessárias”. As estações de rádio não mobilizaram apenas as atenções e o erário público do governo paraense, mas arregimentaram grupos sociais e políticos locais, desde “autoridades civis locais e do bispado de Conceição do Araguaia” até a esperada aquiescência e apoio político

---

<sup>89</sup> Sobre o empreendimento do empresário Henri Ford na Amazônia com a construção de grandes seringais e de uma cidade no interior da floresta, a Fordlândia, conferir o estudo de história ecológica sobre o tema do historiador norte-americano DEAN, Warren. *A luta pela Borracha: um estudo de história ecológica*. São Paulo, Ed. Livraria Nobel S.A. 1989.

<sup>90</sup> Resenha de Gutemberg Armando Diniz Guerra, engenheiro-agrônomo e doutorando na École des Hautes Études em Sciences Sociales, bolsista Capes, publicada em: GUTEMBERG, Armando Diniz Guerra. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, v.13, nº3, pp. 411-414, 1996, do livro de COSTA, FRANCISCO de A. *Grande capital e agricultura na Amazônia; a experiência Ford no Tapajós*. Belém: Editora Universitária da UFPA, 1993. 180p.

<sup>91</sup> *A Folha do Norte*, “A radiotelegrafia no Pará”, 01 de setembro de 1927, primeira página.

efetivo das “municipalidades, quanto ao serviço de transporte de materiais”<sup>92</sup>. Possivelmente, o intuito de ver recuperar economicamente a região amazônica, ligando áreas de produção agrícola e algumas indústrias no interior do Estado com o setor de serviços, comércio, transporte e administrativo, instalados nas capitais como Belém do Pará, imprimia a necessidade de comunicar os negócios na capital com os que eram desenvolvidos no campo através da comunicação a longa distância, portanto, pelo uso da radiotelegrafia e da radiotelefonia<sup>93</sup>. Ademais, acredito que a economia não explicava tudo, em vez disso, parece plausível supor que as revoltas no Baixo Amazonas e a tomada de cidades importantes como Santarém e Óbidos, chamaram a atenção das autoridades estaduais instaladas em Belém da ameaça de perder o controle de extensas áreas do interior amazônico, notadamente, o Tapajós<sup>94</sup>. O ano de 1924 e as suas lições no Baixo Amazonas ainda estavam bem presentes dentro das preocupações das autoridades políticas que dominavam o Estado. O leitor poderia me indagar, mas e o telégrafo? Esse meio de comunicação não fazia a comunicação e integrava, pelos fios telegráficos, várias cidades do interior amazônico com capitais como Belém e Manaus? Sem dúvida, mas situações tensas e conflituosas como as revoltas que ocorreram em 1924 ou mesmo vandalismo, mostraram a facilidade de interromper as transmissões cortando os fios e derrubando os postes<sup>95</sup>. A radiotelegrafia oferecia o conforto da transmissão sem fios e o incômodo de seus sinais poderem ser interceptados.

Contudo, o motivo oficial mais alegado para o uso do rádio como comunicação radiotelegráfica foi, segundo o próprio governador Dionísio Bentes, em mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado no dia 22 de outubro de 1927, não “esquecer regiões que, por sua situação topográfica, se achavam secularmente fechadas

---

<sup>92</sup> Idem, *ibidem*

<sup>93</sup> Sobre a importância econômica atribuída aos meios de comunicação como o telégrafo durante a Primeira República, Laura Antunes Maciel lembra que “os meios de comunicação deveriam ser instrumentos, nas mãos do Estado, para promover a ocupação produtiva do interior” e, dessa maneira, eram compreendidos e representados como “inventos técnicos (que) eram pensados como instrumentos capazes de promover a civilização e o desenvolvimento econômico do país”. Ver MACIEL, Laura Antunes. *Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, p. 127-144, 2001.

<sup>94</sup> Cf. ROCQUE, Carlos. 1999, pp. 44-6.

<sup>95</sup> Casos envolvendo cortes dos cabos telegráficos provocando a interrupção das mensagens telegráficas têm-se notícias, desde o início do século XX, na região amazônica. Por exemplo, o fato relatado pela Repartição Geral dos Telégrafos, Distrito Telegráfico do Pará, endereçado ao governador do Estado no dia 14 de dezembro de 1904, atestando o recebimento de comunicado da “The Amazon Telegraph Company Limited” sobre motivo “da última interrupção da comunicação telegráfica para Manaus, foi devido a terem perversamente cortado o cabo a 12 milhas a leste de Prainha, venho solicitar de V. Excia. as necessárias providências no sentido de evitar que semelhantes atos de vandalismo sejam reproduzidos, os quais causam embaraços ao público”, conferir na Série Ofícios (Correios e Telégrafos), disponíveis no Arquivo Público do Estado do Pará.

ao contato de outras populações” e, principalmente, “na impossibilidade de favorecê-las com meios de comunicação que as integrasse no conjunto do Estado, fizemos instalar, em algumas delas, estações radiotelegráficas”, responsáveis por levar “até ali... o conforto que esses empreendimentos proporcionam”<sup>96</sup>. A intenção do governador Dionísio Bentes estava clara: comunicação, integração de extensas áreas da Amazônia ao poder central do Estado. Arelado a isso, o governo fazia a sua propaganda como promotor do progresso na região através da radiotelegrafia, não fazendo seu uso literal como meio de publicidade, pois era impraticável na época, mas dispondo o próprio radiotelegráfico como imagem divulgada de seu “empreendedorismo” no Estado<sup>97</sup>.

Nesse sentido, ser moderno, “progressista”, como se referiam as gazetas na época, poderia ser, tanto para o poder político quanto para setores da elite econômica no Pará, uma maneira nova de estar integrado, comunicando-se a longa distância e num curto período de tempo com outras localidades, espaços e pessoas. Além das iniciativas governamentais, a forma de rádio desse tempo foi alvo das atenções e de investimentos de setores privados, preocupados em dinamizar suas atividades comerciais, industriais e agrícolas dentro do Estado. A propósito, ilustrativo foi o caso noticiado pela *Folha do Norte*, em setembro de 1927, a respeito da “iniciativa progressista” do coronel José Júlio de Andrade, industrial e comerciante com escritório e firma na capital paraense e dono de extensas propriedades no interior do Pará, alcunhado como “o digno capitalista... verdadeira acepção do ‘business man’ americano” resolveu instalar e montar estações radiotelegráficas “em seu escritório comercial em Belém e nas suas propriedades em Arumanduba”, localizada no município de Almerim, para manter “permanente serviço de comunicações”<sup>98</sup>. Segundo o colunista, o objetivo do “capitalista” era, através desse serviço de comunicação, “imprimir uma perfeita organização de trabalho nos domínios de suas múltiplas atividades”, controlando, acompanhando e dinamizando ações por meio da velocidade “do tráfego da correspondência verbal”. Doravante, e esta é a razão do título da matéria “radiotelephonia em Belém”, José Júlio de Andrade resolveu “aperfeiçoar” a sua comunicação a longa distância, mandando instalar a radiotelephonia “em seu escritório

---

<sup>96</sup> “Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado, em sessão solene de abertura da 1ª reunião de sua 139 legislatura, a 7 de setembro de 1927, pelo governador do Estado Dr. Dionísio Ausier Bentes” e reproduzido pela *Folha do Norte*, os referidos assuntos no dia 22 de outubro de 1927, p. 7.

<sup>97</sup> A *Folha do Norte*, “A radiotelegrafia no Pará”, 01 de setembro de 1927, primeira página.

<sup>98</sup> A *Folha do Norte*, “A radiotelephonia em Belém”, 08 de setembro de 1927, primeira página.

em Belém e em suas aludidas propriedades”, representando, segundo o autor, “a primeira iniciativa desse gênero no Pará”. Vale notar como se deu a comunicação e, principalmente, a recepção sonora da radiotelefonia:

“A estação de Belém comunicou-se com a de Arumanduba durante a noite, sendo transmitidas diversas mensagens verbais e um concerto de gramofone, que foram ouvidos admiravelmente naquela localidade, a ponto da pessoa que ali escutava, o deputado Andrade Ramos, reconhecer perfeitamente a voz da pessoa que daqui falava, o nosso confrade Andrade Queiroz, fiscal do imposto de consumo federal e sobrinho do senador José Júlio.”<sup>99</sup>

Como pode ser observada, a primeira recepção de rádio em nosso Estado foi de políticos ligados ao governador Dionísio Bentes e ao senador José Júlio de Antrade, “promotores do progresso” na região. Consequentemente, mesmo o rádio de funções radiotelegráficas e radiotelefônicas e, antes de surgir materialmente e passar a funcionar como sistema de radiodifusão, as suas ligações com a política e os principais políticos da época no Pará já indicavam um histórico de futuras aproximações.

Ademais, não foi só a história do rádio que apresentou ligações e aproximações com a política, mas também a sua memória. Tivemos o “uso” político da memória do rádio na Amazônia: De tal modo, que o próprio Dionísio Bentes, em quase todas as referências, pós 1930, teve seu nome e sua participação no “esquecimento” no que se referia ao panteão dos fundadores da emissora. Podemos tentar buscar as razões desse “esquecimento” em várias direções, desde a sua possível participação nominal e circunstancial no advento do rádio na Amazônia, o que pareceu pouco provável pelo seu interesse no novo meio de comunicação, até pela considerável ausência de documentos e arquivo sobre essa primeira história do rádio paraense. Embora a última razão apresente um senso razoável de argumentação, a pressuposição e, mais que isso, a provocação que faço da questão, traz o referido “esquecimento” do nome de Dionísio Bentes na memória e mesmo, na história do rádio paraense, como resultado de que ambas, a história e a memória, foram forjadas pelos vitoriosos revolucionários do movimento de 30 no Pará<sup>100</sup>. A gênese dessa memória encontra-se nas práticas,

<sup>99</sup> Ibidem

<sup>100</sup> Nas pesquisas que fiz, entre jornais e revistas, bem como nos depoimentos de antigos radialistas da Rádio Clube publicados na imprensa, por ocasião das comemorações de aniversário da emissora, principalmente em datas “fechadas” como 2008, 1998, 1988 e 1978, o nome de Dionísio Bentes não foi mencionado, apenas tive registro no livro de Manuel Guiães de Barros, sendo a citação e a “lembrança” do conhecido jornalista Nilo Franco.

associações e significados atribuídos e construídos pelos vitoriosos revolucionários civis e militares, intelectuais e políticos ao rádio que “fala e canta para a planície”. O antigo governador Dionísio Bentes representava a política velha, a oligarquia “corrupta”, um passado a ser omitido, desconsiderado, portanto, principalmente para as imagens de progresso, modernidade, do “novo” que eram associados à Rádio Clube do Pará após a “revolução” de 1930, seu nome precisava ser esquecido.

Outro construto dessa memória, forjada nos anos 30 e positivada com mudanças nas décadas posteriores, foi esvaziar a história do rádio de seu conteúdo político, de suas ligações políticas e ideológicas, mitificando a rádio como um totem de entretenimento e cultura. Uma das principais propostas deste trabalho é procurar recolocar a política dentro do movimento dialético de ligações com a cultura e o entretenimento do meio radiofônico, tentando dissecar o preâmbulo das conexões entre radiofonia e política na Amazônia, reverberando a importância das práticas sociais e políticas da Amazônia do entre guerras para a trajetória da mídia radiofônica paraense.

#### *1.4 Águas e sonhos: comunicações e idéias na conquista do rádio na Amazônia*

A análise e a reflexão continuam buscando os indícios e dissertando considerações sobre a proto-história do rádio na Amazônia, porém, agora, os sentidos ganham uma nova dimensão e profundidade: as “águas” como principal meio de transporte, comunicação e contatos da Amazônia com outras regiões do país e do mundo. As “águas” foram aquele primeiro elemento por onde a presença portuguesa iniciou o seu processo de conquista, gladiando-se com outros europeus pela partilha e riquezas das novas terras. Se a natureza verde oferecia o atrativo comercial das chamadas “drogas do sertão”, era a natureza líquida do grande rio do Amazonas e seus afluentes que ligava a floresta adentro com a entrada de Belém e, desta com a Coroa. Do sentido inicial de conquista, as “águas” na região passaram a atrelar um novo significado de domínio: as águas dos rios como elemento de integração.

Essa integração que teve o seu primeiro momento como curso natural das “águas”, de sua fonte ao delta, passou a evocar um problema estratégico para o norte da colônia portuguesa na América e, mais tarde, para o setentrão do Império Brasileiro. Ao temor do abandono e isolamento de vastas áreas de floresta e inúmeros braços “gentios” para o trabalho nas missões ou escravização dos colonos, possibilitando a

sede e ingerência de franceses e espanhóis, até as discussões de integrar-se a uma “unidade” política como o Império Brasileiro.

Aliás, as “águas” foram “co-personagens” de fatos e interpretações históricas sobre a emblemática e controversa *Adesão do Pará à Independência* e sua integração ao Império Brasileiro. A baía do Guajará teria sido o palco hídrico do desenrolar de acontecimentos decisivos ocorridos na capital paraense, em 1823, como o anúncio por um comandante inglês ou segundo outros, “mercenário” a serviço de D. Pedro I, de uma suposta esquadra a cercar e atacar Belém, instando e convencendo a Junta Governativa a proclamar a adesão do Grão-Pará ao Império do Brasil ou mais contundente ainda, a tragédia do *Brigue Palhaço* com a morte de 255 presos e, apenas um sobrevivente, colocavam o episódio trágico e o referido comandante, John Pascoe Grenfell, para alguns intelectuais paraenses que revisitavam essa historiografia dentro dos debates modernistas da década de 1920 sobre a identidade nacional pintada em molduras regionais, como um acontecimento ou tragédia militar que lembrava e evocava um outro episódio ocorrido na Antiguidade Clássica, a destruição da cidade de Cartago, potência marítima no mediterrâneo, pelos exércitos romanos. O historiador Aldrin Moura de Figueiredo fez uma interessante análise dessa evocação e constelação de imagens históricas do presente dos debates (1923) para o passado revisitado e debatido (1823). Segundo Aldrin Figueiredo, imagem histórica que não tardou a virar imagem mítica:

“A história da destruição de Cartago virou mito. Paradigma heurístico para história das civilizações modernas, o uso do mito político da guerra entre Roma e Cartago estava na ordem do dia. Nos debates políticos em torno das comemorações do centenário do episódio do brigue Palhaço, em 1923, a analogia com a história de Cartago veio à tona novamente.”<sup>101</sup>

Ora, pouco se fala, mas a “água” pode ser, como lembrou Gaston Bachelard, também mítica<sup>102</sup>. Ela carregou imagens evocadas e debatidas por gerações de intelectuais, como a de 1923, num jogo político e de memória que Figueiredo chamou

<sup>101</sup> FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Memórias cartaginesas: modernismo, antiguidade clássica e a historiografia da Independência do Brasil na Amazônia, 1823-1923. Revista *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 22, nº 43, janeiro-junho de 2009, p.176-195.

<sup>102</sup> BACHELARD, Gaston. *A Água e os sonhos*. Ensaio sobre a imaginação da matéria. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p.158.

de “memórias cartaginesas” sobre os debates do centenário e a polêmica da “adesão”<sup>103</sup>.

Por sua vez, a “palavra da água”, aludida por Bachelard<sup>104</sup>, parece dizer algo sobre outro momento particular da história da região. O final do século XIX na Amazônia veio presenciar um novo trânsito científico e marítimo da região com a Europa, através da coleta e deslocamento de sementes de várias espécies para seu potencial cultivo e uso para a produção da borracha. Trânsito esse, como lembrou Warren Dean, realizado entre instituições científicas como os jardins botânicos do Pará e de importantes cidades européias<sup>105</sup>. Assim, parte importante da história de conhecimento e exploração da borracha esteve imersa numa história hídrica, tanto pelos rios da região quanto pela navegação internacional. Logo, das ligações científicas e culturais em torno de um elemento natural vegetal para a obtenção da borracha ou ainda, a exploração da *hevea brasiliensis* dentro do “oceano verde” que é a floresta amazônica<sup>106</sup>, não demorou a que a região fosse inserida em uma nova integração na sua história: setores abastados locais e internacionais a apostarem numa integração econômica no mercado mundial com a exploração da borracha.

Conseqüentemente, nesse último caso, uma das fisionomias buscadas e desenhadas para a *Belle Époque* amazônica, principalmente em centros urbanos como Belém e Manaus, foi a evocação de certo internacionalismo dos setores abastados da borracha com a Europa e, em menor escala, com os norte-americanos. Produtos de consumo de luxo e variedades franceses e ingleses, máquinas e equipamentos mecânicos e, principalmente elétricos<sup>107</sup>, vindos dos Estados Unidos e desembarcados nos portos de Belém e Manaus, atrelavam o significado da modernidade tecnológica, originária das revoluções industriais e elétricas verificadas nesses países<sup>108</sup>, com o histórico emblema regional da integração. A economia gomífera, ao possibilitar um novo momento nessa integração, situou-a, dentro do movimento mais geral da

<sup>103</sup> Cf. FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. 2009, p. 177.

<sup>104</sup> Cf. BACHELARD, Gaston. 1989, p. 193-202.

<sup>105</sup> DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São Paulo, Ed. Livraria Nobel S.A. 1989, p. 42-49.

<sup>106</sup> SADER, Emir & JINKINGS, Ivana. (cord.) *Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe: verbete Amazônia*. UERJ: LPP, ALPAC (Associação Latino-americana de Pesquisa e Ação Cultural), ed. Boitempo, 2007, p. 73.

<sup>107</sup> *A Folha do Norte*, 17 de abril de 1911, p.4.

<sup>108</sup> Sobre as revoluções industriais e elétricas ocorridas na Europa e nos Estados Unidos durante o século XIX, mas estudadas a partir do conceito de *Paisagem Sonora*. Vide o trabalho de SCHAFER, Raymond Murray. *A afinação do mundo: Uma exploração pioneira pela história passada e pelo atual estado do mais negligenciado aspecto do nosso ambiente: a paisagem sonora*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

modernidade que se processava desde o século XIX. A par do que se diga, essa modernidade projetava-se em significados sociais nos principais centros urbanos. Primeiramente, ela é metálica e evolutiva, pautada no aporte da ciência e, portanto, geradora de artefatos tecnológicos. Em segundo lugar, ela dispensa boa parte do esforço humano pelo uso e comodidade da eletricidade. Nos dois casos, era comum na imprensa de cidades como Belém a valorização de produtos e máquinas de determinado metal e com o uso da energia elétrica <sup>109</sup>.

Ademais, o outro significado de modernidade ocorre no momento em que os setores mais abastados do fausto *bellepoquiano*, evocam-na atrelada ao sentido de integração, comunicação com valores e pessoas do mundo ocidental considerado “civilizado”. Portanto, a modernidade cola-se na idéia de integração que, por sua vez, passa a alimentar um repertório moderno e urbano: ser moderno é estar integrado.

Nesse sentido, voltemos às “águas” como fator e elemento não apenas regional dessa integração, mas comportando um sentido mundial. As gazetas do final do século XIX e início do século XX passaram a dedicar várias páginas para a propaganda das companhias de navegação, informes de saída e chegadas de navios, preços das passagens da primeira a terceira classes, o itinerário oceânico ou fluvial traçado, além de informes específicos sobre a navegação em colunas como a “Mares e Rios” <sup>110</sup>, publicada diariamente na *Folha do Norte*. Aliás, esse matutino estava entre as gazetas de Belém que mais dispensavam espaço para assuntos e publicidade ligados à navegação. Em vista disso, inúmeras companhias, sobretudo estrangeiras, fizeram uso do espaço no jornal, inclusive por largo período de tempo, para o escopo da propaganda. Uma delas era o serviço de “paquetes de mala real” chamada apropriadamente de “Boot Line”, ou seja, imagens associativas à navegação de longa distância: a *linha* de navegação e a comodidade ao passageiro com o seu *porta-malas*. A própria companhia anunciava:

“Serviço rápido, com luxo e conforto, entre Manaus, Pará e Europa. Serviço freqüente entre Nova York, Barbados, Pará, Manaus, Pernambuco e sul do Brasil. Cabines de luxo, camarotes para uma,

---

<sup>109</sup> Ventiladores, máquinas para vapor, vibrador e discos, todos elétricos, eram anunciados em jornais de Belém. Ver *O Estado do Pará*, 09 de abril de 1911, “ventiladores elétricos”, p.4 e “vibrador elétrico Premier”, 13 de abril de 1911. A *Folha do Norte* anunciou “discos elétricos”, 10 de setembro de 1927, p.4.

<sup>110</sup> A *Folha do Norte*, 01 de janeiro de 1910, p.2.

duas ou três pessoas. Esplêndidas e modernas acomodações para passageiros de terceira classe.”<sup>111</sup>

Logo, como podem ser notados no texto da propaganda, os dois principais destinos com suas respectivas “linhas” de navegação eram a “América” dos norte-americanos e a Europa. No caso da linha americana, as capitais amazônicas poderiam ser tanto destino quanto “escala” para comunicar-se com o Nordeste e o sul do Brasil. Na linha européia, os principais destinos de desembarque fora do território brasileiro eram Portugal e Inglaterra. Os sentidos sócio-econômicos (“esplêndidas e modernas acomodações para passageiros de terceira classe”) e de intimidade (“cabines de luxo, camarotes para uma, duas ou três pessoas”) ofertavam *benesses* de sair ou voltar para Belém ou Manaus.

Contudo, nem só do tráfego oceânico se fazia as comunicações pelas “águas” na Amazônia. A companhia “Boot Line” fazia trajeto direto tanto na ida como na volta, entre Belém e Manaus. No entanto, outras companhias como a “The Amazon River Company” faziam embarque e desembarque de passageiros em várias cidades do *hinterland* amazônico, de Belém à Manaus, comunicando e integrando fluvialmente o espaço regional entre as duas capitais amazônicas. Tal integração, entretanto, não era propriamente de governo, mas de particulares e empresas privadas. Os governos que administraram o Estado do Pará durante a República Velha desenvolveram outras “linhas” de comunicação da capital paraense com cidades da região amazônica: comunicações terrestres através da construção da Estrada de Ferro Bragança, a partir de 1883 e a reconstrução de trechos de sua linha férrea no governo Dionísio Bentes<sup>112</sup>, além das linhas telegráficas que eram utilizadas cotidianamente pelo poder público estadual, sediado em Belém, para comunicar, despachar ordens e serviços, receber informações oficiais e dirimir assuntos burocráticos como indicações de funcionários com todas as cidades por onde passavam os cabos telegráficos no interior amazônico até chegar à capital amazonense. Sem dúvida, que havia questões e limites de fronteira e jurisdição entre os estados do Amazonas e do Pará por onde passavam as linhas telegráficas. Assim, quando ocorriam cortes de cabos e problemas na transmissão num dos territórios, o ofício era dirigido àquela jurisdição estadual pela companhia servidora.

---

<sup>111</sup> Ibidem, página de anúncios de navegação.

<sup>112</sup> Ofício nº 325, de 09 de janeiro de 1926, da “Estrada de Ferro Bragança – Serviço de Reconstrução” informando o Governador do Estado do Pará sobre o recebimento da quantia para a reconstrução de cinco quilômetros de linha férrea. Podem ser consultados vários documentos semelhantes ao citado, referentes à reconstrução de trechos da estrada. Acervo do Arquivo Público do Estado do Pará.

O telégrafo, portanto, foi o meio de comunicação mais utilizado pelos governos durante a Primeira República para superar distâncias e isolamentos inter-regionais no norte do país, fomentando uma integração ou unidade por meio de cabos ou fios que se materializava regionalmente e, a partir de capitais como Belém, com outras cidades e regiões do país. Serviços de companhias telegráficas como a da *Western Telegraph Company* eram utilizados pelo governo estadual e recebiam, em forma de memorando, informações da dívida contraída com a empresa:

“Exmo Sr. Dr. Lauro Sodré

D.D. Governador do Estado

Tenho a honra de comunicar a V. Excia, que os telegramas transmitidos por conta do Governo do Estado durante o mês de abril último, pela *Western Telegraph Company Limited*, importaram em duzentos doze mil e setecentos réis, (212 \$ 700). Conforme relação junta.

Para 7 de maio de 1920

Superintendente”<sup>113</sup>

A historiadora Laura Antunes Maciel ao estudar a constituição do telégrafo, dando destaque ao papel desempenhado por Candido Rondon e a sua “Comissão” para expandir a linha telegráfica no Centro-Oeste e Norte do Brasil, abordou os significados e funções que o Estado foi incorporando ao telégrafo, inclusive, como vimos, no serviço gerenciado por companhias particulares e estrangeiras. No seu livro *A Nação por um fio*, a autora realçou a constituição do meio telegráfico como instrumento da administração pública: “a palavra do poder em vários pontos do território” e de estratégia militar com a posse “pacífica” e “ordem” na nação<sup>114</sup>. Assim, seja pela “terra”, pelas “águas” ou mais tarde, pelo “ar” com a aviação, as comunicações revestiam materialmente a região de um sentido integrador e propalavam seus agentes e administradores em seus discursos, as imagens de progresso e modernidade. Ora, mas e o rádio? Como ocorreu a sua conquista na região norte do país?

Ora, vimos um pouco como se davam as conexões técnicas, humanas e, portanto, culturais da Amazônia com a nação e o mundo. Logo, cresce a relevância de buscar a proto-história dessas conexões, das condições de transporte e comunicação. E, como através desses movimentos a idéia ou sonho de se fazer uma emissora de rádio na

<sup>113</sup> Memorando de 07 de maio de 1920, Série: Ofícios (Correios e Telégrafos), Caixa: 144. Acervo do Arquivo Público do Estado do Pará.

<sup>114</sup> Cf. MACIEL, Laura Antunes. 1998.

região foi ganhando algum alcance? Uma resposta possível seja que, por intermédio dessas “águas”, sonhos nasceram ou pelo menos se alimentaram bastante: idéias, novidades, conhecimentos, trocas de experiências que possibilitaram o envolvimento dessa pré-história do rádio em sonhos visionários.

Ilustramos como alguns fundadores, como Roberto Camelier, viajavam para a capital do país pelos “Itas” ou “paquetes” entrando em contato com as novidades tecnológicas, dialogando com as experiências de outros fundadores, como Roquette Pinto, nas primeiras estações radiofônicas cariocas ou ainda, em outros centros de menor projeção, como Recife que, a despeito disso, já possuía quase uma década de experiências em radiodifusão. Assim, termo importante nesse trajeto a ser problematizado é o de “inspiração”, discorrendo sobre os seus significados, usos e possíveis práticas que enredou. Compreendo que a referida “inspiração”,<sup>115</sup> citada por Edyr Proença e outros homens do rádio, exercida pelas primeiras emissoras sobre a Rádio Clube do Pará foi, a meu ver, “comunicação” que se estabelecia, sobretudo, pelas águas, trazendo vida, mensagens, pessoas e evocando sonhos visionários e imagens míticas.<sup>116</sup> O rádio chegou até nós, paraenses, pelas águas para cumprir a “missão” de mensageiro, da voz divina ou civilizada que orientava espíritos.

Tanto assim, que o etnomusicólogo Murray Schafer devaneia como o rádio apareceu sacralizado e com funções divinas. Os deuses, ao precisarem se comunicar com os mortais, recorriam a um meio ou veículo que intermediasse, levando as suas mensagens ou palavras ao mundo terreno: eram os oráculos, para os gregos antigos ou os profetas, para os antigos hebreus. Apesar da distância entre o divino e os mortais, a divindade mostrava-se na presença da voz ou mensagem transmitida pelo intermediário.<sup>117</sup> Os séculos XIX e XX ressignificaram essa dimensão divina da voz, acrescentando-lhe o aparato “civilizatório”. Essa dimensão nova, que era social, política e tecnológica passou a colar com o novo veículo de comunicação, o rádio!

Portanto, outra dimensão analítica para “águas e sonhos” é a fenomenológica, com suas imagens ancestrais, poéticas e sensíveis, evocando diálogos novos entre natureza, homem e imaginário. As “águas”, com toda a potência simbólica dentro do imaginário de inúmeros povos, inclusive os da Amazônia, aparece tanto como natureza

---

<sup>115</sup> Cf. PROENÇA, 1981, op.cit.

<sup>116</sup> BACHELARD, Gaston. *A Água e os sonhos*. Ensaio sobre a imaginação da matéria. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

<sup>117</sup> SCHAFFER, Raymond Murray. 2001.

quanto como mito, ou ainda, como natureza mitificada em lendas, contos, músicas, poesias e pinturas. Essas imagens dessas naturezas das águas seriam, noutro movimento, um pouco mais tarde, consteladas com as imagens da tecnologia, da modernidade e, no nosso caso, com as do rádio.<sup>118</sup> O rádio na Amazônia aprendeu com as “águas” um dos principais papéis que assumiu como meio de integração: com o seu desenvolvimento nas décadas de 1930 a 1950, ele revestiu-se das práticas e funções dos chamados “regatões” ou “mascates” levando informações e propaganda comercial pelas suas ondas até áreas distantes. Elementos do mundo natural como as “águas”, e a “planície”,<sup>119</sup> ou do “mundo étnico” amazônico como o “caboclo”<sup>120</sup> e o “indígena” foram evocados, transformados em discurso artístico e constelados com as imagens de progresso e modernidade atrelados ao rádio paraense.

O fenomenólogo francês Gaston Bachelard, a propósito da “Água e os sonhos”, lembrou da experiência humana do “inconsciente marítimo que é, portanto um inconsciente falado, um inconsciente que se dispersa em narrativas de aventuras, um inconsciente que não dorme”<sup>121</sup>, pois o viajante do mar volta de um além, do longínquo e, dessa maneira, “fabula o distante” para a criança ou jovem que “escuta” seus contos. Para Bachelard, portanto, “a experiência do mar é da ordem da narração”, porém, torna-se limitada pelo fato das “narrativas do viajante” não serem “psicologicamente verificadas por aquele que escuta”<sup>122</sup>. Nesse sentido, segundo Bachelard, a água do mar é menos “fabulatória” do que a água doce, presente em rios e lagos, porque nesta, existe um “inconsciente que sonha em torno de experiências comuns”. Essa fabulação contada, vinda das “águas”, apareceu nutrindo todo um imaginário literário e musical na Amazônia com imagens lendárias e míticas, a exemplo do “Uirapurú”, a “Cobra grande”, o “Boto”, a “Iara”. O historiador Robert Madeiro Dias conta-nos um pouco como o maestro paraense Waldemar Henrique encontrou e evocou uma “Amazônia profunda”, quando de sua infância, durante a *belle époque* e a crise da borracha, via “homens de todas raças que iam e vinham”, percorrendo Belém compondo uma paisagem peculiar da dinâmica do Porto, a cidade,

<sup>118</sup> BENJAMIN, Walter *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. (Obras escolhidas; v. 1). São Paulo; Brasiliense, 1994.

<sup>119</sup> *Folha do Norte*: 22 de maio de 1931 e conferir também: *Pará Ilustrado*, “Barulho”: 06 de maio de 1939, texto do literato paraense Jacques Flores.

<sup>120</sup> *A Semana*, Belém, 01 de abril de 1939 e conferir também: *A Vanguarda*, “Vozes e Ritmos do Norte”: 19 de janeiro de 1939, texto de autoria do músico paraense Gentil Puget que teve importante participação no *cast* radiofônico paraense.

<sup>121</sup> Cf. BACHELARD, Gaston. 1989, p. 159.

<sup>122</sup> Idem, *ibidem*

o rio e a floresta”<sup>123</sup>. Esses imigrantes evadidos de várias localidades e seringais do interior amazônico chamavam a atenção do artista por contarem “histórias trágicas de ‘coisas sobrenaturais, lendas indígenas, superstições, alusões, sonhos, cantigas, dores, feitiços, tudo o que o silêncio apavorante da selva os deixou escutar”<sup>124</sup>. Histórias que chegavam das “águas” e da floresta, “lendas encantadas da planície” até ao ouvido do menino Waldemar Henrique. Mais tarde, no início dos anos de 1930, em parceria com o poeta Antônio Tavernad, traduziu esse fundo lendário em versos e melodias, depois irradiadas em programas da Rádio Clube do Pará como “Foi boto, Sinhá” e “Matinta Perera”. O maestro e o infelizmente poeta do Rancho Fundo organizaram programas radiofônicos onde aparecem essas imagens e narrativas míticas e lendárias da Amazônia, sob o formato lúdico e artístico da literatura e da música. Um dos exemplos mais contundentes ocorreu no dia 15 de agosto de 1933, no *Palace Theatre* do Grande Hotel, quando Waldemar Henrique apresentou a “Noite da Canção Paraense” com peças musicais e literárias de sua autoria ou dividindo a criação com Antônio Tavernad:

“1ª parte

- I – Muiraquitã – ouverture para orquestra.
- II – Por que partiste? Canção de Ilná Pontes de Carvalho.
- III – Fiz da vida uma canção. Valsa – palavras de Waldemar Henrique.
- IV – Não faz mal... Canção letra de Waldemar Henrique.
- V – Quando a saudade acorda... Canção – versos de Antônio Tavernad.
- VI – Nêgo Véio. Canção – palavras de Waldemar Henrique.
- VII – Amor! Amor! Valsa-canção – palavras de Waldemar Henrique.
- VIII – Você não casa comigo. Samba-canção – versos de De Campos Ribeiro.
- IX – Felicidade. Canção – palavras de De Campos Ribeiro.
- X – Fugi só pra vortá. Canção – palavras de Ilná Pontes de Carvalho.
- XI – Boquinha mimosa. Canção – versos de Leonardo Ribas.
- XII – Chorinho – versos de Bruno de Menezes

---

<sup>123</sup> DIAS, Robert Madeiro. *Em águas e lendas da Amazônia: os outros brasis de Waldemar Henrique e Mário de Andrade (1922-1937)*, Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2009, p. 31.

<sup>124</sup> Idem, *ibidem*.

## 2ª parte

- I – Há de acabar um dia o nosso amor. Fox-canção – versos de Wladimir Emanuel.
- II – Nayá (Lenda da Vitória Régia). Canção – versos de Juanita Machado.
- III – Suave —Spleen|| . Fox-canção – palavras de Waldemar Henrique.
- IV – —Viens! Je n'attends que toi|| . Canção – versos de Marcontian.
- V – Cabocla Malvada. Canção – versos de Wladimir Emmanuel.
- VI – Canção Nômade. Versos de Waldemar Henrique.
- VII – —Amar de Longe|| . Modinha – versos de Edgard Proença.
- VIII – Canção do Meu Coração. Canção – versos de Martins Fontes.
- IX – Romance. Canção – versos de Antônio Tavernad.
- X – Vaidade. Valsa – versos de Waldemar Henrique.”<sup>125</sup>

Talvez, a mais perspicaz visão do que seria o festival do dia 15 de agosto foi escrita por Antônio Tavernad para a revista *A Semana*, na qual desferiu uma crítica e um lamento:

“... Não executam os jazzs, as vitrolas não o vulgarizam, as editoras de músicas não lhe fazem proposta. Santo de casa...  
Só o *broadcasting* paraense lhe veicula as canções encantadoras.  
Muito pouco, para quem merece tanto.  
Agora, porém, a pérola, saída: enfim, da concha da sua timidez, vai exhibir-se na montra de um palco.”<sup>126</sup>

A proposta ou perfil cultural da emissora Rádio Clube do Pará durante a maior parte dos anos de 1930 foi divulgar canções e obras literárias que evocavam entre seus temas, esse imaginário lendário e mítico da Amazônia. Muitos dos programas e da organização artística da emissora estavam sob a responsabilidade de uma *intelligentsia* regional, figuras de proa do modernismo dos anos de 1920 como Jacques Flores, Edgar Proença, Gastão Vieira, De Campos Ribeiro e uma nova geração que transitava e aparecia na década seguinte: Gentil Puget, Waldemar Henrique, Wladimir Emanuel, Antônio Tavernad e tantos mais. Assim, eles ganhavam importância dentro do

<sup>125</sup> MIRANDA, Ronaldo. *Waldemar Henrique, compositor brasileiro*. Belém, Falangola, 1978, p. 30-33, Apud DIAS, Robert Madeiro. Op.cit. p.35.

<sup>126</sup> TAVERNAD, Antônio. Pássaro Desconhecido. Reproduzido pela revista *Asas da Palavra*, revista de graduação em letras: UNAMA, Belém, vol. 4, nº 9, outubro de 1998, p. 53.

*broadcasting* paraense por elaborarem criações e interpretações sensíveis desse imaginário regional sob a forma de uma narrativa simbólica, devidamente organizada nos seus programas de estúdio: A “noite do violão”, a “noite da canção brasileira”, a “noite do Jeca Tatu”<sup>127</sup>.

Outro artista que transmutou esse imaginário lendário para a linguagem da arte e, em seguida, divulgou-a pelo rádio, foi o músico Gentil Puget que organizava pelos idos de 1936, um programa de música regional chamado de “Irapurú”<sup>128</sup>. Sua trajetória na emissora paraense era de mais cedo: em fevereiro de 1932, ele organizava, ao lado de outros jovens artistas e acadêmicos, um programa radiofônico apresentando samba, tango-canção e “versos regionais” como “Cabocla gostosa” e musicando a letra “Canção do meu amor” de “De Campos Ribeiro”. Outro participante foi “o autor acadêmico Romeu Mariz Filho”, autor de “Lendas paraenses- Príncipe D. Juan em Macapá”. Foi feita também referência à “Batuque” em canto e choro<sup>129</sup>. O elemento humano da região, morador da “planície” e companheiro cotidiano das águas da Amazônia, o “caboclo”, apareceu em diversas produções artísticas veiculadas pelas ondas do rádio. No dia 22 de maio do ano anterior, no referido programa organizado por Antônio Tavernad, “Noite do Jeca Tatu”, “Leopoldo Pequeno acompanhado ao piano por Guiães de Barros” cantou “Casa de caboclo”. Anos mais tarde, em 1939, a emissora batizava um de seus programas com o mesmo nome<sup>130</sup>. Logo, imagens do mundo natural ou de “tipos” étnicos da Amazônia eram consteladas para o novo meio de comunicação, para a modernidade tecnológica que representava o rádio.

### 1.5 A modernidade tecnológica tem lugar: a Casa Relâmpago

Das águas para a terra, para o chão de Belém do Pará, dos idos das primeiras décadas do século XX, encontramos um lugar que evocava imagens e referências de novidades técnicas e modernidade tecnológica: era a “Casa Relâmpago”, localizada no centro comercial de Belém, de propriedade de um português chamado Adamastor

<sup>127</sup> *A Folha do Norte*, “Noite do Violão”, 06 de maio de 1931, p.2. Do mesmo jornal foram anunciados a “Noite do Jeca Tatu”, 22 de maio de 1931 e a “Noite de incentivo a Canção Brasileira”, 05 de junho de 1931, p.4.

<sup>128</sup> *A Folha do Norte*, 22 de abril de 1936.

<sup>129</sup> *A Folha do Norte*, Radiotelephonia, 26 de fevereiro de 1932, p.4.

<sup>130</sup> Programa de gênero popular e regionalista da PRC-5. Ver *A Semana*, Radiovisão, 01 de abril de 1939, e *Pará Ilustrado*, Ondas Sonoras, 08 de abril de 1939, p.18.

Lopes que tinha vindo da América do Norte<sup>131</sup> e fundou-a quando a capital paraense ainda era chamada de “Paris dos trópicos”, em 1910, oferecendo um serviço especializado em venda de “artigos elétricos”, além de “sortimentos para automóveis e etc.”<sup>132</sup>. A *Belle Époque* amazônica requeria para além dos concertos no Teatro da Paz e da remodelação urbana empreendida por Antônio Lemos, um instrumental técnico, uma tecnologia que estivesse acessível ao consumo de uma parcela privilegiada da população, conferindo-lhe uma imagem de luminosidade, de “civilização moderna”. Aqui, a tecnologia evocava diretamente parâmetros do que se entendia como “civilização” e a modernidade técnica estendia as mãos para a civilidade do olhar, da percepção. Consumir aparelhos elétricos, automotores ou de transmissão e desfrutá-los em sua residência ou no trânsito pela paisagem urbana, era buscar a percepção dos outros de que era “detentor” de uma imagem “moderna”. A própria nomenclatura do estabelecimento como “Casa Relâmpago” dava sentido e identificava um dos elementos associados a essa modernidade: a eletricidade e, enredado nela, a luz, a luminosidade, a iluminação elétrica. Embora tudo comece na natureza — o relâmpago —, é no espaço urbanizado, com o uso de artefatos tecnológicos, que a eletricidade encontra a sua finalidade e expressão.

Em vista disso, o domínio da eletricidade urbana permitiu, numa parcela dos seus moradores, a constituição de novas sensibilidades e percepções na cidade. Agora, “cafés, os teatros, pontos de encontro e de vida mundana”<sup>133</sup>, possuíam iluminação em seus estabelecimentos para oferecer comodidade, durante horas da noite, movimentando e dinamizando uma vida noturna na cidade. A eletricidade passou a “animar” tanto a iluminação quanto a nova arte do século XX, o cinema, em estabelecimentos dedicados ao entretenimento: ilustrativo foi o anúncio do “Bar Paraense”, em abril de 1911, pelas páginas do matutino *O Estado do Pará*, convidando o público para assistir durante a semana santa, “fitas cinematográficas animadas”<sup>134</sup>. O Bar Paraense oferece-nos uma pista sobre a geografia dessa iluminação elétrica no espaço de cidades como Belém do Pará. Sua localização estava numa das áreas centrais da capital paraense, reduto de rodas literárias e boêmias que debatiam arte, literatura e

<sup>131</sup> Cf. VIEIRA, Ruth & GONÇALVES, Fátima. op. cit. p. 37.

<sup>132</sup> *A Folha do Norte*, Belém, 01 de Janeiro de 1927, p.14.

<sup>133</sup> RONCAYOLO, Marcel. “Transfigurações noturnas da cidade: o império das luzes artificiais”. *Projeto História*, n° 18 (1999), pp. 97-102.

<sup>134</sup> *O Estado do Pará*, 09 de abril de 1911, p.4.

mundanidades <sup>135</sup>, agora, sendo refletidos pelos efeitos sensíveis e físicos da luz artificial de matriz elétrica que, então, começava a dominar as centralidades do espaço urbano de Belém.

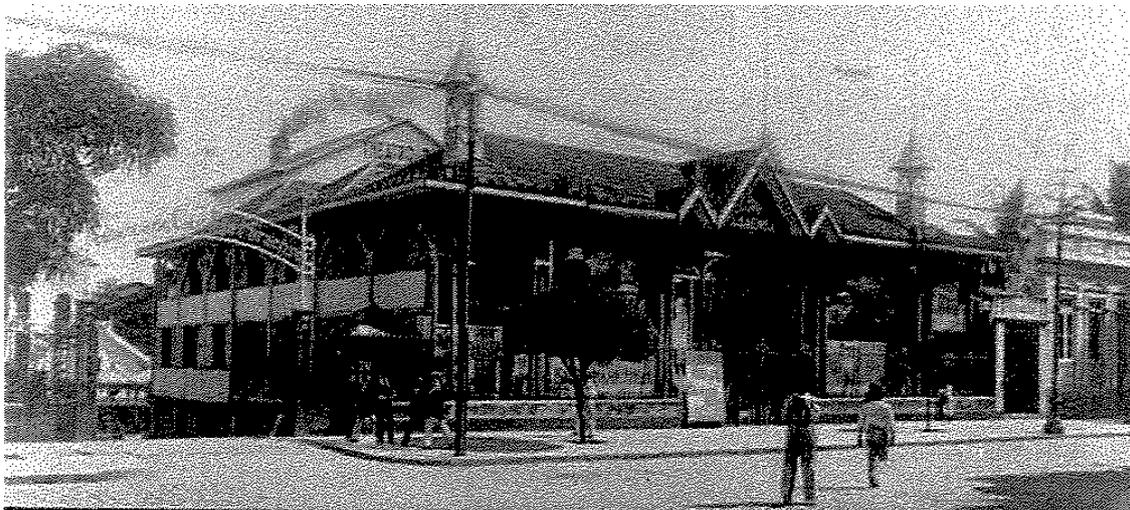


FIGURA 5 – Bar-Teatro Paraense e Cervejaria Paraense, localizada defronte ao Colégio Gentil Bittencourt.  
Fotografia de 1915  
Acervo: IHGSP, CTB (Apud FIGUEIREDO, 2000, p.220.)

Além de estabelecimentos como esse, inúmeros espaços como *Boulevards*, praças públicas, monumentos arquitetônicos, avenidas centrais sofriam a almejada transfiguração da época: a modernidade luminosa, a modernidade que atinge o olhar <sup>136</sup>.



<sup>135</sup> Cf. FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. 2000, op. cit. p. 220.

<sup>136</sup> Segundo Chélen Fischer de Lemos, a cidade de Belém recebeu a instalação do sistema de iluminação elétrica em 1896, oito meses depois, em outubro, Manaus também possuía o seu sistema elétrico de iluminação. Ver LEMOS, Chélen Fischer de. *Manaus Iluminada pela borracha: mudança tecnológica e modernização urbana no final do século XIX e início do século XX*, IPPUR/UFRJ- Laboratório ETERN.

FIGURA 6 – Boulevard Castilho França, Belém, Pará  
Acervo: coleção Allen Morrison

A iluminação de espaços públicos como esses, enquadrava-se nos interesses por segurança dos transeuntes <sup>137</sup> e do próprio patrimônio público e, aderiu como mais um elemento na política de higienização de espaços urbanizados de áreas centrais da capital paraense, como era o caso do *Boulevard* Castilho França durante a remodelação urbana de Belém do início do século XX: buscava-se “higienizar” o que se via, as imagens da cidade em transformação <sup>138</sup>.

Nesse sentido, a iluminação elétrica pública consumida nos esforços da política de “concessão e o privilégio das companhias em negociação com autoridades municipais” <sup>139</sup>, foi que se procurou pelos representantes do Governo, assumir a modernidade num outro campo: a do serviço público. Modernidades atrelar-se-iam e constelariam com outras modernidades para compor uma modernidade mais ampla: a modernidade da cidade. Por outro lado, essa modernidade elétrica e luminosa de espaços urbanos como o de Belém das primeiras décadas do século XX apresentou as suas contradições e limites. Assim, a concessionária responsável pela iluminação pública da cidade, a “Companhia Pará Eletric” recebeu durante todo o ano de 1910, várias reclamações noticiadas pelos jornais de Belém, sobre quedas de energia, áreas sem iluminação, etc. mobilizando um debate de alguns moradores da cidade sobre a eficiência da iluminação pública servida <sup>140</sup>. Situação similar verificou-se na capital amazonense durante a sua *Belle Époque*, como bem aludiu a socióloga Chélen Fischer de Lemos, em seu estudo sobre a modernização de Manaus e as mudanças tecnológicas alimentadas pelo aumento de riqueza advindos da borracha. Segundo a autora, “as críticas diziam respeito principalmente as irregularidades nos serviços”, como “a preocupação com uma das inquietações comuns da época, que era a possibilidade de acidentes envolvendo choques elétricos” <sup>141</sup>. Ao lado disso, nas duas capitais amazônicas avolumavam reclamações sobre o preço da energia elétrica consumida nos espaços domésticos e comerciais da cidade. Alguns anúncios de lâmpadas elétricas nos jornais da época chamavam a atenção para a sua suposta economia: “Luz econômica

<sup>137</sup> Ver RONCAYOLO, Marcel. op. cit. p. 97.

<sup>138</sup> Cf. LEMOS, Chélen Fischer de. op. cit. p. 10.

<sup>139</sup> RONCAYOLO, Marcel. op. cit. p. 98.

<sup>140</sup> O debate prolongou-se pela imprensa, sendo acompanhado e noticiado em vários números, durante o ano de 1910, na capital paraense. Uma das gazetas, *A Folha do Norte*, publicou as críticas, as discussões e argumentos sob o título “iluminação pública”. Ver *A Folha do Norte*, 04 e 10 de janeiro de 1910, ambas na primeira página.

<sup>141</sup> Cf. LEMOS, Chélen Fischer de. Op.cit. p. 13.

com as lâmpadas Osram, Tantaló, Masda”<sup>142</sup>, noticiava o jornal *O Estado do Pará* pelos idos de 1911. Analogamente, em Manaus, o custo da energia elétrica gerava protestos e reclamações: “outro grande motivo de reclamação era o custo da luz”<sup>143</sup>.

Ademais, retroagindo um pouco, mencionei uma das funções utilizadas no domínio da eletricidade, para além da luz, em cidades como a Belém do início do século passado, ou seja, a de “animar” o cinema com os significados de movimentos e rapidez das imagens. A modernidade elétrica era a modernidade do movimento, da rapidez, do dirimir distâncias e, dessa maneira, retroage para a sua imagem natural fundamental: o relâmpago e a sua manifestação física de movimento, rapidez e distâncias suprimidas. Da modernidade que se procurava propalar em espaços urbanos como Belém, foi constituindo-se um imaginário sobre a vida moderna, onde o português com a sua “Casa Relâmpago” dava o seu recado: “artigos elétricos, sortimentos de automóveis”<sup>144</sup>, ou seja, eletricidade, tecnologia, movimento, rapidez, comodidade, etc. Tal comodidade “moderna” oferecida pela eletricidade possibilitava um dimensionamento novo na relação homem e natureza, dentro de áreas centrais do espaço urbano como bares, cafés, teatros através do uso de ventiladores elétricos que passariam a dispensar determinados caprichos do clima<sup>145</sup>.

Esse ideário da vida moderna e o imaginário constituído em seu entorno, não passaram despercebidos da *intelligentsia* que se movimentava nas chamadas vanguardas artísticas das primeiras décadas do século XX, aquele “tudo que se pode chamar pelo amplo e meio indefinido termo de ‘modernismo’ já se achava a postos... em 1914”, como bem lembrou o historiador britânico Eric Hobsbawm<sup>146</sup>. Segundo ele, as duas artes que mais simbolizavam a modernidade no período — o jazz e o cinema —, despertaram a admiração e o interesse de boa parte da *intelligentsia* de vanguarda<sup>147</sup>. O historiador Arnold Hauser analisou esse período chamado por ele de “A era do filme”, destacando transformações significativas da arte moderna na primeira metade do século XX em diálogo constante com os elementos da modernidade: simultaneidade, ânsia pela totalidade, valorização do mundo, dos objetos que cercam o homem, a perda de importância do homem individual como herói e a elaboração de

<sup>142</sup> *O Estado do Pará*, 10 de abril de 1911, p. 4.

<sup>143</sup> Ver LEMOS, Chélen Fischer de. Op. cit. p. 13.

<sup>144</sup> *A Folha do Norte*, Belém, 01 de Janeiro de 1927, p.14.

<sup>145</sup> *O Estado do Pará*, “ventiladores elétricos”, 09 de abril de 1911, p. 4. (propaganda). Na realidade da capital amazonense, ver LEMOS, Chélen Fischer de. Op. cit. p. 14.

<sup>146</sup> Consultar HOBBSAWM, Eric. 1995, p. 178.

<sup>147</sup> *Ibidem*, pp. 182-3.

uma nova idéia de tempo como “ininterrupção do movimento”, “simultaneidade” e sua “especialização”, aparecem em romances como *Ulisses*<sup>148</sup>. Outros apostaram na significação das imagens em correspondência profunda com o inconsciente, preferindo voltar-se para o universo onírico e “construir uma segunda realidade”. Essa postura demonstrava que a “imagem” em seus diversos modos de apreensão ou percepção, representava um elemento cotidiano e integrante das múltiplas percepções da modernidade: a imagem fotográfica, cinematográfica, a “imagem” no romance moderno e, ainda, a imagem sonora reproduzida pelo fonógrafo e o gramofone. Mundo de imagens que podiam transitar do racional para o irracional por intermédio dos sonhos: esse era o grande argumento do *surrealismo*<sup>149</sup> em seu diálogo com a modernidade. Por fim, havia aqueles que tomavam o ímpeto do mundo moderno como um argumento filosófico explícito e engajado para uma nova concepção de arte, sendo conhecidos como *futuristas*.

O enfrentamento e as interpretações que a *intelligentsia* apresentou no convívio com a modernidade por meio do romance moderno, da fotografia, do telefone, do telégrafo, do gramofone, do cinema, do automóvel teve, no final dos anos 20 e no decênio seguinte, essa associação perceptiva inserindo-se dentro de um quadro relativamente novo para a Amazônia, o da radiodifusão.

Em vista disso tudo podemos concluir, retroagindo ao empreendimento do Sr. Adamastor Lopes, que a modernidade tecnológica também tinha o seu lugar na capital paraense das primeiras décadas do século passado. Saindo das representações e percepções intelectuais da modernidade para a sua existência cotidiana em centros urbanos como Belém, surge, então, uma pergunta: existiu alguma relação entre a “Casa Relâmpago” e o rádio? Bem, podemos iniciar, dizendo que ela era, pelo menos até o final dos anos 30, uma casa comercial importadora e distribuidora de equipamentos elétricos e de rádio, sendo que anunciava, em 1938, que fazia “importação direta dos principais fabricantes de material elétrico e de rádio”, além de ser “distribuidora dos aparelhos PONTO AZUL. Última palavra em rádio, das bicicletas STANDARD. Elegantes e confortáveis e dos acumuladores HELIAR. Resistentes e duráveis.” Ainda nos anos 30, ela ofereceu mais um serviço aos radioamadores e consumidores de aparelhos eletrônicos em Belém, pois “acaba de montar uma oficina para a reparação

<sup>148</sup>HAUSER, Arnold. “A era do filme”. In: VELHO, Gilberto (org.). *Sociologia da Arte: textos básicos de ciências sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966, pp. 37-50.

<sup>149</sup>HAUSER, Arnold. op.cit. pp. 46-7.

de qualquer aparelho de rádio de qualquer marca americana ou européia”,<sup>150</sup> atendendo a uma necessidade enorme, pois a capital paraense tinha uma grande carência de oficinas e profissionais de “rádio-eletricidade”.<sup>151</sup>

E com a vindoura Rádio Clube do Pará, houve alguma relação? Partindo do diálogo com o trabalho de Ruth Vieira e Fátima Gonçalves pareceu que o grupo de fundadores responsável pelo advento do rádio na Amazônia, no final dos anos 20, teve nessa “Casa Relâmpago” um ponto de partida importante, dentro da própria cidade de Belém, para adquirir equipamentos, algumas peças, trocar informações, ser local de encontro com outros radioamadores, enfim, constituía-se num local familiar para as novas tecnologias como a do rádio, afirmando-se, concomitantemente, numa referência de apoio para materializar essa idéia. A idéia de criar a primeira emissora de rádio da Amazônia: estava nascendo o Rádio Clube do Pará. O seu primeiro prefixo seria chamado de P.R.A.F. era representado com um raio (relâmpago?) atravessando-o, como se pode observar numa espécie de “logotipo” ou imagem que a rádio veiculava:



FIGURA 7 – Espécie de “marca” ou “logotipo” da emissora utilizada em documentos oficiais expedidos pela emissora como ofícios e memorandos. A imagem foi utilizada até meados de 1934, sendo substituída por um alto-falante “gritando” P.R.C-5.  
Acervo: Arquivo Público do Estado do Pará (Secretaria de Governo: Ofícios)

<sup>150</sup> Ibidem, op. cit.

<sup>151</sup> *A Palavra*, Belém, 29 de Julho de 1936.

## 2. *P. Erre Aéfe: o nascimento do rádio na Amazônia*

### 2.1. *Política e simbologia: a primeira indumentária do rádio paraense*

Nascendo na efeméride pátria do dia 22 de abril de 1928, o Rádio Clube do Pará engatinhou em experimentações técnicas e irradiações irregulares até meados do ano seguinte, quando, finalmente, apresentou a primeira grande mudança significativa para o seu estabelecimento como emissora de *broadcasting*, sendo o feito moldado e ilustrado como um evento digno de ser noticiado nas principais gazetas da capital paraense: tratava-se da inauguração do primeiro transmissor de *broadcasting* da emissora com onda de 310 m, buscando dessa forma, inaugurar uma nova etapa com irradiações regulares de programas e transmissões de eventos culturais e políticos. Era o dia 7 de setembro de 1929 e a Folha do Norte não apenas acompanhou, mas deu o seguinte destaque sobre a inauguração efetiva da radiofonia amazônica, ao lembrar que estavam presentes “autoridades políticas do Estado, da União e do Município.”<sup>152</sup>

Logo, reconhecemos que o nascimento do rádio na Amazônia, seja o clubístico, em 1928 ou, principalmente, o tecnológico, em 1929, apareceu noticiado como um evento de repercussões políticas com mensagens e performances simbólicas. Esse trajeto indiciário foi oferecido-nos pelo próprio jornal *A Folha do Norte*, órgão politicamente situacionista e empenhado em divulgar uma imagem eficiente e progressista dos políticos que formavam o governo de Eurico Valle no Estado e, no âmbito nacional, do presidente Washington Luís e de seu candidato Júlio Prestes. Pelo noticiário desse matutino ficou evidente que o tom de ênfase recaía menos no evento radiofônico em si do que na necessidade de mostrar a “presença” simbólica e performática da classe política, em todas as suas esferas de representação. Esboçava-se timidamente um movimento de personalização da política dentro da mídia radiofônica que será acentuado com os discursos, as palestras e conferências pelo microfone, amplificando o seu alcance pela utilização da fala como potência sensível e imaginária. Entretanto, os usos e significados da fala política pelo rádio foram utilizados de maneira mais sistemática e institucional com o advento dos governos populistas na América Latina e, entre os brasileiros, com o governo de Getúlio Vargas<sup>153</sup>.

<sup>152</sup> *A Folha do Norte*, Belém, “Rádio Clube do Pará”, 7 de setembro de 1929, p. 2.

<sup>153</sup> A partir do final dos anos 1980 com o encerramento da ditadura militar em 1985 no Brasil, produziram-se novas reflexões dentro das Ciências Sociais, discutindo autoritarismo, censura, controle dos meios de comunicação, ideologias políticas e democracia. As reflexões que buscavam entender as razões e significados do autoritarismo no presente estimularam um recuo e análises comparativas com

A República Velha, inclusive em seu cenário amazônico, estava à espera do novo veículo de comunicação e, agora, os seus representantes celebravam o advento como evento, como acontecimento de molduras políticas e tonalidades simbólicas. A própria data escolhida, a efeméride da independência do Brasil, comunicava significados diversos que se espalhavam desde a necessidade simbólica e, mesmo, material, de acompanhar o desenvolvimento tecnológico e alimentar um espírito de vanguarda em relação ao restante do país, até a conveniência prática de ocorrer no dia, tradicionalmente escolhido, para a apresentação da mensagem do Governador do Estado, Eurico Valle, ao “Congresso legislativo do Pará, em sessão solene de abertura”<sup>154</sup>. Passados três dias, era divulgado em jornais como a Folha do Norte que a Rádio Clube do Pará, em seu primeiro programa chamado de “lítero-musical”, também faria a irradiação dos “principais trechos da mensagem de s. exc. o governador do Estado”<sup>155</sup>, representando uma primeira mudança importante nos usos políticos da radiofonia amazônica, instrumentalizada na transmissão radiofônica de discursos e conferências de autoridades políticas e militares. Não bastava tão somente a presença do governante e sua performance simbólica dentro da emissora, mas sobretudo reabilitar a sua palavra oral, a sua retórica, ainda que para um público demasiado restrito, de pares sociais e políticos dentro de uma simbologia tecnológica, de progresso e modernidade.

---

outros períodos de autoritarismo na História do Brasil. Nesse sentido, o período chamado “genericamente” de “Era Vargas”, 1930-1945, e sobretudo, a sua cronologia explicitamente ditatorial com o Estado Novo foram alvo de debates e análises com epicentros temáticos norteadores como populismo, nacionalismo, democracia, ditadura, meios de comunicação (rádio, cinema e imprensa), cooptação de intelectuais e sindicato de trabalhadores. Dentro da historiografia brasileira sobre o período, esses temas diversificadamente contemplados e, no que se remete diretamente aos usos políticos dos meios de comunicação como o rádio, alguns trabalhos apareceram destacando seja as origens e os usos ideológicos da fala política, inclusive pelo rádio, como o de Adalberto Paranhos: PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo*. São Paulo, Ed. BOITEMPO, Coleção Mundos do Trabalho, 2ª edição, 2007, seja focalizando as relações entre rádio e política no período como o de Doris Fagundes Haussen: HAUSSEN, Doris Fagundes. *Rádio e Política: tempos de Vargas e Perón*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, 2ª edição, e o já citado trabalho de Fernando Limongeli Gurgueira, *Integração Nacional pelas ondas: o rádio no Estado Novo*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2009. Alguns trabalhos estudaram aspectos regionais ou locais envolvendo o uso da radiodifusão principalmente na década de 1930, para interesses políticos ou o engajamento de emissoras em causas políticas como a que ocorreu em São Paulo, em 1932, pela reconstitucionalização do país: MORAES, José Vinci de. *Metrópole em sinfonia: história, cultura e música popular na São Paulo dos anos 30*, 1ª Ed. SP. Estação Liberdade. 2000, também TOTA, Antônio Pedro. *A locomotiva no ar: rádio e modernidade em São Paulo, 1924-1934*. São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, 1990 e com uma discussão mais nacional, o artigo de Lia Calabre: CALABRE, Lia. Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque. *Revista Estudos Históricos, Mídia*, n. 31, 2003/1.

<sup>154</sup>Mensagem do Governador do Pará, Eurico Valle, ao Congresso Legislativo Estadual no dia 7 de setembro de 1929. Encontra-se no setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Vianna, rolo “Mensagem dos Governadores”.

<sup>155</sup>A *Folha do Norte*, Belém, “Radiotelefonía”, 10 de setembro de 1929, p. 3.

O início das conexões entre rádio e política na Amazônia não se restringiam ao âmbito dos interesses e particularidades regionais. A emissora que nasceu para ser a “Voz do Pará” não só acompanhou os principais eventos e movimentos políticos da época, como a campanha da Aliança Liberal e o pleito eleitoral de 1930, mas diretamente se envolveu e participou deles ao apoiar, abertamente, a candidatura de Júlio Prestes para a Presidência da República. No dia 6 de setembro, véspera da inauguração do transmissor da emissora, a sua diretoria recebeu um telegrama esclarecedor dessas relações e aproximações políticas que foi divulgado no dia seguinte pelo jornal a *Folha do Norte*, noticiando a seguinte informação:

“De São Paulo — Diretores do Rádio Club — Belém. Agradeço-vos muito penhorado a expressiva prova de apreço e solidariedade com que me distinguistes por motivo da indicação de minha candidatura ao alto cargo de presidente da República no próximo quadriênio.

Atenciosas saudações, — (a) Júlio Prestes.”<sup>156</sup>

Em tom de agradecimento, o candidato Júlio Prestes fez questão de divulgar, para além da gratidão, o apoio político recebido e, dessa forma, dava sinais de um aspecto inovador dentro dos costumes políticos e eleitorais: ele foi, provavelmente, o primeiro político de expressão nacional a reconhecer o poder do rádio e utilizá-lo diretamente em uma campanha eleitoral para a presidência do país. Tal uso e significado político atribuído ao rádio não foi mero acaso e circunstância, uma vez que, Júlio Prestes era um dos ricos associados da Rádio Educadora Paulista e dela também se utilizou para a sua campanha eleitoral. Em 6 de março de 1930, o *Diário de São Paulo* assim noticiou o envolvimento de Júlio Prestes com a radiodifusão paulista:

“A atuação onerosa, mas esforçada que a Radio Educadora Paulista desenvolveu durante a campanha de sucessão presidencial, em defesa do candidato do Sr. Washington Luís, colocou-a, como era de se esperar em situação magnífica.”<sup>157</sup>

Se tal fenômeno apenas iniciava em território nacional, em horizontes europeus e norte-americanos havia quase uma década de usos políticos da radiodifusão. Nos Estados Unidos a “radiodifusão nasceu como um meio de informação política”

<sup>156</sup> *A Folha do Norte*, Belém, 7 de setembro de 1929, p. 2.

<sup>157</sup> *Diário de São Paulo*, São Paulo, 6 de março de 1930 – Primeira Página. A citação foi de TOTA, Antônio Pedro. *A locomotiva no ar: Rádio e modernidade em São Paulo, 1924-1934*. São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura/PW, 1990, p. 63.

quando em 2 de novembro de 1920 a estação KDKA de Pittsburg realiza “uma reportagem sobre a eleição de Warren G. Harding”<sup>158</sup>. Nas eleições de 1928 para a Casa Branca, ele “foi amplamente utilizado como veículo de propaganda” eleitoral. No mesmo ano, mas do outro lado do Atlântico, a campanha eleitoral entre os ingleses se desenvolveu, sobretudo, a partir do rádio. A própria imprensa, desconfiada e hostil, pela primeira vez, “reconhecia a influência direta do rádio na vida política”<sup>159</sup>.

Em terras brasileiras, a incipiente historiografia sobre os meios de comunicação de massa tende a considerar o pleito eleitoral iniciado em 1929 e concluído no ano seguinte, com a vitória de Júlio Prestes para a Presidência da República, como o marco introdutório das relações entre rádio e política<sup>160</sup>. Assim também compreendo, mas em se tratando de uma participação mais direta e efetiva, principalmente a partir dos pleitos eleitorais. Ademais, outro aspecto discutível, segundo essa mesma lente analítica, seria pensar nas conexões entre rádio e Estado constituído, nos usos políticos e ideológicos dos meios de comunicação como o rádio tão somente dentro do recorte cronológico inaugurado a partir da chamada Revolução de 1930, bem como dissecar e compreender as conexões enfeixadas entre mídia e política, unicamente a partir de paradigmas temáticos como governos populistas, controle institucional e censura através de departamentos específicos como o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda).

Aos anos 20 do rádio brasileiro, as imagens reportadas são consteladas apenas para o amadorismo, diletantismo e a precariedade tecnológica do incipiente meio radiofônico<sup>161</sup>. Desconsidera-se, geralmente, que a sua pia batismal foi, à semelhança de outras cidades do mundo, a política com suas imagens simbólicas. O rádio, nos impetuosos anos 20, não aparece restrito apenas ao pleito eleitoral da campanha

---

<sup>158</sup> Conferir ALBERT, Pierre & TUDESQ, Andre-Jean. pp. 22 – 5.

<sup>159</sup> Ibidem, op. cit. p. 28.

<sup>160</sup> Embora não sendo a preocupação central, o historiador José Vinci de Moraes apresenta um quadro das relações entre rádio e política no Brasil e no mundo, destacando, porém, o contexto paulistano. Ver MORAES, José Vinci de. *Metrópole em sinfonia: história, cultura e música popular na São Paulo dos anos 30*, 1ª Ed. SP. Estação Liberdade. apesp.2000, p.63.

<sup>161</sup> Essa conjuntura ou panorama da radiodifusão brasileira nos anos 20 tem sido assinalado nos poucos trabalhos sobre a radiodifusão. Autores, a exemplo de Lia Calabre ampliaram o visor com um bom aporte documental e importantes diálogos com outros autores, brasileiros ou estrangeiros. Entretanto, esse período da radiodifusão brasileira tem sido estudado mais como um “prólogo” para entendê-la no período seguinte, anos 30, apresentando uma visão que lembra análises teleológicas onde o rádio dos anos 20 é recuperado apenas pela importância de justificar o estudo do rádio que interessa: o rádio na “Era Vargas”. Parte dessas escolhas pelos historiadores que passaram a se dispor a estudar o tema da radiodifusão pode ser explicado pela diminuta documentação sobre rádio apresentada para os anos 20, em comparação com a dos períodos seguintes.

presidencial de 1929, através de sua função de propaganda política, em vez disso, talvez fosse esclarecedor buscar essas conexões no plano mais íntimo das relações pessoais, sociabilidades, amizades firmadas e identidades de grupo. Os fundadores e pioneiros da radiodifusão não se restringiam a serem radioamadores ou aficionados de radiotelegrafia, mas, muitos deles eram intelectuais engajados em causas políticas e sociais ou mesmo políticos de carreira. Dessa maneira, não era raro permutarem a sua vida pública ou política com os seus outros interesses e projetos, a exemplo da radiodifusão<sup>162</sup>. Isso podia acontecer ao indumentarem o rádio com uma proposta ideológica típica da época: a radiocultura, concebida e transmitida, pioneiramente, pelo antropólogo Edgar Roquette Pinto. Portanto, segundo essa visão ilustrada e educativa, o rádio seria, então, “o instrumento privilegiado para educar e “civilizar” o povo brasileiro”, levando necessariamente “ao progresso da nação”<sup>163</sup>. Um nacionalismo de tons modernistas que entendia o rádio como o único meio que reunia a capacidade de chegar ao analfabeto, ao morador distante do território nacional, atingindo a todas as classes sociais, inclusive “as menos favorecidas”. Por outro lado, as limitações tecnológicas de emissão e recepção radiofônica, a fragilidade financeira e certo elitismo de setores “abastados” que enxergavam no rádio uma vitrine social, uma espécie de *status* social retroalimentado, impuseram obstáculos aos usos do meio pelos intelectuais e modernistas dos anos 20. A mudança, todavia, viria no decênio seguinte, quando o Estado procurou firmar uma aproximação mais sistemática e institucional com os intelectuais, delineando, dessa maneira, uma política cultural que teria no rádio um dos meios privilegiados de produção, reprodução e difusão cultural.

Na Amazônia, temos os discursos e as imagens produzidos por uma memória sobre o rádio que retirou esse veículo de comunicação da arena política, deslocando-o, apenas, para o universo do entretenimento e da cultura ou para o fascínio das estrelas do rádio. Para tanto, tomam como referência a própria trajetória do Rádio Clube do Pará que teria, “curiosamente, anos a fio, conseguido a proeza de ficar equidistante da política regional...”<sup>164</sup>. Por outro lado, vimos que houve sim, aproximações e ligações diretas, inclusive com a política nacional! Claro, não é objetivo aqui esperar do memorialista ou homem de rádio análises dessa natureza, até porque os seus discursos

---

<sup>162</sup> Essa versatilidade de projetos era uma característica de alguns profissionais liberais oriundos da elite urbana: Nilo Franco e Edgar Proença, por exemplo, foram jornalistas, *sportmens*, radioamadores, etc.

<sup>163</sup> *Ibidem*, op. cit, p. 49.

<sup>164</sup> Conferir as memórias de Alfredo Oliveira em: OLIVEIRA, Alfredo. *Ritmos e Cantares*. Belém: SECULT, 2000. p. 249.

e os contextos em que foram produzidos eram, obviamente, outros. Entretanto, é necessário dizer, que essa memória quase “canônica” do rádio paraense, sedimentou idéias e imagens que o presente transformou e reconheceu como história. Amiúde, o presente representado, sobretudo, pelos donos de rádios e redes de televisão, políticos e autoridades oficiais <sup>165</sup> que, costumeiramente, fazem usufruto político dos meios de comunicação como o rádio, acaba, geralmente, negando ou silenciando sobre a sua utilização para esses fins. A negação sai do presente e chega ao passado, afirmando da existência de um rádio inesquecível, cotidiano, mas longe... muito longe da política.

## 2.2. *Os primeiros passos da emissora: organização, manutenção, precariedade tecnológica e diletantismo*

“O rádio, a essa época, era puro idealismo e diletantismo. Basta dizer que a denominação Rádio Clube justificava-se plenamente. Era um clube de rádio, com quadro social e tudo...” <sup>166</sup>. Dessa maneira reportou-se o radialista Edyr Proença, em suas lembranças, sobre como era o rádio dos primeiros tempos e de que modo ele estava organizado. A rememoração inserida dentro dos festejos que celebravam os sessenta anos da emissora, no final da década de 1980, integrava um debate que envolvia governo, imprensa e sociedade sobre os rumos da radiodifusão, as características da programação e, principalmente, o que seria um rádio paraense?! Um rádio formador de talentos, pautado em princípios de qualidade artística e valorização da produção e do produtor cultural local, ou a disseminação de modas estrangeiras que passariam a nortear, sobretudo, as rádios FM's da capital paraense. O debate procurava aprofundar a questão polêmica, desde meados dos anos de 1980, sobre uma programação pautada em músicas estrangeiras, destacadamente as norte-americanas <sup>167</sup>.

As lembranças do velho Edyr Proença sobre como tudo teria começado na radiodifusão paraense tanto ajudou a tecer contornos, a criar uma imagem, um perfil da emissora “que fala e canta para a planície”, símbolo de respeitabilidade e um dos ícones da própria cidade de Belém e, mesmo, do interior amazônico, quanto repercutiu

<sup>165</sup> Conferir NUNES, Márcia Vidal. *Mídia e eleições: o rádio como arma política*, Comunicação & Política, n.s., v.IX, n.1.

<sup>166</sup> Cf. PROENÇA, 1981.

<sup>167</sup> *O Liberal*, Belém, “Rádio do Estado são proibidas de tocar música estrangeira”, 24 de julho de 1981; *A Província do Pará*, Belém, 1º Caderno, p. 9, “ainda os estrangeiros no rádio”, de 9 de agosto de 1981 e *A Província do Pará*, 1º Caderno, p.4, “Xenofobia de Nícias contra música estrangeira”, de 31 de julho de 1981, sendo todos os exemplares da Col. Vicente Salles.

dentro do debate que se travava sobre os caminhos e a identidade do rádio paraense. Ele, ao lembrar os primeiros passos da emissora, informa que o rádio era feito de práticas amadorísticas, sustentado num espírito diletante e idealista.

À semelhança de outras emissoras brasileiras, que nasceram e engatinharam nos anos de 1920, o Rádio Clube do Pará organizou-se no formato e funcionamento de um clube que “dependia financeiramente de um quadro social que pagava módicas quantias em troca do entretenimento gerado pela radiodifusão...”<sup>168</sup>. Assim, a organização clubística foi uma resposta a necessidade material de manutenção financeira da emissora, forçada por uma legislação que blindava o rádio educativo e sem fins comerciais ao proibir o uso da propaganda pelo meio radiofônico<sup>169</sup>. Outra maneira de conseguir recursos era contar com a boa vontade do público, recebendo “as doações espontâneas dos ouvintes”, em épocas de grandes dificuldades financeiras, representava um “elemento corriqueiro” nas relações entre rádio e sociedade, em Belém do Pará, no final dos anos 1920, e durante toda a década seguinte.

Parece plausível que essas dificuldades financeiras da emissora paraense dificultavam o seu desenvolvimento tecnológico, imprimindo-lhe um funcionamento e uma vida técnica precária. O próprio Edyr Proença recorda, a respeito, “com que sacrifício se juntava dinheiro para conseguir válvulas, resistências, condensadores e toda essa traquitanda que compõe um transmissor de rádio, mesmo que rudimentar, mas que ia ao ar...”<sup>170</sup>, transmitindo programas, duas vezes, durante a semana, nos primeiros anos do rádio paraense. A potência do transmissor era diminuta, atingindo apenas alguns espaços do centro da capital paraense<sup>171</sup>.

A precariedade não se resumia ao minguado alcance da emissão, mas se se estendia a sofrível qualidade do som recebido, seja pelos constantes chiados, pouca nitidez de som, baixo volume, assim como pelas interrupções quase constantes que produziam silêncios estendidos na programação. Tudo isso, trazia dificuldades na recepção radiofônica, além de produzir insatisfações e reclamações dos chamados radiouvintes, inclusive de alguns associados da emissora. Para começar, podemos dizer que a própria tecnologia da recepção possuía inúmeros limites pelo uso de “receptores

---

<sup>168</sup> Ver OLIVEIRA, Alfredo. op. cit. 249.

<sup>169</sup> Segundo a documentação, o número de associados na época da fundação da emissora paraense formava um quadro de setenta “pessoas efetivas”. Ver *A Folha do Norte*, Belém, “Radiotelefonía”, de 15 de abril de 1934.

<sup>170</sup> Cf. PROENÇA, 1981.

<sup>171</sup> A potência do transmissor era de 200 watts na antena, sendo que, apenas 60 % eram modulados. Conferir *A Folha Norte*, Belém, “Radiotelefonía”, 22 de fevereiro de 1931, p.5.

elementaríssimos dotados de fones”, os chamados “rádios de galena”<sup>172</sup>. O escritor paraense Leonam Cruz, assim descreveu as condições precárias de funcionamento técnico para se ouvir rádio em Belém na crônica *Agosto, uma maravilha*, onde evoca lembranças de sua infância:

“Raros os que tinham rádio e geladeira era luxo. Deixava-se uma bilha no relento e de manhã ela estava geladinha. Me lembro que nossa casa foi das primeiras que teve rádio, era uma coisa complicada, um bando de fios com ruídos esquisitos. Para ajudar a corrente, meu pai colocava umas baterias e ainda certas vezes, para se ouvir melhor, tinha-se de colocar um aparelho auditivo...”<sup>173</sup>

Esse testemunho de como era “complicado” ouvir rádio em Belém, no final da década de 1920 até meados do decênio seguinte, não destoava da realidade vivenciada pelas demais emissoras de rádio brasileiras, sobretudo na primeira década de funcionamento das estações. A respeito delas, sobretudo as estações paulistas, o historiador José Vinci de Moraes alude como essa “precariedade técnica não estava restrita aos aparelhos, mas era generalizada nas primeiras estações retransmissoras brasileiras”, ampliando o descompasso da tecnologia radiofônica no Brasil, em comparação com o desenvolvimento técnico internacional, principalmente dos estúdios e aparelhos receptores<sup>174</sup>.

As mudanças tecnológicas, experimentações e inúmeras invenções ocorriam, frequentemente, nos principais centros da tecnologia radiofônica como os Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha, facilitando e melhorando, dessa forma, a própria transmissão, captação e escuta de rádio. Não demorou a que se abandonassem os aparelhos com fones de ouvido e se escutasse com maior nitidez e volume através dos “potentes alto-falantes”. A respeito disso, o historiador José Vinci de Moraes nos ofereceu uma boa imagem dessas transformações tecnológicas ocorridas no rádio, recorrendo às memórias de Jorge Americano e D. Alice sobre a simplicidade, precariedade e problemas técnicos enfrentados por quem escutava o rádio de galena. Assim, de acordo com Jorge Americano, no início, devido à simplicidade técnica dos aparelhos receptores, ele poderia ser “feito em casa”, tendo “livros à venda (...) para ensinar como construir em casa o seu aparelho de rádio”. Em Belém, alguns jornais em colunas “especializadas” para assuntos de *broadcasting*, davam inúmeros conselhos

<sup>172</sup> Ibidem, op. cit.

<sup>173</sup> Conferir as memórias de Leonam Cruz: CRUZ, Leonam. *Chão sem asfalto*. CEJUP : Pará. p. 54.

<sup>174</sup> Ver MORAES, 2000, op. cit. p. 52.

aos novos ouvintes de rádio, inclusive de como fazer o seu próprio aparelho em casa. Nesse sentido, na *Folha do Norte*, em maio de 1931, o colunista da “Radiotelephonia” explicava, usando desenho ou planta de como construir o seu aparelho de rádio:

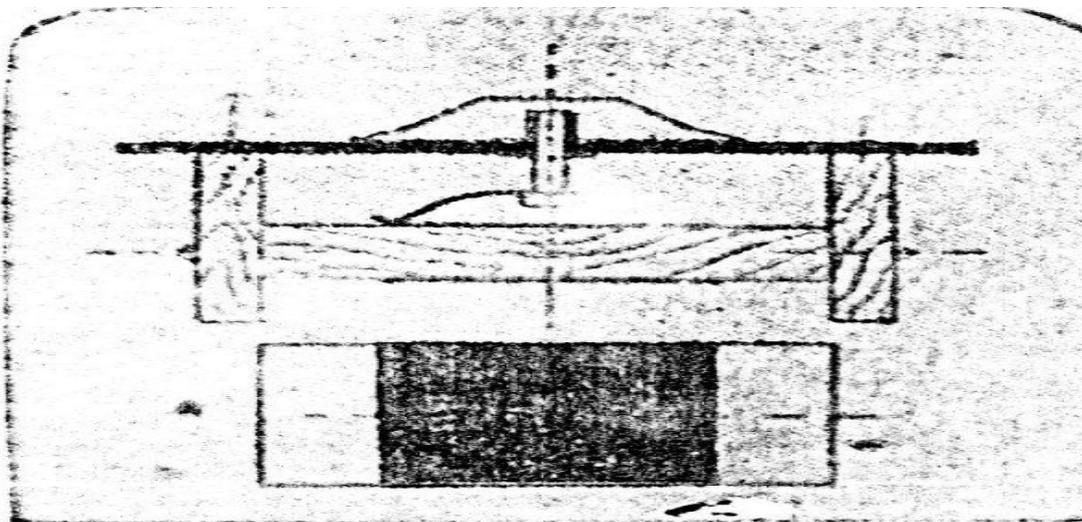
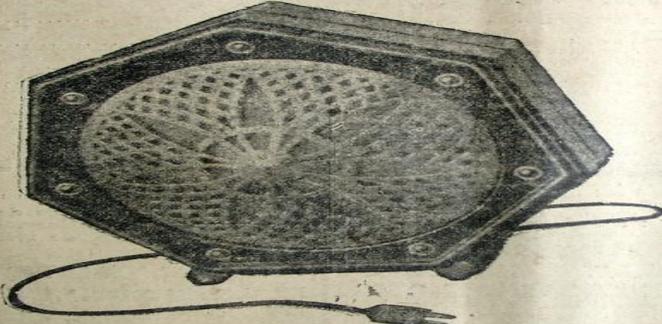


FIGURA 8 – Esquema de um modelo de circuito de rádio de galena para ser construído artesanalmente com tábuas, fio esmaltado, lâmina de metal (cursor) e solução de goma laca em álcool.

A principal razão, segundo o colunista, de construir um aparelho desses era o seu baixo custo e, portanto, uma alternativa para os modelos, então, ainda inacessíveis para a maioria dos ouvintes, devido à “baixa cambial da época”. José Vinci de Moraes lembrou que mesmo com o descompasso da tecnologia radiofônica no Brasil em relação “ao desenvolvimento técnico internacional”, os anos de 1930 foram profícuos ao “facilitar a transmissão, captação e escuta”, passando a dispensar os aparelhos com fones de ouvido. Em maio de 1932, pela mesma gazeta paraense, apareciam sob a forma de anúncios, modelos do “novo” rádio, destacando os seus alto-falantes:



## RADIO

Grandes baixas nos preços para maior divulgação da Radio telephonia.

Offerla especial de materiaes “PHILIPS”, por preços nunca vistos.

Tudo “PHILIPS”, a marca que constitue a maior garantia para os srs. amadores.

Alto falantes typo 2019 (vede “cil-ché”) a	300\$000
Alto falantes typo 2109 (dynamic) a	300\$000
Alto falantes typo 2016 (japones) a	200\$000
Eliminadores de baterias B e C a	300\$000
Pick-Up (para discos) a	50\$000
Rectificadores 1017 (tricle-charge) a	80\$000
Valvulas diversas desde	20\$000

AGENTES:

Franco & Cia.

7 de Setembro, 99

Não esqueçam o insuperavel receptor 2802 para todas as ondas. Novo plano para pagamentos parcellados.

FIGURA 9 – Anúncio de propaganda de modelo de rádio com alto-falantes.

Ademais, a simplicidade atingia também a própria organização da emissora como sociedade ou clube, que precariamente se mantinha com a cobrança de mensalidades dos seus sócios, apenas teve “fôlego” de sobrevivência a partir das práticas amadorísticas e de certo diletantismo que se espraiava em praticamente toda a sua estrutura, dinamizando, ainda que precariamente, o funcionamento da emissora. O intelectual Alfredo de Oliveira rememora que “nos primeiros tempos o amadorismo imperava” na “Voz do Pará”, tanto que, as pessoas que se apresentavam ao microfone cantando, tocando ou declamando textos poéticos, nada recebiam, além do status de apresentar-se na primeira e única emissora de rádio da cidade <sup>175</sup>. Eram chamados na imprensa de os “colaboradores” do rádio, sendo, inclusive, convidados através de notas para exporem-se na emissora <sup>176</sup>. Então, “por isso, em geral, só recebiam salários aqueles que trabalhavam o dia todo, como o pessoal técnico e administrativo” <sup>177</sup>, entretanto, era costumeiro que um contabilista ou tesoureiro da emissora fosse “escalado” para ocupar o lugar de um locutor ou *speaker* ausente. Ilustrativo foi a história contada por Lourival Penalber, um dos maiores locutores do rádio paraense, sobre como chegou ao microfone da Rádio Clube do Pará, no início da década de 1930, quando:

“Uma noite, quase sete horas, estava se aproximando a hora do jornal falado para o interior, a ‘Voz do Pará’ que era redigido e apresentado por Luiz Moreno, pseudônimo de um jornalista à época, e ele não apareceu. Estávamos no rádio, o dr. Camelier, o Vandique Amanajás, o contínuo e eu. O Camelier ia jantar com o Vandique no ‘XPTO’, um bar que existia ali na Campos Sales, então ele chegou comigo e disse: ‘O Luiz Moreno não vem’, ‘E aí’, perguntei. ‘Aí é que você entra. Pega o microfone e vai fazer esse jornal’. ‘Mas eu nunca trabalhei em microfone’, ponderei. ‘Não sei. Te vira’ disse ele. Eu tive que fazer das tripas coração, e quando deu a hora, como estava tudo redigido, fui para o microfone. Eles ficaram observando e ouvindo enquanto jantavam e quando voltaram, o Camelier disse: ‘Olha, você sabe que é bem aproveitável? Tem boa voz, boa dicção’. E aí começou. E me deu aquela ‘febre’ de microfone que todo mundo tem quando começa. Eu pedia a Deus que os titulares adoecessem ou faltassem para eu ir para o microfone...” <sup>178</sup>

Por conseguinte, a história contada por Lourival Penalber de como funcionário do setor de contabilidade da emissora passou a desempenhar a função de locutor de

<sup>175</sup> Ver OLIVEIRA, Alfredo. op. cit. p. 249.

<sup>176</sup> *A Folha do Norte*, Belém, “Radiotelefonía”, 05 de abril de 1931, p.7.

<sup>177</sup> Ver OLIVEIRA, Alfredo. op. cit. p.249.

<sup>178</sup> *A Província do Pará*, Belém, 20 de novembro de 1983, Col. Vicente Salles, p.11.

rádio, elucidada como as práticas e relações dessa natureza não só eram necessárias, nesses primeiros tempos de radiodifusão, a despeito da ausência de condições favoráveis para a constituição de uma estrutura comercial e profissional na emissora paraense, como também, moldavam as relações de sociabilidades e o cotidiano dentro dela.

Por outro lado, apesar das cores firmes do diletantismo e amadorismo que vicejaram, do final dos anos 1920 e estenderam-se durante quase toda a década seguinte, o Rádio Clube do Pará ficou conhecido como “a escola do rádio paraense”<sup>179</sup>. A razão disso estaria no fato dela ter se revelado uma “valiosa formadora de profissionais do rádio paraense”, sendo a primeira “casa” onde iniciaram carreira aqueles que seriam grandes locutores, radioatores e radioatrizes, músicos, cantores, compositores e regionais de música, principalmente, a partir dos anos 40, com a profissionalização do *cast* da emissora. Além disso, outro aspecto que pode elucidar essa visão do Rádio Clube do Pará como “escola” ou “formadora” de talentos, estava na preocupação dos seus diretores com a qualidade dos que pegavam o microfone, a dicção, a pronúncia correta das palavras, o primor pelo uso culto da língua, tanto que os locutores deveriam possuir “conhecimentos de inglês e francês para a pronúncia correta de termos nesses idiomas”<sup>180</sup>. Aliás, a emissora, vez por outra, realizava um concurso para locutor, no qual primava pela exigência e capacidade intelectual dos candidatos<sup>181</sup>. O concurso ou teste para novo locutor da Rádio Clube do Pará “se compunha de várias exigências, a partir da voz bem colocada. Havia uma redação, uma leitura de texto previamente distribuído, outro entregue na hora, além de um improviso...”<sup>182</sup>, além de um teste que avaliava o “conhecimento de um pouco de inglês, francês e espanhol”. Esse tipo de “autocensura” movia, de certo modo, o trajeto e o formato de sua programação. Mas, afinal, como eram os programas? Quem participava? O que se ouvia?

---

<sup>179</sup> *Jornal Relâmpago*, Belém, 22 de abril de 1978, p.4.

<sup>180</sup> Conferir OLIVEIRA, Alfredo. op.cit. p.249.

<sup>181</sup> *A Folha do Norte*, Belém, “Radiotelefonía”, 23 de julho de 1933, p. 7. A crítica jornalística sobre rádio desempenhou um papel interessante, elogiando ou criticando os chamados *speakers* da emissora. Por exemplo, nesta mesma fonte foi citado o nome de Eriberto Pio como o “melhor” *speaker* da emissora.

<sup>182</sup> Cf. PROENÇA, 1981

### 2.3 O que se ouvia? Os primeiros programas de rádio

Os anos 1920 estavam ficando para trás e a Amazônia procurava entrada num cenário de grandes transformações que repercutiam no mundo ocidental, da Europa aos Estados Unidos até ser reconhecido e experimentado, em dimensões diferenciadas, por parcelas da população dos principais centros urbanos latino-americanos. Por isso, a radiodifusão na Amazônia, sobretudo no quadrante mais nobre e urbanizado da capital paraense, passou a compor uma realidade própria de centros urbanos mais dinamizados: aspectos novos de “modernidade” que se constelavam nos usos da máquina, da tecnologia e de novos meios comunicação e difusão cultural que, paulatinamente, passariam a alterar gostos e hábitos de uma população de ouvintes cada vez mais crescente. A programação radiofônica foi parte importante desse novo processo social e cultural ao imergir e emergir desse cotidiano citadino.

Em 10 de setembro de 1929 ouviu-se, em poucos domicílios da capital paraense, o primeiro programa radiofônico da “estação da PRAF, Rádio Clube do Pará”, assim noticiado pelo jornal a *Folha do Norte*:

“Das 20 às 20,30 horas: Discos Columbia escolhidos e fornecidos pela ‘Casa dos Discos’ e reproduzidos em aparelhos ‘Sonora’.

Das 20,30 às 22,30 horas: programa lítero-musical em que tomarão parte o poeta Bruno de Meneses e o magnífico choro ‘Os escumilhas’...”<sup>183</sup>

Atentando para a natureza desse primeiro programa radiofônico organizado em terras amazônicas, notou-se, em primeiro lugar, o tom de ênfase conferido as irradiações musicais, gravadas ou ao vivo, assemelhando-se ao formato de outras emissoras em funcionamento no país. A reprodução de músicas gravadas em disco trazia tanto o benefício da facilidade e praticidade da transmissão quanto servia para introduzir, de forma velada, uma incipiente propaganda no rádio paraense por intermédio dos armazéns, casas comerciais e distribuidoras de aparelhos de rádio, além do comércio voltado para a venda de discos. Embora, o modelo de radiodifusão adotado e posto em prática no Brasil, durante a década, tenha sido o ilustrado e “sem fins lucrativos”, proibindo-se a propaganda no novo meio pela legislação em vigor, a Rádio Clube do Pará destoava dessa normatização ao buscar recursos financeiros na

<sup>183</sup> A *Folha do Norte*, Belém, 7 de setembro de 1929, p. 2.

publicidade, provavelmente para complementar o insuficiente montante arrecadado dos associados. Essa prática era bem mais comum do que se poderia imaginar, a ponto de que “a menção de determinada música poderia influir na compra de determinado disco”, como se observou pelo anúncio do nome ou marca dos discos que teriam suas músicas irradiadas, “os discos Columbia”. Além disso, era noticiado e especificado o local em que poderiam ser comprados, a “Casa dos Discos”<sup>184</sup>. Esses indícios davam o tom de “um movimento subjacente que apontava para o aparecimento da propaganda no rádio”, apesar de sua proibição legal. Esse movimento fez-se presente em boa parte das poucas emissoras brasileiras do período como a Rádio Clube de Pernambuco e, na capital paulista, com a Rádio Educadora Paulista.

Dentro de um horário nobre, após os afazeres e compromissos do dia e, principalmente, depois do jantar quando se esperava que a família estivesse reunida, transmitia-se o programa principal no intuito de não só oferecer uma “cultura” socialmente referendada, como se buscava atrair novos ouvintes pelo entretenimento, irradiando música popular. Assim, uma família que morasse no centro da capital paraense, ao ligar o seu aparelho receptor escutava choros e sambas tocados por um importante grupo musical da noite paraense, “Os Escumilhas”. Ao invés de ficar jogando “conversa fora” com a vizinhança ou se recolher mais cedo para o quarto, a rotina era, agora, reunir-se com a família e, às vezes, amigos e vizinhos, para ouvir o Bruno de Meneses falando de literatura e deleitando-se com a música popular executada pelos “Os escumilhas”.

Sem dúvida, essa nova rotina ou prática costumeira, ainda que restrita a um público diminuto de ouvintes de rádio, passaria a ter impulso e consistência com a invenção dos aparelhos de rádio com alto-falantes, durante a década seguinte, os anos 30<sup>185</sup>. Por isso, a mudança de hábitos dentro do universo doméstico e familiar e a

---

<sup>184</sup> Embora possa ser considerado que se tratava de informações técnicas que eram normalmente citadas, concordo com Antônio Pedro Tota sobre a propaganda “sugerida” em palestras e números de música popular. A respeito disso, conferir TOTA, Antonio Pedro. 1990, pg.54.

<sup>185</sup> Sobre o caráter restrito do acesso ao rádio na capital paraense no final dos anos 20 e início da década seguinte foi notado e noticiado pelo cronista de rádio “G&R”, da Folha do Norte, o assunto com o seguinte título: “Quantos receptores há em Belém?” Crônica essa do dia 26 de novembro de 1933, na qual analisava uma importante mudança sobre o acesso ao rádio: “o próprio rádio, ainda há pouco tempo, privilégio de alguns ouvintes, passando, depois, para divertimento de todos com a difusão dos alto-falantes”. Naturalmente, tendo o cuidado de não levar a risca o que era noticiado nos jornais, no entanto, era plausível a observação do cronista sobre a transição do rádio “privilégio” para o rádio “de todos”, ao referir-se sobre a difusão por alto-falantes. Os referidos alto-falantes a que se refere o autor eram aparelhos dispostos nas fachadas de estabelecimentos como o Grande Hotel ou o Armazém Ancora, pelo menos, desde novembro de 1929. Ver *O Estado do Pará*, 13 de novembro de 1929 e *A Folha do Norte*, 26 de novembro de 1933.

criação de novas rotinas sociais integram uma importante e duradoura transformação possibilitada pela programação radiofônica. Espíritos argutos que testemunharam a emergência do rádio no mundo como o historiador britânico Eric Hobsbawm, assim se referiu a esta transformação como “a mais profunda mudança que ele trouxe (o rádio) foi simultaneamente privatizar e estruturar a vida de acordo com um horário rigoroso, que daí em diante governou não apenas a esfera do trabalho, mas a do lazer”<sup>186</sup>. Outro historiador britânico, Peter Burke, reconhece a sua entrada nos lares, ainda na sua forma proto-histórica, quando “a telefonia sem fios, assim como a telefonia em geral, invadiria a casa das pessoas”<sup>187</sup>.

Outro visio que não pode perder-se é tentar compreender um pouco sobre quem participava desses primeiros programas radiofônicos em Belém do Pará. Destarte, apesar de ainda ser o primeiro programa da emissora, parece plausível que a sua direção objetivasse não tanto definir e atingir um determinado público ouvinte, (os poucos proprietários de aparelhos de rádio) mas seduzi-los a serem, além de ouvintes, novos associados da emissora: era preciso agradar<sup>188</sup>! E, enredado nisso, transmite-se o primeiro programa de música popular composto de choros que eram executados na noite paraense pelo grupo “Os escumilhas”. Como sabemos, o termo “escumilha” reporta-se ao uso de traje fino e elegante, próprio da indumentária de grupos musicais de “jazz band”, dança e canções populares do período. Além disso, o termo também era associado por intelectuais e jornalistas que atuavam na imprensa aos assuntos musicais, espalhando-se desde as serenatas até as manifestações populares como o Boi Bumbá<sup>189</sup>. Portanto, foi de parte desse cotidiano social e cultural que a cidade vivia que se retirou a matéria-prima, além dos próprios artistas, para os primeiros programas da estação PRAF ou Rádio Clube do Pará.

Esse fenômeno de recorrer aos programas musicais, eruditos ou, principalmente, de música popular para atrair novos ouvintes, não tinha nada de novo

---

<sup>186</sup> Consultar HOBSBAWM, Eric. 1995. p. 195.

<sup>187</sup> Ver BRIGGS, Asa & BURKE, Peter. p.161.

<sup>188</sup> *A Folha do Norte*, Belém, “Radiotelefonía”, 29 de maio de 1931, p. 2. Nesse dia, a coluna noticiou, como de costume, a programação do dia e com ela um dos objetivos da emissora: “empenho de proporcionar maiores diversões aos seus associados e suas famílias, se propõe realizar semanalmente”.

<sup>189</sup> *A Folha do Norte* veiculava numa coluna intitulada “Escumilhas” assuntos diversos do cotidiano e da cultura que estavam acontecendo na cidade de Belém, destacando-se assuntos de música popular (O boi Bumbá!), músicos eruditos e manifestações musicais como as serenatas, de 4 e 15 de julho, além do 5 de agosto de 1928, sempre na Primeira Página.

<sup>190</sup>. Nas rádios norte-americanas, desde o início de suas programações, a música ocupou “um lugar privilegiado”, devido à “preocupação de atrair ouvintes para tirar vantagem das tarifas de publicidade comercial e justificá-las” <sup>191</sup>. Por isso, rapidamente as emissoras norte-americanas passaram a “conceder uma maior importância a música popular, música de dança e canções”. Em 1928, ano da fundação do rádio na Amazônia, os ingleses ouviam das oitenta horas de emissões por semana pela *BBC*, mais de 61% eram de música. Outrossim, acontecia com as rádios francesas e, em menor escala, de outras nacionalidades européias <sup>192</sup>.

De volta a Belém do Pará que já enxergava os anos de 1930 aproximando-se, resta-nos, ainda, inquirir sobre os interesses e significados envolvidos para quem se apresentava, agora numa maneira inteiramente nova de exposição, advinda da potência sensível e comunicativa dos sons e da voz, das sonoridades e da fala. Então, nessa compreensão, o que queria e, principalmente, o que significava apresentar-se num veículo de comunicação e difusão cultural? Ser apreciado na programação da rádio? No caso do primeiro programa “lítero-musical” transmitido pela emissora paraense, observamos duas situações distintas: a primeira é reportada a um intelectual maduro, já consolidado e referendado nos principais círculos sociais e culturais da época, não necessitando do rádio para reconhecimento e afirmação artística ou profissional. Ao invés desse sentido, ocorria que era o próprio poeta que conferia reputação e legitimidade à emissora e sua programação. Talvez, dessa forma, possamos entender as razões e significados da presença e participação de Bruno de Meneses no início da programação do Rádio Clube do Pará. No segundo caso, os significados movem em sentido invertido, comparativamente, com o ocorrido com o poeta. Agora, temos um grupo musical que se apresentava na noite belenense tocando música popular, “Os escumilhas”, buscando exposição, reconhecimento e afirmação social, cultural e simbólica através do novo meio de comunicação. A respeito disso, a historiadora Lia Calabre comenta que essa tipologia de relações, envolvendo rádio e artistas, foi bem

---

<sup>190</sup> A historiografia tanto sobre rádio quanto sobre música popular tem demonstrado como no período inicial das emissoras reservou-se espaço considerado para audições eruditas e, principalmente nos anos 30 com a adoção de um perfil mais comercial e popular, as emissoras ampliaram o espaço para a música popular. Os trabalhos citados de MORAES, AZEVEDO e TOTA, citados neste trabalho, oferecem uma idéia dessa abordagem sobre o assunto. Por sua vez, em Belém, observamos certo predomínio da música erudita, observado, por exemplo, na divulgação da programação pelos jornais da época: o matutino *O Estado do Pará* divulgou uma programação no dia 13 de novembro de 1929, com uma clara predominância da música erudita, irradiando obras de Beethoven, Puccini e Carlos Gomes. Contudo, vimos que eram transmitidos, às vezes, em dias alternados, programas com sambas e choros.

<sup>191</sup> Conferir ALBERT, Pierre & TUDESQ, Andre-Jean. p. 24.

<sup>192</sup> *Ibidem*, p. 32.

comum nas rádios brasileiras, durante a década de 1920, uma vez que “os artistas e entrevistados apresentavam-se gratuitamente” na programação. Em contrapartida, os artistas auferiam *benesses* ao apresentarem-se num programa de rádio, pois “o rádio na década de 1920 era o lugar no qual os artistas apresentavam-se para tornarem-se mais conhecidos e atrair mais público para os seus shows nos teatros e circos”<sup>193</sup>.

Outra prática importante que a emissora paraense veiculou em sua programação foi a transmissão de concertos, festivais artísticos, conferências e “noitadas de arte”. Desse modo, a direção da emissora enviou para a redação da *Folha do Norte* no dia 12 de setembro de 1929 o informe de que “no próximo sábado, PRAF, transmitirá magnífico concerto em que tomarão parte a orquestra do Cinema Éden, e o Sr. Carlos Camelier (violoncello)...”<sup>194</sup>. Nesse caso, a emissora insiste na linha de valorizar programas musicais, alterando, contudo, a natureza e o estilo do conteúdo, além do formato musical apresentado e transmitido: agora, o conteúdo advém de uma produção musical considerado erudito ou clássico e o seu formato da realização de concertos.

No Brasil, a grande parte das emissoras da década de 1920 estava imbuída do ideário ilustrado e educativo para a radiofonia nacional, procurando disseminar uma cultura entendida como “sofisticada” para quem tivesse acesso às sonoridades da radiodifusão. Envolto nisso, os seus programas dedicavam espaço considerável à música erudita, então, considerada como símbolo e manifestação dessa cultura “sofisticada”. Algo semelhante acontecia na Alemanha durante a República de Weimar, onde a radiodifusão iniciou seus programas com “emissões educativas” e fazendo transmissões de festivais como o de Beirut e de Munich, além de “ciclos de concertos”<sup>195</sup>.

Não obstante, o predomínio e a repetição de programas eruditos até, pelo menos, meados da década de 1930, a insatisfação e reclamações de vários ouvintes fez-se presente entre as emissoras brasileiras. O historiador José Vinci de Moraes ilustrou bem essa questão ao afirmar que na maioria das estações o início dos programas radiofônicos “incluía a leitura de trechos de livros, conferências, concertos de música erudita, etc., na maioria das vezes enfadonhos.”<sup>196</sup> De volta para a “Voz do Pará”, esses programas de música erudita, mas depois, também os de música popular e

<sup>193</sup> AZEVEDO, Lia Calabre de. *No tempo do rádio: radiodifusão e cotidiano no Brasil. 1923-1960*. Niterói, UFF, 2002, p. 55. Tese de doutorado em história.

<sup>194</sup> *A Folha do Norte*, Belém, “Radiotelefonía”, p.4.

<sup>195</sup> Conferir ALBERT, Pierre & TUDESQ, Andre-Jean. pp. 29-30.

<sup>196</sup> Ver MORAES, José Vinci de. op. cit. p. 51.

folclórica reverberaram e foram reverberados por um grupo social que se tornaria, durante toda a década de 1930, uma presença marcante e, assumiria um papel importante nos destinos da emissora: estamos falando dos intelectuais, na sua maioria compostos por literatos e músicos que se diferenciavam em sua participação na emissora, atuando, seja como “colaboradores diletantes” ou mesmo, aqueles que chegavam a confundir-se com a própria rádio, constituindo os primeiros artistas do *broadcasting* paraense <sup>197</sup>.

---

<sup>197</sup> *A Folha do Norte*, Belém, “Radiotelefonía”, 11 de março de 1934.

## **Capítulo 2:**

### ***A “ma-gue-nhe-fe-ca” Voz da Amazônia! Cultura e política na integração da Amazônia pelas ondas do rádio (1929-1937)***

#### **1. A voz do Pará ou dos modernos? Os intelectuais conhecem o rádio**

##### *1.1. As ligações: a emissora e os círculos sociais e culturais*

O rádio, logo nos seus primeiros anos de existência, procurou integrar-se e envolver com círculos ou grupos sociais e culturais de Belém ou que estavam na cidade, formados por artistas ligados à música, intelectuais, destacadamente os literatos, além de políticos como o Governador Dionísio Bentes e empresários como os responsáveis pela Teixeira Martins S.A.<sup>198</sup> que, por sua vez, frequentavam e circulavam, no que refere à cultura e o entretenimento, os mesmos espaços de produção e difusão.

Então, vamos perscrutar um pouco aquele que foi um dos espaços privilegiados das rodas literárias, ponto de encontro de intelectuais e artistas da cidade, dialogando com pessoas oriundas de outros centros culturais da época, como Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco. Estamos falando do Largo da Pólvora, área singular de manifestações culturais e de entretenimento, principalmente de uma cultura entendida como “sofisticada” apreciada por setores da burguesia, ainda nostálgica do tempo em que a goma elástica conferia-lhe um estilo de vida que tinha em Paris o parâmetro desejado de cultura e civilização.

Nesse espaço encontra-se a principal casa de espetáculos e símbolo do fausto *bellepoquiano*, o Teatro da Paz, reunindo intelectuais, políticos, comerciantes de importantes casas importadoras e donos de extensos seringais, etc., para assistir “cultura” e sentirem-se partícipes dos cidadãos civilizados. Mesmo com a *débâcle* da borracha, muito presente no interregno entre as duas guerras na Amazônia, não era

---

<sup>198</sup> Os empresários Carlos Teixeira e Antônio Martins fundaram o Cinema Olympia em 1912, sendo, também, proprietários do Grande Hotel e do *Palace-Teatre*. Vide VERIANO, Pedro. *Fazendo Fitas*. Belém: EDUFPA, 2006, pp. 62-64.

difícil encontrar antigos donos de enormes áreas de seringais, agora, no final dos anos 1920 e década seguinte, falidos e vendendo o que ainda tinham, porém mantendo o costume de frequentar, expor-se, conversar, portanto, vivendo dentro de uma circularidade e sociabilidade daquele espaço, apesar dos ventos de mudança que há tempos faziam-se sentir<sup>199</sup>. Se no Teatro da Paz tínhamos o espaço da arte cênica, da performance, das óperas, operetas e “festivals de arte”, poucos metros adiante, podíamos encontrar um público encantado com a arte que mais simbolizava a modernidade dos novos tempos, ainda mudo e, depois emitindo vozes e sonoridades, o cinema conferia um ar “modernizante” àquele espaço, oferecendo entretenimento e alimentando sonhos, criando uma verdadeira febre do domingo, onde parte do programa era ir com a família ou os amigos assistir a uma sessão no Cinema Olímpia, a segunda e principal casa de exibição dos belenenses, sendo noticiado nas gazetas o filme em cartaz, os astros e, às vezes, uma breve sinopse da trama. Ilustrativo a esse respeito, foi o anúncio por outro cinema da capital, o *Popular*, em setembro de 1933, ainda repercutindo o entusiasmo pelo cinema “falado”:

“A história de uma mulher em cujo corpo ardiam todas as paixões vulcânicas: ESCRAVA DA PAIXÃO. Uma super-produção falada, com a fascinante Tallulah Bonkhead. Complementos: FOX-MOVIETONE-NEWS, entre neve e gelo.  
Entrada: 1\$100”<sup>200</sup>

Por esse mesmo mês, o “Olímpia” também alardeava para o público uma ‘obra prima do cinema sonoro lusitano’, sublinhando em sua propaganda o aspecto inovador, moderno do cinema em voga no mundo, quer dizer, a associação das imagens em movimento com a produção e percepção dos sons. Assim, como um dos resultados dessa transformação tecnológica, tínhamos na capital paraense, sobretudo no quadrante do Largo da Pólvora, a constelação de espaços privados e de entretenimento, à semelhança dos cinemas, com as imagens que evocavam novidade, modernidade e certo cosmopolitismo envernizado por modismos oriundos de fora do país, com destaque para os norte-americanos e a sua “Meca fulgurante dos tempos modernos”, portanto, na “magia” representada por Hollywood<sup>201</sup>.

---

<sup>199</sup> LÉVI-STRAUSS, Claude. “Amazônia” [1955]. In: *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 341-351.

<sup>200</sup> *A Folha do Norte*, Belém, 30 de setembro de 1933.

<sup>201</sup> *Ibidem*

Similarmente, nas proximidades do cinema Olympia, outro espaço privado e que se notabilizava pelas suas atividades ligadas à arte e ao entretenimento era o Grande Hotel e o seu afamado *Terrasse*. Nesse espaço escutava-se não só as sonoridades modernizantes e “histéricas” de um “jazz”, mas também provocava polêmica, incômodo e admiração em músicos ou literatos que por lá estivessem, ouvindo os “acordes” e principalmente, embaraçados com os trejeitos de uma dança em “suas figurações esquisitas”: era o *charleston!* Dessa maneira, reportava-se Paulo de Oliveira, o diretor da revista *Belém Nova*, àquela “novidade” identificada tanto como um modismo quanto uma espécie de dominação cultural norte-americana. Exemplar desse pensamento ocorreu quando o nosso modernista descreveu, com os contornos de um cronista, a sua personagem central como uma “americanita”, ou seja, uma “bailarina *mignonne*“, na verdade, uma “pirralha” que começou a dançar “em ritmos nervosos”, depois que se “levantara da mesa onde estavam seus pais, abastados conterrâneos do *Tio Sam*”, isso tudo, no *Terrasse* do Grande Hotel e, a conclusão do nosso literato sobre a cena e o cenário foi incisiva e irônica: “Levantei-me. Atirei uma ‘centenaria’ ao *garçon* e murmurei: — Diabo! foi pra isto que Jesus fez o sermão da montanha!<sup>202</sup>.” O diretor da revista *Belém Nova*, juntamente com outros intelectuais como Abguar Bastos, nesse final dos 1920, davam uma nova dimensão política às letras na Amazônia, advogando um regionalismo militante e beligerando por um léxico próprio, nativo da região<sup>203</sup>. Tais posicionamentos explicam um pouco, talvez, porque nesse mesmo número em que ele ironiza a tal “americanita”, foi dado ênfase, em tons elogiosos, ao pianista paraense Mário Neves, produtor e executor do que era identificado como “arte” e, assim, “em breve, terá o Pará mais um filho de que deverá se orgulhar...”<sup>204</sup>. Tal nacionalismo em cores regionais presente, pelos idos de 1928, em alguns círculos culturais de Belém desenvolver-se-ia nos anos da década seguinte em manifestações literárias, musicais e plásticas, fazendo uso, inclusive, de novos meios de difusão como a mídia radiofônica.

Ainda, no início dos anos 20, o *Terrasse* do Grande Hotel já abrigava uma boemia literária que bandeirava por intermédio de revistas e manifestos contra o passadismo nas artes e na literatura, o conservadorismo estético e o engessamento dos estilos conhecidos e praticados. A volúpia desses intelectuais direcionava-se para o

<sup>202</sup> *Belém Nova*, “A americanita”, 18 de agosto de 1928.

<sup>203</sup> Cf. FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. 2000, p. 266.

<sup>204</sup> *Belém Nova*, “A americanita”, 18 de agosto de 1928.

novo, o moderno, sendo que o nome do seu principal veículo de divulgação, a revista *Belém Nova*, resumia e standardizava, de certa forma, as intenções e propostas desses movimentos intelectuais na Amazônia.

No final da década, a radiodifusão seria um dos elementos da modernidade que passaria a evocar imagens que comporiam a paisagem nova, moderna, cultural, tecnológica e sonora dessa buscada *Belém Nova*. Tanto parece plausível essa consideração que esses círculos de intelectuais egressos das pelejas modernistas foram os elementos sociais que encaparam e assumiram a idéia de se fazer uma rádio na Amazônia, conferindo-lhe os primeiros sentidos e orientações, principalmente na sua organização administrativa e de programação. Espíritos que, nos meados da década, dialogavam e debatiam idéias como a do *art nouveau* e o futurismo<sup>205</sup> depararam-se, agora, com a práxis cotidiana de fazer rádio em terras amazônicas, passando a integrar o futuro corpo de dirigentes, diretores de programa e artistas da emissora na entrada do novo decênio.

Todavia, de volta ao decênio de 20, pode ser observado como alguns desses círculos sociais e culturais, a exemplo dos intelectuais, movimentavam-se e, sobretudo, intercomunicavam-se com outros grupos ou círculos sociais que eram identificados por outras práticas, como as políticas e empresariais. Neste último caso, podemos sublinhar as práticas desenvolvidas no setor de entretenimento, lazer e hotelaria pela empresa Teixeira Martins S.A, proprietária e administradora de espaços como o cinema Olympia, o *Palace-Teatre* e o Grande Hotel.

Por entre as frestas, os indícios parecem sugerir que alguns dos significados das práticas dessa empresa foram apostar nos usos e empreendimentos que fizessem uma “atualização” do que estava em voga nos principais centros urbanos do país, no que se referiam às manifestações culturais, opções de entretenimentos e lazer. Assim, além de veicular o cinema falado, difundir danças “modernizantes” como o *charleston* e sonoridades e ritmos “históricos” de um jazz, os sócios e representantes dessa empresa pareciam também estar atentos ao que havia de novo, moderno por cá. Por conseguinte, na visão deles, tudo o que pudesse potencializar as manifestações culturais e as opções de entretenimento para um público que, grosso modo, era sequioso de modismos e novidades, era não só desejável como necessário. As gazetas noticiavam e propagandeavam em tom de ênfase, por semanas, qualquer novidade que repercutisse

---

<sup>205</sup> FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. 2000, pp. 259-261.

forte no público, ou dito de outra maneira, que lhe provocasse certo impacto. Logo, foi nestes termos que a *Folha do Norte* estampou em fevereiro de 1930 as primeiras associações e usos do novo meio de comunicação com um espaço que deveria evocar modernidade: “TERRASSE do Grande Hotel... hoje... transmissão do RÁDIO CLUBE DO PARÁ por intermédio do notável THEATROPHONE”<sup>206</sup>. O leitor pode observar pela forma como se escreveu o anúncio, que a intenção era não só destacar o que era considerado importante, mas, sobretudo, relacionar e associar imagens, usos e significados do que se desejava comunicar como central. Noutros termos, o pretendido era constelar um espaço primado pelo entretenimento e a sociabilidade, uma emissora de rádio e um meio tecnológico de difusão sonora que mesclava microfone e telefone. Embora, o chamado *theatrophone* já fosse utilizado, desde o final do século anterior, em capitais européias e norte-americanas, por entre essas paragens amazônicas, mesmo entre aqueles espaços citadinos que reivindicavam certa “modernidade”, o seu espectro era o de novidade. Uma ilustração francesa do ano 1879 já fazia referência a esse aparelho que transmitia audições musicais e teatrais por intermédio da eletricidade:

Fotografia 10: Ilustração francesa de um *Theatrophone*



FIGURA 10 – In: *Illustration Française*  
Acervo: Biblioteca Nacional

Assim, *Theatrophone*, *jazz*, *charleston*, *Fox-trot*, vanguardas artísticas, debates e idéias modernistas e rádio, tudo isso, constelava-se e apresentava-se num espaço que buscava evocar as imagens, o sensível do que se queria como modernidade, no início

<sup>206</sup> A *Folha do Norte*, Belém, 14 e 21 de fevereiro de 1930, p. 2

daquele ano de 1930, na capital paraense. Com efeito, tentamos tatear, de alguma maneira, o entendimento de como se constituíam as práticas que fortaleciam cotidianamente esses círculos sociais e culturais que ambientavam esse quadrante da Praça da República. Esses foram os protagonistas que realizaram as ligações entre espaços e práticas, intercomunicando experiências e seivando esses movimentos e ambiências culturais que compunham essa vivência do espaço do Largo da Pólvora. Ora, entendo que nesse ponto, cabe uma inquirição sobre como o Rádio Clube apresentava-se nisso tudo?

Inicialmente, para tentarmos responder a essa questão precisamos recuar alguns meses atrás, no ano de 1929, quando a incipiente emissora de rádio estabeleceu as primeiras conexões com os círculos sociais e culturais que frequentavam os espaços públicos e privados do entorno da Praça da República. Os significados dessas conexões foram construídos, resumidamente, de duas formas: Primeiramente, através das relações que aproximaram os fundadores do rádio paraense com os empresários da Teixeira Martins S.A, estabeleceu-se um sentido de difusão cultural que passou a acompanhar os espaços administrados pela empresa, como ocorreu com o *Palace-Teatre*, em novembro daquele ano, quando

“A Empresa Teixeira Martins S.A. em colaboração com o Rádio Clube do Pará fez colocar no Palace-Teatre aparelho receptor e alto-falante, e devendo aquele Teatro congregar, hoje, as pessoas que almejam apreciar os programas do Rádio Clube.”<sup>207</sup>

Para além do significado de difusão cultural (os programas do Rádio Clube) através de um “aparelho e alto-falante”, vale a pena dar nota a dois aspectos desse processo de intercomunicação de práticas entre a emissora e a empresa do setor de entretenimento: o primeiro parece ilustrar, sem turvamento, o caráter restrito da recepção radiofônica e a conseqüente dificuldade em se obter os aparelhos de rádio, nesse tempo, mesmo para setores um pouco mais “abastados” da população belenense. Imagine, por alguns segundos, uma família vestindo-se para sair num programa de domingo à noite, dirigindo-se, em seguida, à porta de um teatro da capital paraense para assistir não uma *Troupe* Internacional de comédias ou ainda, uma exposição de quadros do quilate de um Ismael Nery.<sup>208</sup> Ao contrário disso, para lá se dirigiram com o

<sup>207</sup> O Estado do Pará, Belém, “Radiotelephonia no Pará”, 13 de novembro de 1929.

<sup>208</sup> FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. 2000, pp. 293-296.

objetivo de “apreciar” a programação radiofônica. Em outras palavras, como ainda não se podiam ouvir os programas da rádio paraense na acomodação do lar, tiveram os apreciadores, os interessados, os curiosos que buscá-los e escutá-los onde estivesse disponível. Logo, um dos primeiros significados associados ao ato de escutar rádio na Amazônia foi, portanto, o de representar um evento social no qual um trajeto de práticas sociais e cerimônias assumidas, mais tarde, seriam transmutadas para o universo da casa. Em seu lar, as pessoas conservariam o ato de vestirem-se em trajes sociais, reunirem-se coletivamente com a família e alguns vizinhos para escutarem programas de rádio. Outro aspecto a ser mencionado, diz respeito ao fato de que os poucos que possuíam aparelho receptor de rádio em suas casas escutavam, ainda, por intermédio de fones de ouvidos,<sup>209</sup> portanto, limitando a condição da escuta ao indivíduo. Em compensação, a difusão sonora pelo alto-falante trouxe mudanças significativas no ato de se escutar rádio, sobretudo no aspecto social, possibilitando a condição de muitas pessoas ouvirem, simultaneamente, a vozes e os sons emitidos pelo rádio.<sup>210</sup> Aqueles frequentadores, aquela “platéia” de ouvintes do *Palace-Teatre* experimentavam isso, pela primeira vez! Além de evento social, escutar programas de rádio passou a ser associado à questão do gosto. É o verbo “almejar” que nos fornece a pista de que, nesse primeiro ano de radiodifusão na Amazônia, já se iniciava um gosto por rádio e por assuntos a ele relacionados. Entretanto, qual sentido esse gosto de escutar rádio assumia? O gosto artístico! O termo “apreciar” diz um pouco sobre essa dimensão cultural da escuta radiofônica, sem esquecer que nos programas escutados tínhamos músicas clássicas e eruditas do porte de compositores como Schuman e Carlos Gomes.

Todavia, os significados das formas de conexão entre a emissora a “Voz do Pará” e os círculos sociais e culturais de Belém não se limitariam, tão somente, ao da difusão cultural, mas se expandiriam também, em outras direções, como o do patrocínio cultural. A documentação é sugestiva a esse respeito quando, em setembro de 1929, o matutino a *Folha do Norte* anunciou pela sua coluna “Notas Artísticas”, a grande expectativa da imprensa e do público pelo concerto artístico do violonista Mário Rocha a ser realizado no Teatro da Paz com o patrocínio do Rádio Clube e “dedicado a alta sociedade belenense”.<sup>211</sup> Tal conduta da emissora, na verdade, foi uma prática

<sup>209</sup> CRUZ, Leonam. *Chão sem asfalto*. CEJUP : Pará. p. 54.

<sup>210</sup> MORAES, José Vinci de. pp.53-4.

<sup>211</sup> A *Folha do Norte*, Belém, “Concerto Mário Rocha”, 27 de setembro de 1929, p.2.

costumeira durante toda a década seguinte, ora patrocinando artistas e eventos culturais ora tendo programas especificamente organizados e patrocinados por instituições e empresas do setor de entretenimento.<sup>212</sup> Essa tipologia de patrocínio cultural em que a emissora é o agente, assemelhava-se àquela forma de patrocínio no qual o que importava era o apoio social e a reputação. Nesse aspecto, como bem lembrou Raymond Williams, havia uma troca sustentada por uma “reputação e honra confiantemente recíprocas”.<sup>213</sup> Parece bem ilustrativo a esse respeito, que tanto a instituição (a emissora) quanto o artista (o violinista), embora, de modo diferenciado, fossem conhecidos da “alta sociedade belenense”, tornava-se necessário, portanto, práticas que fortalecessem o reconhecimento social de ambos, e, neste caso, mútuo. Sem dúvida, não se tratava apenas disso! Outros aspectos poderiam, com efeito, estar associados a essa prática como a propaganda institucional ou mesmo, ainda que de forma diminuta, nesse momento, algum suporte financeiro.

Por isso, em todas essas formas de conexões e ligações envolvendo o incipiente universo radiofônico e a sociedade e a cultura desses primórdios anos 20, na vivência urbana da capital paraense, aparecem nos entremeios, nos meandros dessa história da comunicação na Amazônia, as ações, as práticas, os significados e as imagens construídas, disseminadas e debatidas por alguns círculos de intelectuais. Entre eles, salienta-se pela proximidade e sociabilidade de seus membros com a emissora liderada por Roberto Camelier e Eriberto Pio, um grupo de literatos que teve papel importante na formação e nos caminhos do modernismo na Amazônia: a referência repinta no chamado grupo do Grande Hotel ou *Academia ao Ar Livre* que se reunia no *Terrasse* do prédio.<sup>214</sup> Logo, entre os vários modernistas que, em seguida, passariam a figurar entre os colaboradores ou diretores de programas da emissora, tomaria relevo, em particular, a presença e a participação de um deles: a cena pede a entrada, agora, de um personagem que se tornaria, sob muitos aspectos, um coadjuvante que brilharia como principal na trajetória e trama radiofônica vindoura, seu nome Edgar Proença.

---

<sup>212</sup> Foi uma prática comum o patrocínio de programas radiofônicos por instituições sociais e religiosas durante toda a década de 30, permitindo, desse modo, a organização e o lançamento de alguns programas ao ar, como a “Noite Espanhola” (pelo Consulado da Espanha em Belém) e a “Hora Católica” (pela VI Comissão das Associações Católicas). Sobre o programa “Noite Espanhola”, conferir *A Folha do Norte*, 24 de julho de 1931, e quanto ao programa “Hora Católica”, consultar *A Folha do Norte*, 17 de novembro de 1935.

<sup>213</sup> WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. pp.38-43.

<sup>214</sup> Cf. FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. 2000, p. 219.

## 1.2. O grupo do Grande Hotel: Edgar Proença e o início da intelectualidade do rádio

Edgar de Campos Proença integrou círculos intelectuais que foram, na sua maioria, participantes e egressos dos movimentos literários e artísticos que vigoraram durante todos os anos 20, em particular, os literatos, mas incluíam também compositores, pintores, professores e teatrólogos que, grosso modo, envolveram-se com o *broadcasting* paraense, em especial, a partir do decênio que então se aproximava.

Dito dessa maneira, cabe-nos tentar entender como se deram os múltiplos envolvimento entre boa parte desses modernistas e a mídia radiodifusora, ou dito de outra forma, buscar por entre as práticas construídas e sociabilizadas, os significados evocados e amplificados através da radiodifusão.

Inicialmente, atendo-se aos primeiros anos desses contatos e ligações, podemos afirmar que se deram, em suma, em duas direções: em primeiro lugar, alguns deles, configuraram o que podemos nomear de *os intelectuais do rádio*, geralmente atuavam na organização dos programas, implementavam novidades na emissora, pensavam e faziam a parte artística, cultural e informativa do rádio.

A respeito disso, ilustrativo e iluminador foram as “noitadas gloriosas do Rádio Clube”, organizadas e executadas por diversos intelectuais da terra, passando, em seguida, a serem repercutidas e comentadas pela imprensa da época. No dia 10 de maio de 1931, um colunista que jocosamente se denominava “interino”, tecia o seu parecer na coluna “Radiotelefonía” da gazeta *Folha do Norte*, sobre os resultados do programa “A noite do violão”, chamando a atenção para o papel social e cultural que o rádio estava assumindo como meio de expansão da “arte nacional”, ensinando-a inclusive para as “classes menos favorecidas”<sup>215</sup>. O itinerário do ideário exposto indicava que por meio desses programas artísticos, a emissora estava assumindo, através de valores e experiências compartilhadas e praticadas, a sua “larga finalidade educativa”. O interessante da prece elogiosa, é que o acento de ênfase recaía menos no rádio como instituição e mais na figura do intelectual com suas idéias e trajetórias para definir os rumos de uma radiodifusão que fosse responsável pelo “re-erguimento e propagação” da chamada arte nacional.

---

<sup>215</sup> A *Folha do Norte*, Belém, “Radiotelefonía”, 10 de maio de 1931, p. 7

Nesse contexto, o “homem de letras”, em questão, era o médico Gastão Vieira, que tinha assumido o “leme” desses programas na condição de “diretor de programas” da emissora, sendo, ainda, destacada na “crítica”, a sua condição de “estudioso do folclore indígena” que lhe possibilitava e auferia uma “fonte” de conhecimentos e inspiração para “dar expansão mais ampla ao seu espírito de cultor e defensor da arte brasileira”<sup>216</sup>. Em outras palavras, estava-se assumindo e evocando alguns dos significados dos usos do meio radiofônico por esses intelectuais!

Outros literatos tiveram presença marcante como intelectuais do *broadcasting* paraense, ao se notabilizarem por serem os “organizadores” dos celebrados programas ou afamadas “noites” do Rádio Clube. O mês de maio de 1931 foi profícuo, nesse sentido, quando se divulgou pela *Folha do Norte* que no dia 22 seria transmitido um programa com uma plêiade de literatos e músicos, denominado sugestivamente de “Noite do Jeca Tatu” pelo seu organizador e idealizador, um jovem literato de 23 anos que mal acabara de terminar seu primeiro livro em prosa, intitulado *A Fêmea* e, agora, era presença cada vez mais constante no *cast* da emissora: estamos falando de Antônio Tavenard, o personagem que deu o “Jeca Tatu” para o ainda diminuto público de ouvintes de rádio da capital paraense<sup>217</sup>. Com efeito, em programas como esse, os intelectuais do rádio constelavam imagens que iam desde o humorismo e as anedotas até solos de violão e piano, além de canções populares.

Assim sendo, esses intelectuais, geralmente egressos das redações de jornais e revistas onde trabalhavam como colunistas sociais, críticos de arte ou jornalistas que acompanhavam desde esportes até as ditas “mundanidades” na capital, pendulavam, muitos deles, para o novo meio de comunicação que era o rádio. Vinham, alguns, dos movimentos literários de rebeldia dos anos 20, como foram os casos do poeta Bruno de Meneses e do colunista Edgar Proença, este último, frequentador e participante das rodas culturais que se reuniam no *Terrasse* do Grande Hotel desde a década passada, passando a integrar o grupo do Grande Hotel ou *Academia ao Ar Livre*. Esse mesmo *Terrasse* do Grande Hotel, mencionado e comentado anteriormente, foi um dos primeiros espaços de Belém onde foi possível se escutar a sonoridade nova e moderna representado pelo rádio. Esses dois intelectuais tiveram papel importante nesse início

---

<sup>216</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>217</sup> Neste dia, como citado no texto, foi anunciado um programa organizado por Antônio Tavenard chamado “**A noite do Jeca Tatu**” com a participação de intelectuais ou modernistas paraenses que tomavam parte da organização até a execução desses programas como Jacques Flores, Gentil Puget, Guiães de Barros, Leonardo Ribas, Adalcinda Camarão, Zé Vicente e Juanita Machado. Conferir *A Folha do Norte*, Belém, “Radiotelegrafia: a noite do Jeca Tatu”, 22 de maio de 1931, p. 2

dos contatos entre a intelectualidade paraense e o incipiente Rádio Clube: podemos considerar que com Edgar Proença teve início a formação e a atuação de uma intelectualidade do rádio, seguido pelos compositores Wandick Amanajás, Waldemar Henrique e Gentil Puget, assim como, por literatos como Gastão Vieira, Antônio Tavernad, Alfredo Ladislau, e Wladimir Emanuel, entre outros, tornando-se os responsáveis pelas práticas que organizaram, transformaram e repercutiram de múltiplas formas na emissora paraense<sup>218</sup>.

Nesse sentido, Edgar Proença interessa-nos aqui, pela sua importância e repercussão quando o assunto é imprensa, rádio ou futebol no Pará. Em vista disso, vamos fazer um retorno ao nosso presente na condição de testemunhas do nosso cotidiano? De observadores de patrimônios materiais e imateriais da cidade de Belém do Pará? O nome de Edgar Proença aparece em monumentos arquitetônicos que concentram e evocam toda uma simbologia própria e identitária do morador belenense como, por exemplo, o de nomear o principal estádio de futebol da cidade. Em outra direção, seu nome e sua trajetória pessoal continuam fortemente associadas à história e memória das comunicações na Amazônia, sendo o nome da família “Proença” rapidamente associado e evocado quando se busca inquirir sobre o trajeto das comunicações no Norte do país. Quais as razões disso? Ora, precisamos fazer um novo retorno, agora, porém, para um passado das primeiras décadas do século XX.

A grande guerra de 1914 estava ensaiando a sua entrada num cenário europeu onde o vislumbre pelas realizações da civilização liberal, pelos valores glorificados como razão, ciência, teorias explicativas da organização e mudança social como o positivismo e o evolucionismo, eram a prédica e o terço de um mundo que se apresentou a partir das revoluções burguesas, principalmente a de 1789, e das

---

<sup>218</sup> Francisco Wandick Amanajás era violonista, compositor e cantor. Atuou na Rádio Clube do Pará tanto na área musical organizando programas como o “Regatão” ou participando dos primeiros *sketches* organizados na emissora. Era considerado por alguns cronistas que acompanhavam o ambiente do rádio paraense como um dos raros artistas de *broadcasting* no Estado, pelos meados da década de 30. Em 1936 assumiu a direção da emissora. Sobre a sua participação nos *sketches* radiofônicos, ver *A Folha do Norte*, 30 de novembro de 1933, p.4, e quanto a sua participação como diretor da rádio, conferir o Ofício do dia 21 de agosto de 1936, assinado por Wandick Amanajás e endereçado ao Secretário Geral do Estado. Acervo do Arquivo Público do Estado do Pará. Wladimir Emanuel era poeta e colunista social, teve uma participação importante na emissora com a criação de vários *sketches* como “Doçuras do lar” e “Fraternidade Molhada” e organizou programas no *cast* da rádio. Sobre a sua participação no rádio-teatro, ver *A Folha do Norte*, 11 de setembro e 30 de novembro de 1933. Por sua vez, Alfredo Ladislau era, nos anos 30, um intelectual reconhecido, autor de *Terra Immaturo*, proferia palestras literárias na emissora, principalmente no biênio 1933-4. Algumas delas foram “o derradeiro poema de Tupana Caby” e “vidros deformantes”, ver respectivamente *A Folha do Norte*, 30 de agosto e 06 de setembro de 1933.

revoluções técnicas e elétricas que se desenvolveram, um pouco mais tarde, nas terras governadas pelo rei Alberto e a rainha Vitória<sup>219</sup>.

Nesse tempo e nesse lugar, aparecem inúmeras práticas esportivas, em destaque, vai sendo praticado um jogo que se chamou de *Football*, reunindo ligas de trabalhadores ingleses, principalmente em distritos industriais como Manchester. Em terras tupiniquins, a prática do *football* foi desenvolvida e evocada como mais um dos valores da civilização européia, notadamente inglesa, a serem assumidos e cultivados em centros urbanos que experimentavam a sua *Belle Epóque*. Oscar Cox e Charles Muller, estudantes brasileiros vindos da Inglaterra, foram os nomes próprios desse pioneirismo, ao darem o pontapé inicial de tal prática nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo nos primeiros anos do século XX<sup>220</sup>.

Por esse tempo, porém noutro lugar, tínhamos um grupo de jovens que, na cidade de Belém do Pará, entusiasmavam-se com o futebol, vendo nele, novidade, modernidade, distinção social e um ideário de civilização. Alimentados por esse entusiasmo, surgem os primeiros clubes da capital paraense como o Clube do Remo, a União Esportiva, o Paissandú Club e a Tuna Luso Caixeiral<sup>221</sup>.

Enfim, e o nosso Edgar Proença, o que tem haver com tudo isso? Acredito que muito! Ele foi um desses jovens apaixonados pelo futebol, sendo fundador de agremiações clubísticas e escrevendo para revistas e jornais da cidade como o cronista esportivo *Macdonne*, ou fundando associações dedicadas ao assunto, como a Associação dos Cronistas Esportivos do Pará e até mesmo, participando como representante de órgãos e confederações nacionais ligadas à prática esportiva, em geral, a exemplo da Confederação Brasileira de Desportos<sup>222</sup>. No terreno da cultura popular, criou expressões linguísticas que caíram no gosto da população e perduram representativas até hoje, como a adjetivação do seu clube de futebol querido, o Remo,

<sup>219</sup> Cf. HOBBSAWM, 1995, pp. 29-60, destacando o ambiente europeu no qual explodiu a Primeira Guerra Mundial. Sobre o período conhecido como a chamada “Era Vitoriana”, com particular atenção para a cidade de Londres e toda a propaganda de ostentação do poderio industrial e conquistas materiais e tecnológicas da “civilização inglesa”, ver MARX, Roland. “A grandiosidade britânica”. In: CHARLOT, Monica e MARX, Roland. *Londres, 1851-1901: a era vitoriana ou o triunfo as desigualdades*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, pp. 21-29

<sup>220</sup> Uma análise do processo de introdução e popularização do futebol no Rio de Janeiro pode ser encontrada no livro de Leonardo Affonso de Miranda Pereira: PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

<sup>221</sup> Sobre a prática do futebol e sua popularização na primeira metade do século XX na cidade de Belém do Pará, conferir a dissertação de mestrado GAUDÊNCIO, Itamar Rogério Pereira. *Diversão, rivalidade e política: O Re x Pa nos festivais futebolísticos em Belém do Pará, 1905-1950*. (Dissertação de Mestrado), Orientadora: Edilza Joana Fontes, Biblioteca de Pós-Graduação de IFCH/UFPA, Belém-PA, 2007.

<sup>222</sup> *Ibidem*, pp. 92-3.

nas palavras *Leão Azul*, referente ao símbolo e as cores do clube. Todavia, o que tem haver a paixão pelo futebol que nutriu durante a vida toda, ou ainda, o fato de atuar na imprensa como cronista esportivo ou colunista social com a sua importância e as suas práticas no novo meio de comunicação, portanto, no rádio? Tentar responder isso é dizer, sem minúcias, que ele foi o iniciador do jornalismo radiofônico na Amazônia, em particular, fazendo uso do comentário esportivo no rádio, por volta de janeiro de 1932, com a sua “Crônica esportiva da semana”<sup>223</sup>. O colunismo social auferiu-lhe a condição propícia de observador dos costumes sociais, sobretudo, na sua predileção pelo comportamento feminino, proporcionando um *background* de experiências e informações que, mais tarde, ele retrabalharia em outro formato, como peças de radioteatro ou *rádio-sketch*, além de palestras humorísticas pela difusão radiofônica<sup>224</sup>. Nos anos 20, o futuro “príncipe dos cronistas” participou dos debates sobre os novos rumos da arte e da literatura, fazendo parte dos grupos que reivindicavam por uma estética nova e moderna, expressando-se através das revistas *A Semana* e *Belém Nova*. Esta última fizemos referência anteriormente, quanto àquela outra é necessário dizer que Edgar Proença foi o seu principal organizador e responsável na condição de redator-chefe, sem esquecer, que a utilizou para manifestar suas inquietações literárias e seus flertes com vanguardas do Velho Mundo, transformando a sua coluna *Gravetos* em *Fagulhas Futuristas*<sup>225</sup>.

Por trás, na ante-sala dessa trajetória, encontramos valores agrupados, resignificados, transformados e evocados por entre essas práticas ligadas ao *Football*, ao modernismo, ao contato com o futurismo e ao ambiente vivido nas redações da imprensa da capital, que sugeriam ação, movimento, tecnologia, inconformismo e um espírito pronto a aceitar o que fosse contrário ao passadismo, não apenas na forma do que queria dizer (a gramática), mas também, na maneira de comunicar... Logo, Edgar Proença foi aquele intelectual que pelas “marcas” de sua época, soube canalizar toda uma sensibilidade que, mais adiante, o aproximaria de forma definitiva e destacada ao novo meio de comunicação.

No segundo caso, tivemos como primeira referência o moderno Bruno de Meneses que, em 1929, participou dos primeiros programas de rádio fazendo palestras

<sup>223</sup> *A Folha do Norte*, Belém, “Radiotelefonía”, 11 de janeiro de 1932, p.4

<sup>224</sup> No dia 09 de fevereiro de 1934, integrou a programação da emissora uma palestra humorística de autoria de Edgar Proença, intitulada “O que houve num assustado?” ver *A Folha do Norte*, “Radiotelefonía”, 09 de fevereiro de 1934.

<sup>225</sup> Cf. FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. 2000, p. 256.

lítero-musicais e, dessa forma, inaugurando outra tipologia das associações entre intelectuais e meio de comunicação na Amazônia: *os intelectuais no rádio*. Essa presença foi contundente no primeiro decênio da emissora, sobretudo nos primeiros anos, onde atuavam como “colaboradores” fazendo palestras, recitando versos humorísticos, participando de *rádio-sketch*,<sup>226</sup> divulgando seus livros pelo microfone da emissora. Ao contrário do que se possa imaginar, a emissora estava interessada em convidar para o seu *cast*, tanto o intelectual reconhecido, a exemplo de Bruno de Meneses, quanto oferecer espaço ao jovem intelectual e aos “amadores do canto e da música”. A esse respeito, o escritor Corrêa Pinto Filho relembra como apareceu, pela primeira vez, na emissora “PRAF – A voz do Pará”:

“Nessa mesma época, (1931) convidado por Roberto Camelier e Edgar Proença, iniciei a leitura de uma série de trabalhos literários na PRC-5, que então funcionava na esquina das ruas Silva Santos e Bailique. Conheci, na convivência do Rádio Clube do Pará, elementos já consagrados, como os irmãos Nobre, e personalidades que surgiam para a glória e o renome, como Waldemar Henrique, Gentil Puget e Helena Coelho. A esse tempo eu começava a colaborar na *Folha do Norte...*”<sup>227</sup>

Desse modo, talvez mais importante do que se prender nos nomes citados pelo literato é perscrutar o sentido de gerações de intelectuais presentes no rádio paraense: os “irmãos Nobre”, como eram chamados o barítono Ulisses e a cantora lírica e compositora Helena Nobre, viveram uma “época que marcou a passagem” de grandes maestros pelo Teatro da Paz, ainda na ilusão do *fausto bellepoquiano*, como “Gama Malcher, Alípio César, Meneleu Campos, Ettore Bosio... e tantos outros artistas de talento.”, sendo continuadores de uma tradição do canto lírico e da música de câmara, em particular, da ópera no Pará<sup>228</sup>. Em outra direção, mesmo reconhecidos e consagrados tanto em sua terra, quanto em outros estados, estavam atentos e dispostos às mudanças e aos novos talentos musicais de jovens que despontavam para o público e a crítica. Representativo disso ocorreu no ano de 1933, quando Helena apresentou “Gentil Puget, como cançonetista, participando do primeiro recital que este realizou

<sup>226</sup> Os *sketches* representavam pequenas peças humorísticas adaptadas para o formato radiofônico que tinham, juntamente com a música popular, a preferência do público, desde os anos 20, entre as emissoras inglesas. A respeito disso, conferir ALBERT, Pierre & TUDESQ, Andre-Jean. p. 28.

<sup>227</sup> Conferir ROCQUE, Carlos. 1981, pg. 186.

<sup>228</sup> O autor fez, digamos, uma espécie de manual biográfico dos músicos paraenses ou que fizeram carreira importante no Estado do Pará. Para tanto, conferir SALLES, Vicente. *Música e Músicos do Pará*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970, pp. 210-214.

como compositor.”<sup>229</sup> Precisamos, agora, fechar um pouco e tocar na questão central, não deixando o caleidoscópio abrir-se demais. Para tanto, recorrendo, ainda, ao literato Corrêa Pinto Filho, podemos achar a pista: o emprego do termo “convivência” oferece a medida dos sentidos nessas relações entre gerações de intelectuais, inclusive, e em diversos casos, a partir do ambiente novo da radiodifusão.

Em compensação, para o leitor arguto e atento, uma indagação, pelo menos, deve estar inquietando-lhe. Como a emissora, nas figuras de Roberto Camelier e Edgar Proença, teve conhecimento desse jovem, para não dizer, pueril intelectual de apenas 16 anos? De que forma eles ouviram falar sobre o ainda estudante Corrêa Pinto? No ano da “revolução”, o jovem Corrêa Pinto já fazia a sua estréia na “imprensa estudantil de Belém”, sem falar que era cotejado para atuar como “orador dos movimentos de mocidade”. Um desses movimentos, em particular, deve ser mencionado como referência de projeção de uma jovem intelectualidade no início dos anos 30: era o Cenáculo Estudantino de Letras, uma espécie de associação cultural que teve destaque e repercussão dentro da juventude “estudiosa”. Esse “grêmio literário e artístico” pretendia ser uma espécie de Academia Paraense de Letras em “miniatura”, recebendo visitas de “mestres ilustres” que, por sua vez, prelecionavam palestras e conferências. Entre os jovens fundadores desse “cenáculo”, encontrava-se o moço Corrêa Pinto, além dos irmãos Solerno e Eidorfe Moreira, Ribamar e Levy Hall de Moura, quase todos, mais tarde, futuros “colaboradores” no *cast* da Rádio Clube do Pará<sup>230</sup>. Logo, esse exemplo, aparentemente, de limite apenas individual era, digamos, a superfície de um conjunto de práticas e sociabilidades que davam o tom, para os movimentos dessa jovem intelectualidade. Consequentemente, parte desse movimento era praticado no itinerário geográfico e informativo que eles faziam entre a emissora de rádio e a redação do jornal ou da revista, como lembrou o mesmo Corrêa Pinto, ao dizer de sua vida simultânea entre rádio e jornal, por volta dos idos de 1931, quando “A esse tempo eu começava a colaborar na *Folha do Norte...*”.

A partir de um viso panorâmico, podemos inferir que essa tipologia de relações se definisse pelo caráter diletante dos participantes. Nesse momento, gostaria de voltar ao nosso poeta modernista e primeiro colaborador do rádio paraense, Bruno de Meneses, como imagem desse diletantismo nas relações entre intelectuais e a

---

<sup>229</sup> Ibidem, p. 213.

<sup>230</sup> Conferir ROCQUE, Carlos. 1981, p. 186.

radiodifusão. Depois de sua participação no rádio, durante todo o segundo semestre de 1929, ele ausenta-se desse novo cenário para o intelectual da terra, o rádio <sup>231</sup>!

Ademais, é necessário que se diga, a presença e atuação dos intelectuais foram importantes para o processo de produção e difusão cultural. Dessa maneira, podemos concluir que o rádio atraiu, desde logo, vários grupos sociais, mas lembro que o primeiro e por múltiplos motivos, o mais contundente foi o dos intelectuais. Não quero ter a presunção de dizer isso sozinho! Portanto, prefiro chamar a esse nosso contar da trajetória do rádio na Amazônia, o nosso já conhecido e apresentado “locutor por acaso”, Lourival Penalber, ao referir-se sobre o assunto, assim se pronunciou numa entrevista dada a Manoel Bulcão e publicada no jornal *A Província do Pará*, em novembro de 1983:

“O rádio por sua linha de conduta imposta por sua direção atraía elementos de nível. Assim, tivemos o professor Edgar Serra Freire, que era catedrático de português do colégio Paes de Carvalho. Tivemos o Sr. Wladimir Emanuel, escritor premiado com o livro ‘Pororoca’, no Rio de Janeiro...” <sup>232</sup>

Outra tipologia importante referia-se as relações envolvendo os intelectuais investidos de cronistas de rádio das maiores gazetas do Estado como a da *Folha do Norte* e de *O Estado do Pará*, além de periódicos como a revista *A Semana* onde se travava formas de contatos com as expectativas, curiosidades e frustrações do seu público leitor, alguns deles, ouvintes e amadores da radiodifusão. Essas formas de contatos ainda abarcavam um terceiro personagem dessa trama comunicativa envolta nas páginas da imprensa: a própria emissora, com as suas práticas, idéias e posicionamentos, era alvo de críticas, elogios e sugestões tanto dos cronistas de rádio quanto dos próprios leitores/ouvintes através da publicação de algumas de suas “cartas” pela redação da gazeta ou periódico. A respeito desta forma de contato, envolvendo ouvintes e a própria emissora de rádio, através da imprensa, ocorreu quando a coluna “Radiotelefonia” da *Folha do Norte*, no espaço reservado para a publicação de algumas cartas dos seus leitores e ouvintes de rádio chamado de “Correspondência”, teve a iniciativa de publicar no dia 08 de abril de 1934, uma missiva intitulada “Protesto bem

<sup>231</sup> Uma ressalva importante a ser feita foi a participação do poeta versando sobre “o chorinho”, no evento chamado “Noite da Canção Paraense”, organizado por Waldemar Henrique, no dia 15 de agosto de 1933, no *Palace-Teatre*, sendo o acontecimento artístico transmitido pela Rádio Clube do Pará.

<sup>232</sup> *A Província do Pará*, Belém, 20 de novembro de 1983, p. 11. Coleção Vicente Salles sobre rádio e televisão. Acervo: Museu da Universidade Federal do Pará.

humorado”, onde certo K Rapicho, rádio-ouvinte, fez críticas aos programas, speakers e à condição técnica da emissora, num irônico e divertido *padre-nosso do rádio-amador paraense*, iniciando a reza com,

“Pai Marconi que estais na Itália, sempre lembrado seja o teu nome, venham a nós os teus conhecimentos, sejam felizes as tuas pesquisas tanto em ondas curtas como em extra-curtas.

Os programas de todos os dias deseja-nos sempre; perdoa-nos estas exigências, assim como nós perdoamos as cacetadas dos ‘speakers’ com reclamos de metro e meio e a intoxicante coleção X de uma certa estação brasileira; não nos deixeis com as tuas indicações cair na tentação de adquirir material ordinário e impede com o desenvolvimento da tua técnica, as pragas do ‘fading, da estática e dos bondes da Pará Eletric. Very good!”<sup>233</sup>

Por outro lado, espaço semelhante era oferecido aos diretores da rádio para responderem às críticas, justificar possíveis erros e objeções, anunciar novidades e “melhoramentos” na estrutura técnica e organização da emissora, além de ponderar sobre sugestões manifestadas pelos leitores/ouvintes. Neste sentido, três semanas passadas ao desabafo do “padre-nosso” do K Rapicho, os diretores da emissora lembravam, em nota publicada na *Folha*, a receptividade e “consideração” que teriam ao receber as “sugestões” para a rádio, porém ressaltavam a necessidade de discriminar sobre aqueles a quem chamava de “bem intencionados” e verdadeiros paladinos e crentes no intuito de ver “progredir o *broadcasting*” em terras paraenses. Em compensação, ironizava e atacava àqueles adjetivados de entregues “ao passatempo de amesquinhar o que outros, mais ativos, vão realizando sem tibieza.”<sup>234</sup>

Enfim, o leitor deve estar percebendo a ausência do terreno, dos motivos, da realidade que fertilizou essas discussões, contendas e embates, minimamente expostos acima. Portanto, como vimos, alguns amadores e ouvintes de rádio destacavam, em suas críticas, a precariedade técnica, o amadorismo reinante na emissora e o desejo de escutar uma programação mais popular e diversificada, voltada para o entretenimento e a distração. Nestes termos, por sua vez, a emissora resolveu respondê-los com a acusação de serem apenas ouvintes, negando-se a contribuírem financeiramente com a rádio na condição de associados. O recado era direto: não contribuem, não se

<sup>233</sup> A *Folha do Norte*, Belém, “Radiotelefonía”, 08 de abril de 1934

<sup>234</sup> A *Folha do Norte*, Belém, “Radiotelefonía”, 29 de abril de 1934

associaram aos quadros da emissora, então, não tem o direito de reclamar!! Segundo a rádio, a carência de recursos financeiros, devido à “insensibilidade” dos ouvintes em se transformarem em associados, explicava a programação repetitiva, os artistas “colaboradores” repetitivos e o diletantismo presente na emissora. Desse modo, ao que parece, para os diretores da rádio nesses primeiros anos da década de 30, a negação estava menos no conteúdo das críticas e mais na pessoa que as manifestava.

Contudo, pelo menos, uma indagação parece plausível, nesse momento, sobre como o intelectual investido e reconhecido como cronista de rádio apresentava-se nessas relações? E, talvez, o mais importante, o que este entendia como sendo o seu papel ou contribuição nesta “literatura” jornalística sobre rádio?! Normalmente, não acampavam no muro da incerteza e dubiedade, em vez disso, assumiam posicionamentos contundentes sobre assuntos espinhosos e debates polêmicos envolvendo os caminhos da radiodifusão no Pará. Por exemplo, no dia 19 de maio de 1935, o cronista da seção de rádio do jornal *O Estado do Pará*, respondeu às objeções feitas pelo missivista e amador de rádio, denominado de “Sr. Anônimo”, sobre o fato deste alegar não suportar mais ouvir os programas do Rádio Clube do Pará. Retrucando, em tom agressivo, o cronista dispara “porque só um imbecil atura um programa que não é do seu gosto” e, mais adiante, fuzila “assim, quando os programas não lhe agradarem, feche o seu receptor, e vá pentear macacos, ou caçar piolhos com luvas de box.”<sup>235</sup>

No entanto, de um modo geral, os cronistas de rádio da capital paraense durante os anos 30, apresentavam um sentido de aquiescência e prestação de serviços ao amador e ouvinte de rádio. Suas informações técnicas e a atualização que buscavam trazendo informações e curiosidades da radiodifusão, principalmente da Europa e dos Estados Unidos, oferecia o atrativo da curiosidade em justaposição com o potencial benefício utilitário das informações. Ilustrando melhor, talvez, seria o caso de me reportar à pauta do cronista de rádio da *Folha do Norte*, onde em sua crônica dominical do dia 15 de outubro de 1933, trouxe informações e novidades sobre “a última palavra da ciência no domínio das descobertas que se referem às experiências feitas com rádio.” Prossegue, informando sobre os experimentos do laboratório de *Westinghouse*, que teria proporcionado o surgimento de um “moderno sistema” que se utilizaria de ondas ultracurtas e que impedem a interceptação de informações, passando a ser chamado de “Beamcasting” ou “Beamingradio”. Além disso, citou pesquisas sobre a natureza, o

---

<sup>235</sup> *O Estado do Pará*, Belém, “Rádio”, 19 de maio de 1935

tamanho e a propagação das ondas de rádio, bem como o objetivo de medi-las. Na parte reservada ao leitor e ouvinte, intitulada “correspondência” trouxe a dúvida de um “Sr. Calouro” sobre qual a marca mais confiável de um aparelho receptor de rádio, pedindo, dessa forma, ao cronista conselhos e opiniões.<sup>236</sup>

O espectro de relações que aproximavam intelectuais e o novo meio de comunicação, a partir do final dos anos 20 e durante todo o decênio seguinte, principalmente na defesa e entendimento dessa mídia sonora como meio privilegiado para a educação da população “desfavorecida”, carente e analfabeta da cidade de Belém e, notadamente, entre as regiões interioranas da Amazônia, não representava propriamente algo novo, em vez disso, podemos notar esse escol de aproximações em outros endereços da nação: no início dos anos 30, na cidade de São Paulo, era possível notar a “presença e participação direta de alguns modernistas no *cast speakers* de algumas rádios”, projetando a sua atuação nesse novo meio de comunicação, principalmente na importância que tiveram na “produção radiofônica”<sup>237</sup>. Saindo do mapa pátrio e recuando para a década anterior, encontramos em França a introdução de “um periódico oral”, organizado e transmitido por “uma equipe de jornalistas e homens de letras”. Um pouco mais tarde, os franceses teriam a sua “rádio-periódico de França”<sup>238</sup>. Essa associação imagética entre rádio, jornal e intelectuais também era evocada por políticos e pensadores do Leste Europeu e da Rússia. Por exemplo, o líder revolucionário dos *soviets*, Lênin, assim se expressou sobre a “radiotelefonía”: seria “o periódico sem papel e sem fronteiras”, referindo-se a necessidade dos russos de superar “problemas de distância” e levar “educação às massas”<sup>239</sup>. Em solo alemão, o surgimento e a organização do rádio nos anos 20, não deixou de ser notado por alguns intelectuais, inclusive, alguns deles, passaram a “teorizar” sobre o novo meio de comunicação. O dramaturgo Bertolt Brecht expôs, entre 1927 e 1932, suas reflexões em artigos, passando, em seguida, a receber o nome de “Teoria do Rádio”<sup>240</sup>. Outro pensador alemão, marxista e com proposta transformadora da sociedade, Walter

<sup>236</sup> *A Folha do Norte*, Belém, “Radiotelefonía: Beamcasting”, 15 de outubro de 1933

<sup>237</sup> PINTO, Maria Inez Machado Borges. A reinvenção das tradições no cenário da modernidade: a radiodifusão e as suas raízes urbanas. *ArtCultura*, n.º 9, Uberlândia, jul.-dez., 2009, p. 141.

<sup>238</sup> Ver ALBERT, Pierre & TUDESQ, Andre-Jean. p.33.

<sup>239</sup> *Ibidem*, p.34.

<sup>240</sup> São cinco os artigos que compõem a “Teoria do rádio”: o mais importante deles é “O rádio como aparato de comunicação”, além deste, integram: “O rádio: um descobrimento antediluviano?”, “Sugestões aos diretores artísticos do rádio”, “Aplicações” e “Comentário sobre *O vôo sobre o oceano*”, edição preparada por Werner Hecht. O último texto, extraído do caderno I dos *Versuche*, foi traduzido para o português por Fernando Peixoto. Conferir FREDERICO, Celso. Brecht e a “Teoria do Rádio”. *Estudos Avançados*, v. 21, n.º 60, São Paulo, Mai – Ago, 2007.

Benjamin, não só pensou a nova mídia como também atuou dentro dela, fazendo palestras em várias emissoras de rádio durante o ano de 1933.

Não obstante, essa receptividade esteve longe de representar a atitude geral desses intelectuais em relação ao rádio, tanto no Velho como no Novo Mundo. Pelo contrário, segundo o estudioso canadense Murray Schafer, dentro da “dominação da vida moderna pelo rádio”, os intelectuais não apenas notaram esse novo contexto, mas, notadamente, apresentaram-se como “os principais oponentes do rádio e do fonógrafo”. Segundo o etnomusicólogo, uma das razões dessa resistência e, às vezes, repulsa em relação ao rádio, estava no estranhamento e desconforto em relação aos efeitos acústicos da reprodução da voz e da música: surgem expressões como “horrrível voz metálica” e “aquele barulho que os possuidores de gramofones e aparelhos de rádio preferem chamar de música.”<sup>241</sup>.

Entre os intelectuais que se deparavam com o rádio na Amazônia, podiam ser encontrados, sem muito esforço, alguns de manifesta resistência ao novo meio tecnológico. Representativo dessa atitude foi a confissão do cronista musical e barítono Ulisses Nobre sobre como, no início, nutria uma “indiferença pela radiotelefonía”. Depois, sua visão sofreria uma “metamorfose” ao perceber os usos atribuídos ao rádio paraense na década de 30, como meio de propagação da arte, ou de difusão da “música e da literatura”<sup>242</sup>.

Assim, podemos concluir que reverberando essa última visão e posicionamento sobre a radiodifusão na Amazônia, desenvolveu-se outra tipologia mais comum, talvez, dessas relações entre um meio de comunicação como o rádio e os intelectuais na condição de produtores culturais. Por isso, é importante dizer, se os intelectuais foram importantes para a organização interna da emissora e de seus programas no período aqui estudado, também parece plausível, falar na importância que tiveram nas chamadas irradiações externas como protagonistas que foram na transmissão de eventos culturais e artísticos como concertos de óperas, apresentações de música erudita ou popular, peças cômicas, festivais que mesclavam poesias, músicas e teatro, sintetizados na expressão da época, “festivais de arte”.

---

<sup>241</sup>Cf. SCHAFER, R. Murray. 2001, pp. 135-136.

<sup>242</sup>A *Crítica*, Belém, “O Rádio Clube do Pará e o seu progresso”, 1º Caderno, 27 de janeiro de 1933, p.2.

### 1.3. Os festivais de arte: intelectuais e radiodifusão

No dia 27 de novembro de 1929, estava marcado para as oito e meia da noite na principal casa de espetáculos da capital paraense, o Teatro da Paz, a realização de um “festival de arte” promovido por dois intelectuais “admirados” da terra, um dedicado à lavra do poético e o outro voltado para a arte teatral. Foi dessa maneira que a *Folha do Norte* estampou em suas “Notas Artísticas”, os nomes de Bruno de Meneses e Alberto Martins e o seu alardeado “simpático festival”<sup>243</sup>. Em seguida, o colunista no seu intuito de melhor estruturar o convite, passou a oferecer informações de “bastidores”, dando nota à participação dos demais artistas no evento, perfilando nomes como “Jacques Flores... e Bem-bem”<sup>244</sup>, além do grupo musical “Escumilhas”. Depois de ter anunciado quem tomaria parte no campo da produção cultural desse evento, o cronista fez questão de assinalar o que realmente passou a ser novo naquele tipo de evento artístico: tinha-se, agora, também o campo da transmissão cultural, através da irradiação do Rádio Clube do Pará “em atenção aos distintos festejados”. Para finalizar o convite, não foi esquecido o principal em termos de etiqueta, chamar e bajular os “convidados”, diferenciando-os do restante da sociedade, tanto que “acorrerá, por certo, àquela casa de espetáculos quanto Belém possui de seletos nos seus elementos sociais...”. Dessa maneira, o nosso “cronista de arte” encerrava a sua mensagem, deixando claro, para que público essa “noite de arte” se destinava, definindo, em nosso entender, o que hodiernamente podemos chamar de campo da recepção cultural<sup>245</sup>.

Consequentemente, tal evidência é alusiva para o elitismo cultural dessas práticas que passariam a ter certa ressonância nos quadros da organização, funcionamento e produção radiofônica até, pelo menos, meados dos anos 30. Tanto parece plausível esta afirmação que o próprio formato desses festivais ou “noitadas de arte” constituiu-se passado dois anos, num modelo para os programas da emissora, chamados, então, de “noites do Rádio Clube”. Tal percepção já havia sido destacada por Pierre Albert e Andre-Jean Tudesq ao analisarem as transformações por que passou a

<sup>243</sup> A *Folha do Norte*, Belém, “Notas Artísticas”, 27 de novembro de 1929. p. 4.

<sup>244</sup> Era Artemiro da Ponte e Sousa, violonista e compositor, “foi o popular e querido ‘Bem-Bem’ um dos mais admiráveis solistas do violão e professor desse instrumento no Pará... Membro do Centro Musical Paraense e do Sindicato dos Músicos Profissionais. Tocou no Rádio Clube do Pará e integrou diversos conjuntos de câmara, além de orquestras populares. Compôs partituras para revistas regionais, burletas natalinas e peças avulsas.” Vide SALLES, Vicente. 1970, pp. 269-270.

<sup>245</sup> O conceito de campo aqui utilizado foi extraído a partir da leitura de Pierre Bourdieu. BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*, São Paulo: Perspectiva, 1987.

radiodifusão no mundo, chamando a atenção que um de seus aspectos foi que “muitas emissões retransmitiam atividades que não haviam sido concebidas para o rádio”, por exemplo, “concertos, canções, obras de teatro, conferências, leituras de extratos de livros ou de periódicos”. Sem dúvida, o dinamismo cultural da nova mídia possibilitou que, da predominante mimetização dos primeiros tempos, pouco a pouco, “sob a influência da nova técnica, aparecem novos gêneros: radioteatro, novelas radiofônicas...”<sup>246</sup>, fenômeno que, entre os ouvintes da planície, se verificou na passagem dos anos 30 para os 40.

Transcorridos dois dias do evento, com o título “O festival Bruno de Meneses e Alberto Martins”, o colunista da *Folha do Norte* discorreu comentários elogiosos destacando os aspectos de “brasilidade” e regionalismo na arte, praticados e reconhecidos, segundo o autor, no evento. Seu repertório nativista de adjetivações iniciou ao lembrar, em se tratarem de “horas de arte pura e sincera, em que aparecem valores autenticamente nossos... com um tudo de brasilidade”, em seguida, esmiúça o comentário ao analisar a performance “consciente e natural” dos intérpretes, bem como as práticas culturais dessa “brasilidade”, manifestadas, por exemplo, nos “versos tão brasileiros de Bruno de Meneses aos choros e sambas do excelente grupo Escumilhas”<sup>247</sup>. A busca e defesa de uma arte “brasílica” e regional dentro do modernismo amazônico teve seu momento simbólico de desfraldar a bandeira, dois anos antes, com a publicação do manifesto de Abgvar Bastos chamado “Flami-n’-Assú” nas revistas *A Semana* e *Belém Nova*. O historiador Aldrin Moura de Figueiredo ao perscrutar as conexões e significados da arte e da história com os círculos intelectuais na Amazônia nas primeiras décadas do século XX, repondo, sob novas angulações, o debate sobre o modernismo amazônico, considera que no final dos anos 20 do século passado, a busca por uma arte nacional, mas entendida e defendida a partir do regional, se constituiu num dos anseios desses intelectuais<sup>248</sup>. Assim, se reivindicava por alguns desses intelectuais, uma arte e literatura propriamente amazônica, “valores nossos”, inclusive defendendo o uso “de um léxico local”. Segundo Aldrin Figueiredo, a politização das artes e da literatura presentes no manifesto, pode ser percebida também, no lugar do discurso proposto pelo literato: “porque eu vos falo da ponta dum planalto amazônico, entre

<sup>246</sup> Cf. ALBERT, Pierre & Tudesq, Andre-Jean. p. 41.

<sup>247</sup> A *Folha do Norte*, Belém, “Notas Artísticas”, 29 de novembro de 1929, p. 2.

<sup>248</sup> FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. 2000, p. 266.

selvas, uiaras e estrelas”<sup>249</sup>, mais tarde, na década seguinte, a imagem topográfica desse regionalismo engajado reportar-se-ia, mais insistentemente, à “planície”.

A década de 30 trouxe mudanças importantes, tanto nas práticas quanto no repertório simbólico e imagético do modernismo por cá: de uma luta estética e iconoclasta por uma arte nova e “libertária” dos primeiros tempos, passamos a observar um direcionamento para as “coisas do povo”, uma fermentação dos debates folclóricos e uma produção musical e literária, principalmente voltada para a chamada “cultura popular”. Logo, no plano das imagens imaginadas, observamos a descida de alguns modernistas do “planalto” para a “planície”, ou dito de outra maneira, de um modernismo estético para uma proposta de arte voltada para o “popular”, para o interiorano, o suburbano. Uma proposta de arte voltada para o “povo” que nos anos subsequentes à revolução de 30, passou a encontrar certos paralelos e aproximações com outro campo da vida social: a política. Em novembro de 1930, assumiu a interventoria do Pará sob a indicação de Getúlio Vargas, o então tenente Magalhães Barata, desenvolvendo, a partir disso, uma atenção especial direcionada para a “classe desassistida”, principalmente dos municípios interioranos. Dito dessa maneira, no discurso da política baratista o escopo importante era chegar, assistir e valorizar o elemento humano dessa “planície”, oferecendo-lhe o que antes era negado nos governos oligárquicos: educação, saúde, assistência social e proteção jurídica<sup>250</sup>. Ambos, política e arte, interventor e intelectuais, dialogavam e aproximavam-se, entre outras razões, a partir dessa proferida “planície”. Poucos anos depois, um dos principais intelectuais do rádio paraense, o múltiplo Edgar Proença alcunhava a emissora de “A voz que fala e canta para a planície!”, demonstrando que os caminhos da radiodifusão, intercambiavam com os novos rumos do modernismo e da política do período. Veremos, mais adiante, que essas relações promoveram a inserção ou construção de um projeto de integração ou unidade, envolvendo rádio, modernismo e Estado.

Por ora, parece conveniente reentrarmos no “simpático festival” do Teatro da Paz, e reencontrarmos o nosso cronista de arte anotando o “discurso do poeta Abgaur Bastos em saudação aos dois festejados”, sendo observado e escutado por uma platéia “entre a qual se viam os representantes das nossas autoridades estaduais e municipais”

---

<sup>249</sup> Idem, *ibidem*

<sup>250</sup> *A Semana*, Belém, Ano XIII, 21 de novembro de 1931. Vide também, ROCQUE, Carlos. *Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político*, SECULT-PA, 1999.

<sup>251</sup>. Era o tempo ainda do governo de Eurico Valle e da administração municipal de Antônio Fiaciola que, recentes na Administração Pública, não sofriam objeções ou maiores ataques dos meios intelectuais e da imprensa. A relação desses intelectuais com as autoridades referidas não era de cooptação, mas de “respeito” <sup>252</sup>. Esse mesmo Abguar Bastos, beligerando ativamente em redações de jornais e periódicos por um modernismo próprio, local durante a década de 20, pegaria em armas, quase um ano depois, em outubro de 1930, na condição de revolucionário civil, almejando a deposição dessas mesmas autoridades que no momento do festival escutavam a sua saudação! O poeta foi um dos intelectuais que melhor representou o engajamento, a participação e, mesmo a cooptação para o novo regime político instaurado com a chamada Revolução de 1930. Os motivos que levaram o poeta a deixar a redação das gazetas e os aplausos de uma platéia no Teatro da Paz foram diversos e complexos: o próprio Abguar Bastos pode nos informar, rememorando a sua militância política no ano de 1930, sobre como havia uma atmosfera de inquietação política e um frisson de idéias reformistas, principalmente propagandeadas pela Aliança Liberal, ao ponderar que “eu era moço, ardoroso, e ainda imbuído de uma infinidade de idéias reformistas” <sup>253</sup>, sinalizando para o sentido das mudanças que desejava:

“Não fazia muito tínhamos saído de um grande movimento cultural, do qual eu fora um dos pioneiros no Norte: a revolução modernista. Através desse movimento todos nós achávamos que deveria haver modificações não só no campo da cultura, da literatura, como também no campo político. Em face disso tudo, entendi o convite do Affonso (Chermont) como uma possibilidade de eu entrar numa nova esfera de atuação até então jamais a mim oferecida.” <sup>254</sup>

De fato, Abguar e os intelectuais reunidos nas redações das revistas *A Semana e Belém Nova* e da gazeta *O Estado do Pará* apresentavam motivos para ver ruir e desmoronar a bastilha oligárquica dos tempos da República Velha. A maior parte do quadriênio de Dionísio Ausier Bentes contribuiu bastante para uma oposição declarada

<sup>251</sup> *A Folha do Norte*, Belém, “Notas Artísticas”, 29 de novembro de 1929, p. 2.

<sup>252</sup> Cf. ROCQUE, Carlos. 1999, pp. 146-148.

<sup>253</sup> Ver o depoimento do poeta Abguar Bastos sobre sua trajetória política e intelectual nos anos 20 e 30, por ROCQUE, Carlos. *Depoimentos para a História Política do Pará*. Belém: Mitograph, 1981, p. 28.

<sup>254</sup> Idem, ibidem. O referido convite de Affonso Chermont, dono do principal jornal de oposição ao governo e reduto dos chamados “revolucionários civis” (*O Estado do Pará*), para Abguar Bastos foi, nas palavras do próprio poeta, o seguinte: “Topas fazer conosco um movimento revolucionário?”. Além dos dois, estava presente na “misteriosa” reunião, o capitão do Exército Eurico Castilho França, futuro líder militar da revolução de 30 no Pará. A revolução estava devidamente representada no engajamento de grupos sociais: um dono de jornal opositor, um modernista militante e um militar imbuído de idéias reformistas, escaldadas no fervor do tenentismo.

e renhida ao Governador do Estado por esses intelectuais. O estopim da tensão ocorreu no dia 16 de agosto de 1927, quando o diretor de *Belém Nova* sofreu uma emboscada, recebendo nas costas as marcas do chicoteamento, efetuados por desconhecidos seus.

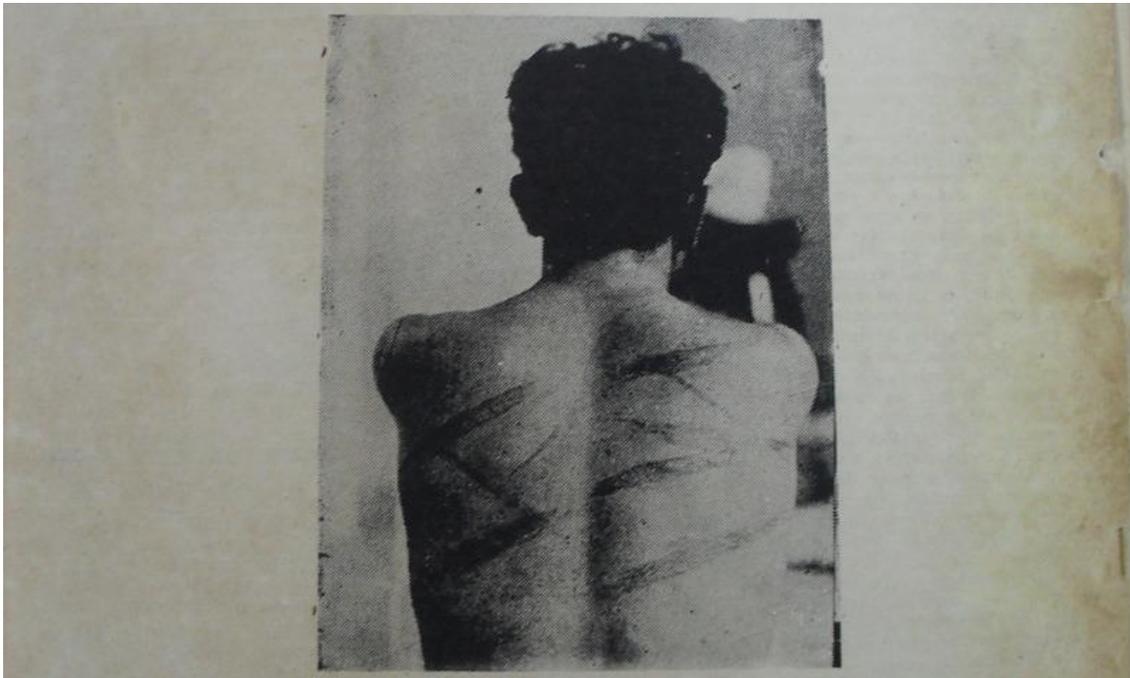


FIGURA 11 - Revista *Belém Nova*, Ano IV, Nº 73, 30 de agosto de 1927. Os diretores eram Paulo de Oliveira (na foto) e Martins e Silva  
Acervo: Biblioteca da Academia Paraense de Letras

A estampa da foto foi acompanhada pelo título “os frutos de uma covardia”, seguidos de argumentos incisivos e acusativos ao Governador Dionísio Bentes, retratado como mandante da agressão ao literato. O diretor do magazine, de algum tempo, participava do coro dos descontentes e críticos ácidos ao governante estadual, enfileirando-se juntamente com o principal jornal de oposição, *O Estado do Pará*, nas acusações de perseguição policial, censura e enormes concessões de terras às empresas estrangeiras e conhecidos próximos. A partir de então, surgem inúmeros epítetos de governantes históricos ou lendários que passam a ser constelados ao Governador do Pará, nessa engenharia simbólica do político: desde o lendário “rei Grunther da política paraense!”, até a associação com o *Dulce* italiano, o “Mussolini de Faro” e finalizando com a imagem traidora de “Isariotes”<sup>255</sup>.

<sup>255</sup> *Belém Nova*, Ano IV, Nº 73, 30 de agosto de 1927, primeira página.

Em outro sentido, mais geral, os intelectuais ampliavam o seu repertório crítico, denunciando o estado de “atraso” e “estacionamento” da capital paraense, projetando-se visualmente na própria sujeira e feiúra da cidade, “desde a faixa litorânea até o mais recuado subúrbio, onde a piedade dos homens não pôs nunca um traço vivo de amparo pela saúde dos habitantes...”<sup>256</sup>. Os motivos apontados para a situação eram basicamente econômicos e políticos: o fracasso econômico da região e a agonia financeira do erário público alardeavam a situação em que “as nossas possibilidades econômicas falharam e a praça se debate numa crise apavorante.” Contudo, para esses intelectuais, nem tudo era culpa da decadência da economia gomífera, apontando razões de ordem política como “a desordem predominava em todos os departamentos. O afilhadismo era regime insubstituível...”<sup>257</sup>, rememoravam os literatos pela revista *A Semana*, em novembro de 1931. O pensamento desses intelectuais sobre a elite política que governava o Pará durante a República Velha era contundente: incapacidade intelectual, moral e administrativa.

Ambientando essa discussão no âmbito nacional, a historiadora Lúcia Lippi Oliveira lembra que certos temas eram comuns na crítica que a intelectualidade brasileira fazia aos políticos profissionais da República Velha como “a ausência de homens capazes de assumir as responsabilidades do comando histórico”<sup>258</sup>. Segundo a historiadora, para esses intelectuais, as razões dessa incapacidade estavam na “falta de contato com a realidade nacional e a cópia de modelos estrangeiros”<sup>259</sup>. Esse desconhecimento da realidade provocava “uma falta de identificação entre o Estado e as forças sociais”<sup>260</sup>, onde neste último, não havia se desenvolvido valores coletivos e uma identidade que o ligasse a nação. Além disso, continua Lúcia Lippi, na visão dessa intelectualidade, tudo era mais dramatizado pela importação de modelos políticos exógenos à realidade brasileira, pois seriam impraticáveis no contexto específico da realidade nacional. Um desses modelos era o liberalismo entendido como o responsável pelos “males assinalados no corpo social”<sup>261</sup>, entre estes, as causas ou origens do “atraso brasileiro”. Para a historiadora, esses intelectuais passam a partir do final dos

---

<sup>256</sup> *A Semana*, Belém, Ano XIII, 21 de novembro de 1931.

<sup>257</sup> *Idem*, *ibidem*

<sup>258</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi, et alli. *Estado Novo – ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 15.

<sup>259</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Introdução. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (org.) *Elite Intelectual e debate político nos anos 30: uma bibliografia comentada da revolução de 30*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Brasília: INL, 1980, p. 41.

<sup>260</sup> *Ibidem*, p.42.

<sup>261</sup> *Ibidem*, p.44.

anos 20 e toda a década seguinte, na ocupação de formular e efetivar “um novo projeto, quer seja ele político, quer seja moral”, mas que tenha “como modelo uma proposta antitética aos princípios liberais”<sup>262</sup>. Da parte do liberalismo, o historiador Eric Hobsbawm afirma que ele “fez uma retirada durante toda a Era da Catástrofe”, principalmente nas décadas de 30 e 40 do século passado, sendo atacado nos seus princípios e instituições apenas pela “direita política”<sup>263</sup>. Circunscrevendo um pouco mais, Arnold Hauser, que entende as primeiras décadas do século XX como a “Era do filme”, filia boa parte dessa intelectualidade à direita política no Velho Mundo durante a década de 30, pois “de modo geral, a *intelligentsia* toma posição junto às formas autoritárias de governo, exige ordem, disciplina, ditadura, entusiasma-se por uma nova Igreja, uma nova escolástica, um novo bizantinismo.”, levando parte dessa “camada literária” a ser atraída para o fascismo na “ilusão que ele dá de valores absolutos, sólidos, inquestionáveis, e na esperança de libertar-se da responsabilidade inerente a todo racionalismo e individualismo”<sup>264</sup>.

Ademais, é importante que se diga, nada estava separado, estanque, em vez disso, “a intelectualidade brasileira” do final dos anos 20 e decênio seguinte, estava “perfeitamente integrada às questões que se originavam na matriz europeia, pensava e propunha alternativas, reinterpretando soluções diante do que considerava ser a realidade nacional”<sup>265</sup>. O diálogo e a repercussão das discussões e acontecimentos que se travavam na Europa durante as primeiras décadas do século XX, davam-se tanto pelas consequências psicológicas e intelectuais oriundas do traumatismo da Primeira Guerra, quanto pela atração das experiências fascistas no Velho Mundo. O descrédito pela civilização liberal ocidental e a busca por novos valores passaram a direcionar os caminhos da maior parte da intelectualidade brasileira<sup>266</sup>. A *intelligentsia* da “planície”, a que vivia e pensava na Amazônia, também se apresentava “integrada” ao debate intelectual mundial, fazendo escolhas, flertando com valores e práticas nacionalistas e autoritárias, advogando a necessidade de uma “consciência nacional” e a busca, defesa e propaganda de uma cultura regional, nativista, entendida, portanto, como amazônica.

Um bom exemplo disso é a própria invenção de tradições que passariam a campear o que se chamaria de nacionalismo ainda no século XIX no continente europeu

<sup>262</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>263</sup> Cf. HOBBSAWM, Eric. 1995, pp. 115-116.

<sup>264</sup> HAUSER, Arnold. A era do filme. In: VELHO, Gilberto (org.). *Sociologia da Arte: textos básicos de ciências sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966, p. 38.

<sup>265</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi, et alli. *Estado Novo – ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 15.

<sup>266</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>267</sup>. As elites européias empenhadas na criação e afirmação da nação reconheciam a necessidade da invenção, valorização e divulgação de mitos, lendas, línguas e uma história que definisse a nação. O historiador Eric Hobsbawm salientou, nesse sentido, como o nacionalismo veio antes da nação <sup>268</sup>. Outro historiador, filho do século XIX, o alemão Leopold Von Ranke procurou mostrar como cada nação procura dizer que a sua identidade nacional é melhor que a dos outros nos seus escritos históricos sobre diplomacia internacional. A visão de “povo” passou longe da concepção de história de Ranke, em vez disso, desenvolveu um ideário elitista do itinerário histórico nacional, ao tirar a história das “mãos” do povo e colocá-la nas da elite governante <sup>269</sup>. Em outra direção, invertendo o sentido da história política de Ranke, apareceu a proposta de Jules Michelet por uma história do povo francês e de suas tradições no contexto de entendimento sobre a nacionalidade francesa<sup>270</sup>.

Ainda no século XIX, mas em terras brasileiras, encontramos paralelos de invenções do nacional, principalmente quando a vida intelectual no Império brasileiro se institucionalizou em 1938 com o objetivo de “forjar uma memória para a nação brasileira”, através do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) <sup>271</sup>. Uma das figuras de proeminência da arquitetura de uma história da nação foi Francisco Adolfo de Varnhagen com o seu livro-monumento *História Geral do Brasil*, onde procurou desenvolver uma narrativa da história do Brasil, apontando a gênese e o sentido da nação. A história colonial com o encontro das três “raças”, em especial, com a predominância do português sobre o negro e o índio conformaria o atestado de nascimento da nação brasileira. A nacionalidade também passou por um processo de invenção histórica, à semelhança de Ranke, quando Varnhagen, ao se referir sobre o episódio da Invasão holandesa no Nordeste, cria um dos mitos fundadores da

---

<sup>267</sup> HOBBSAWM, Eric e RANGER, T. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

<sup>268</sup> HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

<sup>269</sup> RANKE, Leopold Von. As grandes potências. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História*. [tradução de Trude Von Laschan Solstein]. São Paulo: Ática, 1979, pp. 147-180.

<sup>270</sup> O historiador francês do século XIX, Jules Michelet, também se posicionou no debate sobre a identidade nacional do povo francês, fazendo críticas ao intelectualismo exagerado dos literatos franceses que teriam construído e disseminado pela Europa uma visão “monstruosa” da pátria, ao exagerar sobre os seus defeitos e mazelas. Michelet, então, propõe uma ruptura epistemológica na forma de contar a história da França, ao aconselhar que o olhar do historiador deva se aproximar da experiência real com o povo, para, desse modo, poder entender e escrever sobre ele (o povo francês). Vide MICHELET, Jules. *O povo*. [Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza]. São Paulo: Martins Fontes, 1ª edição brasileira: 1988.

<sup>271</sup> FILHO, Manuel Alves. O Brasil “inventado” por Varnhagen. *Jornal da Unicamp*, Campinas, 28 de setembro a 4 de outubro de 2009. A citação é do historiador Renilson Rosa Ribeiro, cuja pesquisa é comentada por Manuel Alves Filho.

nacionalidade brasileira ao postular que na “união das três raças para expulsar os elementos estrangeiros teria sido o primeiro sinal de nacionalidade”<sup>272</sup>.

Na segunda metade do século XIX, em especial, desenvolveu-se em várias regiões do Brasil, um sentimento de busca das “origens” da nacionalidade, instigando “um percurso de descoberta do ‘povo’ através dos chamados estudos de folclore. O historiador Aldrin Moura de Figueiredo em sua dissertação de mestrado situa e problematiza as teias que envolviam o universo da pajelança dentro dos chamados estudos de folclore e no amplo debate dos círculos intelectuais no final do século XIX e primeiras décadas do XX<sup>273</sup>. Assim, grosso modo, o “povo” passou a ser reconhecido na figura mestiça e popular do “caboclo” que, doravante, foi sublimado pela imagem arquetípica do indígena. Portanto, tanto para autores do final do Império como José Veríssimo quanto pelas postulações modernistas no início da década de 30, através de estudos como o de Raimundo Morais, observou-se a tentativa de definir a pajelança como indígena, advogando uma “pureza” étnica e ancestral da principal manifestação religiosa da Amazônia. Para essa iconicidade ser reafirmada entre o pajé e o índio, tornava-se necessário que “a pajelança urbana” praticada na capital paraense desde o século XIX, onde “misturava as crenças indígenas e africanas num contínuo processo de degradação”, no entendimento desses intelectuais, fosse denunciado e combatido<sup>274</sup>. Segundo Aldrin Figueiredo, Raimundo Morais propalava um nativismo militante, no intuito de dar “uma idéia nítida e ampla” do que se via e sentia sobre a ‘planície’, levando ao desejo de um amadurecimento de uma “literatura amazônica”. O cenário amazônico com suas “crenças locais” e os “costumes populares” interioranos formariam o escopo do seu anseio intelectual<sup>275</sup>. Um dado importante no estudo que me proponho e sinalizado por Aldrin Figueiredo, referiu-se a publicidade da obra de autores como Raimundo Morais na década de 30, adquirindo um alcance social até então desconhecido, a exemplo, de seu livro *No paiz das pedras verdes*<sup>276</sup>.

Raimundo Morais procurou divulgar suas idéias e estudos sobre a Amazônia fazendo uso, inclusive, da nova mídia do momento: o Rádio Clube do Pará. Numa segunda-feira, dia 18 de dezembro de 1933, teve o “início das palestras de Raymundo

---

<sup>272</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>273</sup> FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *A cidade dos encantados: pajelança e natureza na Amazônia, 1870 - 1950*. 1996. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1996.

<sup>274</sup> *Ibidem*, p. 221.

<sup>275</sup> *Ibidem*, p. 205.

<sup>276</sup> *Ibidem*, p. 192.

Moraes, sobre coisas da Amazônia.”, anunciada na coluna “Radiotelefonía” da *Folha do Norte*, além deste, tomavam parte na programação do dia, intelectuais como Corrêa Pinto e Venturelli Sobrinho, sem esquecer de um jovem que propugnava uma música folclórica e “amazônica”, como era o caso de Gentil Puget<sup>277</sup>. Com efeito, parece importante dizer, como os números na forma de literatura e música se constelavam de tal maneira, no referido programa da emissora que chegava a constituir, no meu entender, uma narrativa sensível e simbólica e, portanto cultural da Amazônia por intermédio desses intelectuais, na evocação de temas comuns como o folclore, o regional e popular, seja na matriz retórica das palestras do folclorista, dando destaque aos costumes populares do morador interiorano da terra, ou mesmo, alimentando e evocando lendas, mitos e imagens desse mesmo morador interiorano da “planície”, através da música popular de matriz “folclórica”, composta pelo jovem músico Gentil Puget<sup>278</sup>. A partir disso, a sugestão que fica, parece se reportar ao entendimento de que a emissora e seus intelectuais ocupavam-se de um projeto de constituir uma “política cultural” para o “povo”, através do ímpeto de certa massificação radiofônica. Num esforço de tradução cultural, nestes termos, foi que Edgar Proença alcunhou a emissora de “A voz que fala e canta para a planície!”.

Entrementes ao percurso pela nacionalidade tivemos, em outro nível, um percurso de aproximações entre a emissora e alguns de seus diretores e intelectuais com ideologias hegemônicas do período. No dia anterior a palestra de Raimundo Moraes no rádio, *A Folha do Norte* deu a seguinte notícia com o devido título “a irradiação do integralismo na Amazônia”, divulgando que haveria uma seção pública na sala de conferências do Rádio Clube do Pará, “reunindo estudiosos e adeptos da doutrina integralista”. A seção seria iniciada com uma conferência sobre “a doutrina cívica” pelo professor Paulo Eleutério, seguido da eleição do “triumvirato” que passaria a dirigir a Ação Integralista na Amazônia e finalmente, os preparativos para a recepção da comitiva integralista que percorria o Brasil sob a chefia do escritor Gustavo Barroso<sup>279</sup>. O colunista teceu um brevíário, no afã de informar possíveis indoutos, dos princípios e simbologias do movimento no Brasil, lembrando, em tom pedagógico, que um de seus aportes simbólico e imagético era representado pela letra grega “Sigma”, que “significa

<sup>277</sup> *A Folha do Norte*, Belém, Radiotelefonía, 18 de dezembro de 1933, p.2.

<sup>278</sup> Segundo Vicente Salles, Gentil Puget era “um músico intuitivo, quase autodidata, além de poeta, aprofundou-se, também, no estudo da alma popular e realizou fecundo trabalho de folclorista”. Conferir SALLES, Vicente. *A Modinha no Grão-Pará: estudos sobre ambientação e (re)criação da Modinha no Grão-Pará*. Belém: Secult/IAP/AATP, 2005. (Transcrições musicais por Marena Isdebsky Salles).

<sup>279</sup> *A Folha do Norte*, Belém, Radiotelefonía, 17 de dezembro de 1933, p. 7.

soma, ou integração, ou ainda o total de todas as parcelas”, transmutado para a política seu significado reportar-se-ia “à reunião das energias da nacionalidade no sentido de tornar o Estado forte em todas as suas manifestações da ordem, da atividade, do pensamento e do trabalho”<sup>280</sup>. Na verdade, essa sedução por ideologias totalitárias de regimes políticos, como o fascismo e o nazismo, não foi sem importância para alguns grupos de intelectuais e políticos que atuavam na capital paraense, em meados dos anos 30. Um bom exemplo, do certo fascínio que algumas dessas ideologias despertavam em setores da elite intelectual paraense, pode ser observado no ano de 1935, quando um navio alemão “aportou em Belém e a tripulação foi homenageada no Grande Hotel. As paredes do salão de festas foram decoradas com suásticas. A sociedade local compareceu em peso.” Nos jornais, alguns intelectuais desferiam comentários elogiosos sobre “o novo homem forte da Alemanha”<sup>281</sup>,

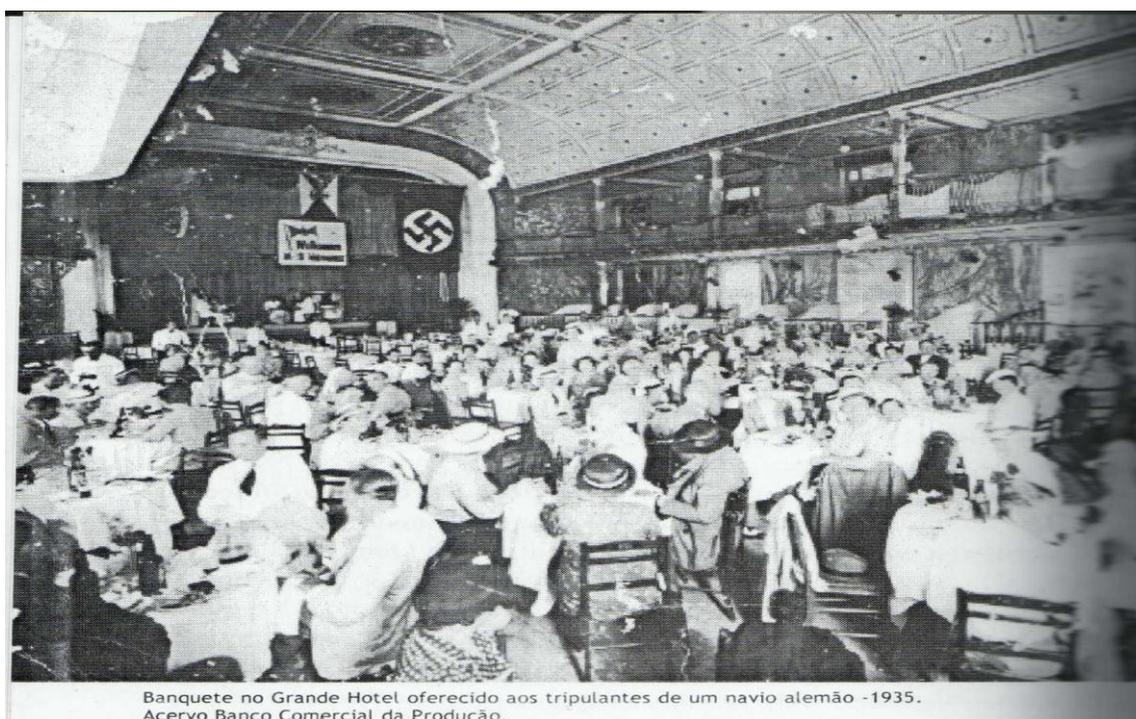


FIGURA 12 – Banquete no Grande Hotel oferecido aos tripulantes de um navio alemão, 1935. Acervo: Banco Comercial de Produção

Então, de volta à conferência integralista realizada pelo rádio, o nosso conferencista não representava um caso isolado entre os intelectuais paraenses na admissão e admiração por idéias totalitárias oriundas do Velho Mundo, pelo contrário,

<sup>280</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>281</sup> Cf. VERIANO, Pedro. pp. 67-8.

era um signatário fiel, agora, imbuído de propagar a nova doutrina na capital paraense, inclusive, fazendo uso da comunicação radiofônica: era o intelectual Paulo Eleutério, secretário de Redação da *Folha do Norte* e autor de artigos que defendiam a integração da Amazônia e o desenvolvimento da educação superior no Estado. Em 1931, o jornalista fez uma campanha pela imprensa, mobilizando os principais nomes da engenharia do Estado como Francisco Bolonha, Raimundo Viana e Victor Maria da Silva, no projeto de fundar a primeira faculdade de engenharia do Pará. Nesse tempo, o intelectual aproximou-se do interventor Magalhães Barata, então, preocupado em desenvolver uma política educacional ampla, apoiando o que entendemos como ensino básico, o magistério, o ensino superior e as instituições científicas. O apoio político e estrutural do interventor acrescido da capacidade técnica e intelectual dos afamados engenheiros, teria sido o passo decisivo para a fundação da primeira faculdade de Engenharia Civil do Pará, pelos idos de 1931<sup>282</sup>.

Por outro lado, passados dois anos, encontramos Paulo Eleutério engajando-se num outro tipo de campanha, sendo, a partir de então, paladino, divulgador e chefe do Integralismo no Pará. Segundo Osvaldo Coimbra, Paulo Eleutério andava “uniformizado, comandava manifestações públicas e recebia de seus seguidores o gesto de saudação integralista: o braço estendido, usado na Roma Antiga, acompanhado, porém, da pronúncia da palavra tupi ‘Anauê’”<sup>283</sup> e, como vimos, fazia propaganda da doutrina integralista pelo microfone da Rádio Clube do Pará. O fervor cruzadista e “apostólico” da campanha doutrinária do intelectual não era sem razão, pois um de seus componentes estava pautado nos valores e princípios da doutrina Social da Igreja Católica que, na época, era conservador e dialogava com regimes totalitários de direita, a exemplo do fascismo italiano, propugnando valores como “Deus, Pátria e Família”<sup>284</sup>. Mais tarde, mudou-se para o Amazonas, e lá desenvolveu uma campanha que chegou a ter índios como prosélitos da nova doutrina:

---

<sup>282</sup> *Diário do Pará*, suplemento “Cultura & Arte”, Belém, 03/10/2009.

<sup>283</sup> *Ibidem*.

<sup>284</sup> Para uma visão sobre a presença e os valores defendidos pela Igreja Católica, os grupos de direita e os movimentos fascistas na Europa, nesse período. Consultar HOBBSAWM, Eric, 1995, p. 118. Uma análise próxima, mas em âmbito nacional, fez Lúcia Lippi Oliveira. Vide OLIVEIRA, Lucia Lippi, 1982, pp. 14-30, e OLIVEIRA, Lucia Lippi, 1980, pp. 37-47.



FIGURA 13 - Jornal *Diário do Pará*, suplemento “Cultura & Arte”, Belém, 03/10/2009 “Índias do Amazonas aprendendo a saudação integralista” In: “A saga dos Construtores no Pará”, por Osvaldo Coimbra. Na foto destacam-se duas imagens: as índias (primeiro plano) e a bandeira nacional, oferecendo a narrativa de “criação da nação” por intermédio da integração do Brasil rústico, rural com o Brasil urbano e moderno.

Ora, chegando até aqui, não parece válido fazermos uma provocação?! Afinal, por que a emissora encampou a campanha integralista, transformando-se no principal meio de divulgação do movimento na Amazônia? Quais seriam as razões desse comprometimento? Inicialmente, podemos dizer que dentro do rádio paraense havia diferentes projetos em disputa sobre a compreensão e formas de atuar na realidade amazônica. Um deles, o conservador e seduzido pelo ideário integralista, tinha entre seus defensores um dos “maiorais” da emissora, um de seus diretores “fundadores” que era Eriberto Pio dos Santos. Este se relacionava com grupos de intelectuais católicos que combatiam a “laicização do ensino” e um “monopólio pedagógico estatal”, defendendo, assim, a “precedência dos pais e da Igreja sobre o Estado na questão educacional”, lembra a historiadora Lúcia Lippi Oliveira ao apresentar os diferentes projetos intelectuais travados no debate político dos anos 30, sobre a “(re)construção nacional”<sup>285</sup>. Tal contexto apontado pela historiadora deu-se no cenário da capital paraense, principalmente, a partir do ano de 1935, quando a 6ª Comissão das

<sup>285</sup> Cf. OLIVEIRA, Lucia Lippi, 1980, pp. 45-46.

Associações Católicas do Pará utilizou-se do rádio para patrocinar a sua “Hora Católica” com conferências sobre temáticas como Escola (finalidade social) e movimento social: catolicismo na região, bem como, sua trajetória, características, público alvo e os participantes <sup>286</sup>. Esse movimento de renovação católica que se desenvolvia em outras regiões do país, tomava parte dos valores e do cotidiano de Eriberto Pio, uma vez que, era “figura de prola nos círculos católicos da cidade” <sup>287</sup>. O movimento católico na época apresentava algumas similitudes com os valores defendidos pelos integralistas, como a crítica ao modelo liberal e a “idéia de ‘civilizar por cima’” <sup>288</sup> por intermédio de uma nova elite, ilustrada e atuante: o rádio serviria para potencializar tal projeto!

Aqueles “festivais de arte” podem representar, digamos, um prelúdio desse ideário ou, melhor dizendo, de um amálgama de valores experimentados e travados na vivência social desses anos de 1930. O intuito de cultivar uma arte ilustrada e erudita, bem como de propagandear valores considerados de “civilização” ou modernidade, passam a ganhar um novo direcionamento, após a Revolução de 1930, com o engajamento de vários intelectuais nas esferas da Administração Pública como gerentes de gabinetes ou ideólogos de políticas culturais, instrumentalizando de forma muito mais contundente, um projeto político e educativo de integração da Amazônia num cenário nacional. Para esses intelectuais, de um modo geral, para materializar tal política seria necessário recorrer à “cultura”, para definir o caráter do que se buscava como nacional e a comunicação com as “massas” dos valores que traduziriam no sentimento de cada “brasileiro” o significado de pertencimento a uma “nova pátria”, a um “Brasil redescoberto”, que agora, tinha um líder ou herói na figura de Vargas que não deixava mais qualquer brasileiro que fosse, sozinho ou isolado... Tinha-se, então, “um universo falador” que saía de uma caixa!

---

<sup>286</sup> A *Folha do Norte*, Belém, 17 de novembro de 1935. O programa “Hora Católica” era semanal na grade de programação da emissora, e durou, pelo menos, até o ano de 1936.

<sup>287</sup> O maestro Manuel Guiães de Barros discorrendo sobre os “causos” observados na história do rádio e da televisão paraense evocou memórias sobre personagens do rádio paraense desde os primeiros tempos do veículo: entre vários, reportou-se, em muitos momentos, a Eriberto Pio dos Santos. Vide BARROS, Manuel Guiães de. p. 17.

<sup>288</sup> Cf. OLIVEIRA, Lucia Lippi, 1980, p. 40.

## 2. *Public speaker*: A “Revolução Brasileira” pelas ondas do rádio

No dia 19 de julho de 1931, órgãos da imprensa paraense noticiavam, com as cores de um acontecimento, a inauguração de um *public speaker* na fachada lateral do Teatro da Paz. Segundo a coluna “radiotelephonia” da *Folha do Norte*, tratava-se, na verdade, de um “alto-falante possante” irradiando os programas da emissora na Praça da República até áreas mais distantes. Os comerciantes de Belém foram incentivados a participar da propaganda pelo rádio devido a um público “numerosíssimo” que passou a ter acesso por conta do alto-falante. Estiveram presentes na solenidade o interventor Federal no Estado, o capitão Magalhães Barata, e o seu secretariado de governo, além de alguns fazendeiros e representantes da imprensa <sup>289</sup>.

Passados quase dois anos do começo de suas transmissões, a emissora “P.R.A.F Rádio Clube do Pará”, buscava um projeto inicial de massificação de seus programas pelo uso da propaganda. A principal razão disso estava na sofrível manutenção financeira da emissora por conta de um quadro de sócios diminuto, levando a necessidade de buscar outros meios para a sua viabilidade econômica <sup>290</sup>. Segundo a historiadora Lia Calabre, o Governo Provisório de Vargas demonstrou uma preocupação com a sobrevivência econômica das emissoras aprovando, em maio de 1931, uma legislação sobre o setor, autorizando o início do uso da propaganda pelo rádio <sup>291</sup>. A propaganda radiofônica demorou a engrenar devido a diversos obstáculos iniciais: desconfiança dos anunciantes, propaganda e programas enfadonhos e pouco atraentes para o público e o acesso restrito do número de pessoas ao novo meio comunicação <sup>292</sup>.

Em vista desse novo contexto, a emissora de Roberto Camelier enfrentava o desafio de definir rumos para a sua manutenção e expansão. O primeiro grande passo foi dado com a inauguração do chamado *public speaker*, irradiando por meio de um alto-falante, programas radiofônicos para um público ampliado, “numerosíssimo” de frequentadores da Praça da República e do seu entorno. O caminho traçado estava ficando mais claro: iniciava-se, naquele momento, uma massificação radiofônica

<sup>289</sup> A *Folha do Norte*, 19 de julho de 1931, p. 7.

<sup>290</sup> A *Folha do Norte*, “Radiotelephonia”, 22 de fevereiro de 1931, p.5.

<sup>291</sup> AZEVEDO, Lia Calabre de. Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n° 31, 2003, p.163.

<sup>292</sup> Os comerciantes de Belém foram incentivados por alguns colonistas da imprensa a participarem da propaganda pelo rádio. A respeito disso, ver A *Folha do Norte*, 19 de julho de 1931. Por outro lado, em outras ocasiões, os cronistas de rádio aludiam sobre como eram feitos os anúncios pelo rádio, indicando problemas e a possível solução encontrada. Conferir a respeito, A *Folha do Norte*, 29 de abril d 1934.

gradativa que passou a atingir alguns dos espaços públicos de maior trânsito de pessoas: as praças públicas da capital paraense. Diante disso, esperava-se contar, a partir daquele momento, com a propaganda comercial e, assim, proporcionar um novo suporte, uma nova fase para a emissora.

Entretanto, se durante algum tempo houve uma desconfiança da propaganda pelo rádio, duvidando de seu êxito em comparação com a propaganda escrita na imprensa <sup>293</sup>, a própria emissora paraense procurava não contar apenas com a propaganda comercial, procurando, por sua vez, apoiar-se em outro formato da propaganda: a política. A inauguração do *public speaker* ou orador público era, assim, o primeiro vínculo da rádio paraense com a nova conjuntura política instalada no Brasil com a chamada “Revolução de 1930” e o início das interventorias nos estados com a indicação e posse de Joaquim Magalhães Cardoso Barata como interventor de Vargas no Estado do Pará. Ora, a própria nomenclatura “orador público” em inglês nos oferece indícios dos usos e significados da propaganda política pela mídia radiofônica em Belém. Portanto, de quem seria a voz desse “orador público”? Ou ainda, qual seria o conteúdo da mensagem transmitida? Como se deu a aproximação do meio radiofônico com a política da pós-revolução de 1930 no Pará?

Primeiramente, porém, torna-se necessário retrocedermos ao ano anterior, momento político de desfecho da República Velha e inauguração de uma nova política para o país com a ascensão e tomada do poder federal por Getúlio Vargas e a Aliança Liberal. Um pouco antes disso, movimentos “revolucionários” que almejavam derrubar os governos oligárquicos, logo após o resultado eleitoral que deu vitória ao candidato Júlio Prestes, em detrimento do candidato opositor Getúlio Vargas, iniciaram movimentos armados para tomada do poder em diversos estados da federação. No Norte, o movimento que pregava a “revolução brasileira” avançou de uma forma até mais contundente do que em outras regiões do país por meio da derrubada dos governos locais. Segundo Dulce Chaves Pandolfi, havia uma insatisfação política representada pela idéia de “abandono” das elites que comandavam a Política do Café-com-leite em

---

<sup>293</sup> Vinci de Moraes, analisando o processo histórico responsável pela multiplicação das emissoras comerciais em São Paulo, inicia a sua exposição dando destaque para a importância da propaganda no rádio, no “momento que as emissoras procuraram profissionalizar-se,” variando e diversificando a sua programação diariamente, tornando-a “mais leve e de entretenimento”. Destaca a grande resistência inicial à publicidade no rádio, “tanto dentro como fora das emissoras”. Ver MORAES, José Vinci de. 2000, pp. 57-60.

relação aos estados do Norte <sup>294</sup>. Acrescente-se a isso, a crise econômica oriunda da queda das exportações dos seus principais produtos da balança comercial e uma crise da administração pública nesses estados com um déficit no orçamento e a insatisfação do funcionalismo público <sup>295</sup>. Contudo, segundo ilustrou Carlos Rocque em depoimentos que coligiu dos participantes “revolucionários” ou “legalistas” que vivenciaram os acontecimentos de 1930 no Pará, a derrubada do governo de Eurico Valle, governador do Estado, e a conseqüente vitória da revolução no Estado foi adiada, devido ao fracasso da “sublevação militar” feita por civis e militares <sup>296</sup>. Dias depois, porém, a conjuntura política seria alterada com a queda do presidente Washington Luís e, finalmente, a ascensão de Getúlio Vargas ao Palácio do Catete <sup>297</sup>. Em Belém, diante disso, o governador do Estado renunciou, iniciando um breve período de “Juntas” que governaram o Estado até a decisão de quem seria o homem de confiança de Vargas para “comandar a revolução” no Estado: o nome acabou recaindo no capitão Magalhães Barata que assumiu como interventor federal o governo no dia 12 de novembro de 1930 <sup>298</sup>.

---

<sup>294</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In: GOMES, Angela Maria de Castro. (org.) *Regionalismo e Centralização Política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, pp. 341-44.

<sup>295</sup> Mensagem do Governador do Pará, Eurico Valle, ao Congresso Legislativo Estadual no dia 7 de setembro de 1929. Encontra-se no setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Vianna, rolo “Mensagem dos Governadores”.

<sup>296</sup> ROCQUE, Carlos. 1981, “Depoimento de Eurico Valle”, pp. 295-327.

<sup>297</sup> Uma análise da chamada “Revolução de 30” em nível nacional foi realizada por Boris Fausto em: FAUSTO, Boris. *A revolução de 30: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Sobre a “revolução de 30” dentro do contexto paraense, alguns trabalhos acadêmicos procuraram pensar e problematizar alguns aspectos desse tumultuado ambiente político e militar do período: ver MACHADO, Verônica Bastos. *A revolução de 30: repercussão no Pará*. Trabalho de Conclusão de Curso. Belém: UFPA.; NASCIMENTO, José Renato Carneiro do. *O movimento de 30 no Pará*. Trabalho de Conclusão de Curso. Belém:UFPA, 2000 e FERREIRA, Albert de Oliveira. *A primeira interventoria de Magalhães Barata (1930-1935): discursos, práticas e conflitos políticos no Estado do Pará*. Trabalho de Conclusão de Curso. Belém:UFPA.

<sup>298</sup> ROCQUE, Carlos. 1999, pp. 170-2.



FIGURA 14 – Fotografia de Magalhães Barata por ocasião dos festejos comemorativos ao 1º ano de seu governo no Estado do Pará e publicada pela revista *A Semana* do dia 21 de novembro de 1931, onde aparece saudado pelos intelectuais do periódico como o “nosso interventor”.

Acervo: Museu da Universidade Federal do Pará

Uma vez investido pela nova realidade política, representada pela “Revolução” no Estado como interventor de Vargas, Magalhães Barata desenvolveu várias medidas de “saneamento” ou “moralidade pública” com a nomeação de auxiliares, perseguição e punição dos adversários políticos, as chamadas medidas de “choque” e aproximação com setores populares <sup>299</sup>. Ao lado disso, o interventor preocupou-se em massificar a

<sup>299</sup> Sobre as medidas de “choque” e com forte apelo popular estavam a redução obrigatória dos aluguéis cobrados em Belém, a desapropriação de grandes latifúndios na capital e seus arredores, a cobrança e punição pelo uso da Verba de Propaganda nos governos antecessores, a criação de serviço judiciário para

nova ideologia de governo para a população da capital paraense através de “uma série de comícios e conferências públicas, destinados à propaganda dos princípios elevados da Revolução Brasileira”<sup>300</sup>. O local dos comícios estava definido: seriam as principais praças públicas de Belém.

Em vista disso, pareceu claro para algumas pessoas que Magalhães Barata, para alcançar o seu intento de “propagandear” o ideário da revolução para a população de Belém<sup>301</sup>, precisaria de um meio de comunicação que facilitasse o alcance de sua mensagem para um público mais amplo, em outras palavras, precisaria de um meio para massificar a sua mensagem política.

Nesse sentido, chegou às mãos de Magalhães Barata, no dia 28 de novembro de 1930, um ofício da diretoria do Rádio Clube do Pará, informando que souberam pela imprensa da “intenção” do Interventor Magalhães Barata de fazer “propaganda dos princípios elevados da Revolução Brasileira”, decidindo, portanto, oferecer “espontaneamente” a sua contribuição para a propaganda política do governo. Tal contribuição seria, nas palavras da diretoria, “modesta, porém certamente eficiente”<sup>302</sup>.

No entanto, o que exatamente os diretores da emissora entendiam como a execução de uma propaganda política eficiente? Havia um planejamento dessa propaganda pelo rádio e como seria? Quais os benefícios apontados de uma propaganda política pelo rádio paraense? A resposta sugerida ao interventor era clara: a massificação da voz do orador público atingindo importantes espaços públicos da capital paraense, superando os obstáculos físicos da voz solitária e de alcance natural. Os limites do alcance natural da voz para a propaganda política eram destacados para apontar as *benesses* da propaganda moderna por intermédio do rádio:

“Com efeito, se a voz de um orador, por mais poderosa que seja só poderá ser ouvida dentro de uma área relativamente pequena, nunca maior de trinta metros, de forma a que as palavras sejam todas perfeitamente compreendidas, máximo de um discurso proferido em

---

assistência aos pobres. Ver ROCQUE, Carlos. 1999, pp. 187-202 e NASCIMENTO, José Renato Carneiro do. *O movimento de 30 no Pará*. Trabalho de Conclusão de Curso. Belém:UFPA, 2000.

<sup>300</sup> Ofício nº 18, de 24 de dezembro de 1930, sendo endereçado ao Capitão Joaquim de Magalhães Barata, M.D. Interventor Federal no Estado do Pará. Série: Ofícios (Associações), Caixa: 182. Documentos da Secretaria de Governo. Acervo: Arquivo Público do Estado do Pará.

<sup>301</sup> Algumas monografias de graduação em História pela Universidade Federal do Pará abordaram a temática da propaganda política durante a interventoria de Magalhães Barata. Por exemplo, ver GUEDES, Ana Célia Barbosa. *A revolução de 30 no Pará e propaganda política (1930-1935)*. Belém: UFPA e LOPES, Marcos Roberto Guimarães. *Revolução, imagem e propaganda: Magalhães Barata na sua primeira interventoria (1930-1935)*. Belém:UFPA.

<sup>302</sup> Ofício nº 18, de 24 de dezembro de 1930, sendo endereçado ao Capitão Joaquim de Magalhães Barata, M.D. Interventor Federal no Estado do Pará. Série: Ofícios (Associações), Caixa: 182. Documentos da Secretaria de Governo. Acervo: Arquivo Público do Estado do Pará.

praça pública onde não é possível evitar o ruído ensurdecedor dos bonds e da própria aglomeração de pessoas, o mesmo não se dará se essa voz for ampliada por meio do rádio e de poderosos alto-falantes.”  
303

A proposta de propaganda política sugerida e “oferecida” ao interventor federal estava colocada e planejada pelos diretores da Rádio Clube do Pará: a instalação de alto-falantes em diversos espaços públicos da cidade de Belém. O primeiro seria instalado na Praça da República, o outro no Largo de Nazaré e, finalmente, o terceiro no mercado do Ver-o-Peso. O “orador público” discursaria “no estúdio de P.R.A.F.”, sendo a sua voz ouvida “simultaneamente” e “ampliada cerca de 500 vezes”, atingindo, segundo a diretoria da rádio, “quase todos os bairros da cidade, por milhares de pessoas, quer se achem nas praças públicas, quer estejam nas residências onde existem instalados, atualmente, quase quinhentos receptores”<sup>304</sup>. Esse modo de exposição pela técnica da reprodução sonora permitiu, como bem lembrou Walter Benjamin, “ao orador ser ouvido e visto por um número ilimitado de pessoas”, assinalando uma das primeiras transformações envolvendo o político e os meios modernos de comunicação, ou seja, “a exposição do político diante dos aparelhos passa ao primeiro plano”<sup>305</sup>. Era essa transformação do modo de exposição que o interventor Magalhães Barata estava sendo convidado a participar pelas ondas do rádio.

Outra imagem aludida pelo filósofo alemão em relação à mudança da exposição do político perante a massa reportava ao sentido de analogia com espetáculos esportivos e sua potência comunicativa para as massas. Para Benjamin, semelhantemente ao esporte, a exposição pelo rádio ou cinema possibilitava o aparecimento de ações “mostráveis”, configurando um espetáculo que mobilizava sentimentos<sup>306</sup>, símbolos e a necessidade da compreensão. Por fim, em similitude ao esporte, a exposição diante do aparelho “determina um novo processo de seleção... do qual emergem, como vencedores, o campeão, o astro e o ditador”<sup>307</sup>. Portanto, legitimar e massificar a imagem do triunfo, do domínio, do vencedor. Ora, esse era o argumento mais incisivo e

---

<sup>303</sup> Ibidem

<sup>304</sup> Ibidem

<sup>305</sup> BENJAMIN, Walter. 1994, p. 183.

<sup>306</sup> Sobre essa característica de funcionamento da propaganda política por modernos meios comunicação como o rádio ou o cinema, mas observando a sua ingerência e significação no cenário brasileiro pós-1930, ver CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2ª ed., 2009, pp. 73-6.

<sup>307</sup> BENJAMIN, Walter. Op. cit., p. 183.

atrativo para mobilizar Magalhães Barata no sentido de “acordar” com a Rádio Clube do Pará, uma nova forma de exposição da sua pessoa e dos “princípios elevados da revolução” para a “massa”: a imagem de triunfo e domínio da revolução no Estado e, de seu expoente “maior”, o interventor Magalhães Barata <sup>308</sup>.

A idéia de seleção perante o aparelho esteve presente no planejamento da propaganda política posta em prática por Magalhães Barata e sua equipe de auxiliares. Escalou ou “selecionou” para proferir diante do aparelho de P.R.A.F. Rádio Clube do Pará, alguns de seus secretários que eram atuantes como prosadores, poetas e que reconhecidamente dominavam o uso da palavra escrita e falada. Assim, no dia 27 de julho de 1931, segundo noticiou *A Folha do Norte*, o seu Chefe de Gabinete, o poeta Abguar Bastos assumiu o microfone e falou pelo *public speaker* sobre o “republicano João Pessoa”, estando presentes no “studio” o interventor Magalhães Barata e os demais secretários de Estado <sup>309</sup>.



FIGURA 15 – Fotografia do poeta Abguar Bastos assumindo como “auxiliar de governo” no cargo de Chefe de Gabinete do Interventor Magalhães Barata. Publicada pela revista *A Semana*, do dia 21 de novembro de 1931.

Acervo: Museu da Universidade Federal do Pará

<sup>308</sup> Sobre o imaginário político em torno da pessoa de Magalhães Barata, interventor de Vargas no Estado do Pará, durante os anos de 1930 a 1935, uma boa compreensão pode ser auferida a partir dos trabalhos de FERREIRA, Edilardo Quaresma. *O imaginário político no Pará entre os anos de 1930-1935*. Trabalho de Conclusão de Curso. Belém: UFPA e SANTOS, Roque José Rodrigues. *A construção do imaginário entorno do homem público: Magalhães Barata*. Trabalho de Conclusão de Curso. Belém: UFPA.

<sup>309</sup> *A Folha do Norte*, “Radiotelephonia”, 27 de julho de 1931, p. 2.

Essa participação dos intelectuais na nova conjuntura política representada pela revolução de 30 foi uma realidade verificada em diversos contextos regionais do país a partir dos anos 30: em Minas Gerais, por exemplo, alguns integrantes do chamado “intelectuais da rua da Bahia” como Carlos Drumond de Andrade e Gustavo Capanema assumiram não só a defesa do nova realidade política como, destacadamente, participaram do novo regime, assumindo cargos dentro da interventoria mineira. Gustavo Capanema como Secretário do Interior e, poucos anos depois, Interventor Interino de Minas Gerais. Ao deixar a inteventoria em seu Estado foi chamado por Vargas para assumir o Ministério da Educação e Saúde. Drumond, por sua vez, atuou como Chefe de Gabinete e foi subordinado de Capanema, porém não desenvolveu a carreira política, preferindo, em vez disso, dedicar-se a outra arena: a da literatura <sup>310</sup>. Em São Paulo, movimento semelhante de aproximação e participação dos intelectuais dentro do regime inaugurado com a revolução de 30, com a participação de Mário de Andrade no comando do Departamento de Cultura do município.

Uma análise interessante desse processo de “cooptação” ou “aproximação” dos intelectuais com a engrenagem política instalada por Vargas nos ofereceu Ângela Maria de Castro Gomes no seu estudo sobre a política cultural do Estado Novo, intitulado *história e historiadores*, onde a autora entendendo a cultura como “uma trama de significados compartilháveis”, insere os intelectuais como produtores culturais ou de discursos e que, na sua maioria, se viram envolvidos de várias formas com a burocracia estatal. Diante disso, o Estado fez investimento numa política cultural e na intelectualidade como elementos importantes para o processo de constituição do Estado nacional no período, sendo construtores de uma “nova legitimidade” para esse Estado. Ainda de acordo com Ângela de Castro Gomes, o governo Vargas, principalmente a partir do Estado Novo, produziu discursos e justificativas para explicar o momento de “parceria” ou “acordo” entre o governo e os intelectuais pós-1930 <sup>311</sup>. Nesse sentido, torna-se esclarecedor a abordagem feita sobre as visões e os discursos a respeito do distanciamento dos intelectuais da política, notadamente durante a República Velha (desde a falta de vocação até a incompreensão das elites e dos governos anteriores pela função social dos intelectuais e a importância de sua produção cultural). Segundo o

---

<sup>310</sup> SCHWARTTZMAN, Simon. et alli. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: FGV, 2000, pp. 41-67.

<sup>311</sup> GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. 1ª Ed. Rio de Janeiro. FGV. Siciliano.1995, pp. 136-7.

discurso estado-novista, somente após a Revolução de 30 houve uma aproximação dos intelectuais com a política, exatamente quando “o regime reconhecia a liberdade do intelectual, amparava-o política e institucionalmente e solicitava sua cooperação na administração pública e em inúmeros outros empreendimentos.” Desse modo, firmou-se um acordo entre Estado e intelectuais, onde estes assumiam uma importância por atuarem em duas frentes: no preenchimento dos cargos públicos e por militarem pela temática da brasilidade, aliás, assumindo a condição de “intérprete” dessa brasilidade. Entre o governo e o “povo” tornava-se necessário um “intermediário” que estabelecesse uma comunicação pautada em valores considerados nacionais: esse era um dos papéis que o governo Vargas esperava contar com a “*intelligentsia* brasileira”<sup>312</sup>.

Contudo, se os intelectuais eram considerados os “intermediários” dessa comunicação entre o governo, a nação e o “povo”, um dos meios privilegiados para a efetivação desse projeto daria-se com a mídia radiofônica. Massificar notícias, investir tanto na educação do trabalhador dos centros urbanos quanto do morador interiorano, fazê-lo sentir-se integrado a um corpo político entendido como Nação, eram alguns dos interesses e significados que passaram a ser dispensados e atribuídos ao rádio pela política cultural de Vargas durante os anos 30 e, mais sistematicamente no Estado Novo, a partir de órgãos governamentais como o Departamento de Imprensa e Propaganda.

Entretanto, desde os primeiros anos que assumiu o poder na década de 30, Getúlio Vargas demonstrou interesse e preocupação em organizar e viabilizar o setor radiofônico nacional, fixando decretos para normatizar os serviços de radiodifusão e a viabilidade financeira das emissoras, além de definir as prerrogativas do governo no controle das concessões, na orientação dos programas para um perfil cultural e pedagógico, seguindo a cartilha do Ministério da Educação sob o comando de Gustavo Capanema e a instituição de uma hora reservada em todas as emissoras do país para a “propaganda” das realizações do governo, a “Hora do Brasil”.

A idéia de integrar populações afastadas do Brasil numa “comunidade nacional”, superando entraves sociais e culturais através de uma massificação que buscava horizontalizar, abarcando letrados e analfabetos<sup>313</sup> pela potência sensível e simbólica da voz e dos sons foi uma das grandes novidades que o rádio trouxe para a política e

---

<sup>312</sup> Idem, pp. 138-140.

<sup>313</sup> OLIVEIRA, Luiz André Ferreira de. *Getúlio Vargas e o desenvolvimento do rádio no país: um estudo do rádio de 1930 a 1945*. Dissertação de Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais: CPDOC, Rio de Janeiro, 2006.

cultura no período. A respeito dessa engenharia sensível e simbólica, Alcir Lenharo comenta:

“O rádio permitia uma encenação de caráter simbólico e envolvente, estratégias de ilusão participativa e de criação de um imaginário homogêneo de comunidade nacional... O importante não era exatamente o que era passado e sim, como era passado, permitindo a exploração de sensações e emoções propícias para o envolvimento político dos ouvintes.”<sup>314</sup>

Nesse contexto novo que o interventor Magalhães Barata procurou apresentar-se através do microfone da Rádio Clube do Pará, mobilizando os ouvintes e cativando, principalmente os pobres. O historiador Newton Dângelo lembra como “através do serviço de radiodifusão educativa, os intelectuais, os censores, os ministros e o presidente poderiam chegar mais próximos dos 'iletrados' – leia-se trabalhadores urbanos e rurais – e levar-lhes a nação da qual deveriam fazer parte”<sup>315</sup>, indicando, dessa maneira, como a participação e engajamento de intelectuais como o poeta Abguar Bastos, a propaganda política, enfim, tudo se enfeixava a partir de agora na nova mídia: a radiodifusão.

Ademais, dentro desse contexto foi que se estabeleceu o primeiro momento do processo de aproximação e envolvimento da política baratista com a Rádio Clube do Pará, investindo-se, poucos anos depois, numa “parceria” entre a emissora e o governo na implantação de um projeto de radiodifusão para todo o Estado do Pará, integrando vários municípios da Amazônia com a capital paraense.

### **2.1. A voz do Pará: Integrando a “planície” pelas ondas do rádio**

Pelos idos de 1931, Roberto Camelier e os demais diretores da Rádio Clube do Pará demonstravam o seu intento maior: expandir o alcance das ondas da rádio e massificar a sua programação para áreas distantes das centralidades da capital paraense. Em fevereiro desse mesmo ano, segundo noticiou a *Folha do Norte*, efetivou-se a reconstrução da estação transmissora de ondas longas, responsável pela irradiação do

<sup>314</sup> LENHARO, Alcir. *A Sacralização da Política*. Campinas: Papyrus, 1986, p.42.

<sup>315</sup> DÂNGELO, Newton, *Escolas sem professores: o rádio educativo nas décadas de 1920/40*. São Paulo: PUC. Dissertação (Mestrado em História) 1994, p. 82.

que era ouvido em algumas áreas centrais de Belém, chefiados por G. Edwin Smith e Roberto Camelier. Contudo, Roberto Camelier e os demais diretores ambicionavam expandir as ondas do seu *broadcasting* para mais longe, iniciando, dessa maneira, a construção de uma transmissora de ondas curtas<sup>316</sup>.

As dificuldades, no entanto, para manutenção e pôr em funcionamento duas estações transmissoras era enorme, desde o precário orçamento da emissora, sobrevivendo de “quantias módicas” de alguns poucos associados, até as limitações de uma cidade distante dos centros que dispunham de peças, equipamentos e técnicos próprios para a radiodifusão<sup>317</sup>. Assim, a carência de peças ampliava, ainda mais, a precariedade tecnológica da emissora nesses seus primeiros anos de funcionamento, chegando a inviabilizar o funcionamento da estação de ondas curtas devido à necessidade de usarem peças do transmissor da outra estação<sup>318</sup>. Entretanto, como fiz referência anteriormente, nesse mesmo período, o interventor Magalhães Barata aproximou-se da emissora com um afã de uma propaganda política “moderna” para a massa dos moradores da capital.

Ora, não era apenas a emissora paraense que almejava expandir e massificar as suas ações para áreas mais distantes, inclusive da própria capital. O próprio Magalhães Barata também passou a investir na massificação da imagem de sua pessoa e do seu governo para as áreas mais distantes do centro da capital paraense, como os bairros suburbanos e, finalmente, para a população interiorana do Estado. Ao lado dessa almejada massificação, inclusive pelo rádio, algumas das ações de seu governo deixavam claro uma preocupação em integrar os municípios do interior paraense com a capital do Estado: massificação e integração eram os dois lados da mesma moeda, materializadas por ações como a abertura e construção de estradas, presença e fiscalização pessoal das obras públicas e visitas rotineiras do interventor aos municípios do interior paraense<sup>319</sup>.

---

<sup>316</sup> A *Folha do Norte*, “Radiotelephonia”, 22 de fevereiro de 1931, p.5.

<sup>317</sup> Depoimento de Edgar Augusto Proença, gravado no dia 29 de maio de 2000.

<sup>318</sup> Ofício nº 18, de 24 de dezembro de 1930, sendo endereçado ao Capitão Joaquim de Magalhães Barata, M.D. Interventor Federal no Estado do Pará. Série: Ofícios (Associações), Caixa: 182. Documentos da Secretaria de Governo. Acervo: Arquivo Público do Estado do Pará.

<sup>319</sup> A *Semana*, Ano XIII, de 21 de novembro de 1931. (Edição comemorativa do 1º ano de Governo de Magalhães Barata no Estado do Pará). Acervo: Museu da Universidade Federal do Pará



FIGURA 16 – Fotografia do Interventor Magalhães Barata “inspeccionando” a construção de uma rodovia no município de Bragança. Publicada pela revista *A Semana*, de 21 de novembro de 1931.

Acervo: Museu da Universidade Federal do Pará

Em vista disso, a interventoria de Magalhães Barata parecia estar delineando os contornos do seu projeto político: promover uma “nova” integração, tentando compor uma “unidade” entre a capital paraense e os municípios do interior do Estado, procurando aperfeiçoar as comunicações, dirimir a sensação de “abandono” político dessas localidades em relação à sede do poder político Estadual, localizada em Belém. Magalhães Barata navegou e lutou no Baixo e Médio Amazonas, em 1924,<sup>320</sup> e sabia da importância de medidas “integradoras” desses vários espaços da Amazônia paraense.

Dentro desse contexto, chegou ao gabinete do interventor no dia 12 de março de 1933, um ofício assinado pelo presidente da emissora na ocasião, Victor Engelhard, fornecendo para “submeter à apreciação” do interventor um projeto de serviço de rádio-telefonia no Estado, representando, assim, um “plano de comunicações rápidas e eficientes entre a capital e os pontos mais longínquos do Estado”. Tal plano de comunicação rádiodifusora no Estado seria plenamente justificável, argumentou o presidente da emissora, pelos benefícios gerais próprios do meio radiofônico como meio

<sup>320</sup> Cf. ROCQUE, Carlos. 1999, pp. 37-53.

de comunicação a distância: “pelo único meio compatível com as exigências de tempo e distância que se apresentam — o rádio —, na sua aplicação mais usada para esse fim e mais acessível aos leigos — telephonia sem fio...”<sup>321</sup>.

Esse projeto de integração pelas ondas do rádio do grande território da Amazônia paraense necessitaria, para a sua implantação satisfatória, da realização de um “estudo preliminar” das condições locais das regiões “beneficiadas” com a instalação de aparelhos receptores/alto-falantes, discriminando os locais públicos dos municípios que receberiam o sinal da estação transmissora de ondas curtas, localizada em Belém, que passaria a emitir um boletim diário de informações “oficiais e de interesse geral”. O governo do Estado subsidiaria a aquisição das peças e equipamentos para o funcionamento da estação de ondas curtas da emissora, não precisando, dessa maneira, recorrer ao empréstimo de peças tirados da outra estação, a de ondas longas. Além disso, o governo assumiria a responsabilidade pela requisição da licença, pleiteando a radiodifusão como um “serviço público”, entregando a “Rádio Clube a sua exploração”. A emissora se responsabilizaria pela execução do projeto, assumindo a direção, manutenção financeira e responsabilidade pelo funcionamento das estações. Ainda, segundo o projeto pensado pela emissora, a manutenção financeira se daria a partir de duas fontes de receita: anúncios intercalados no boletim e a requisição de uma quota mensal dos municípios beneficiados, discriminando os valores, de acordo com o orçamento municipal. Por sua vez, quanto ao formato e conteúdo do serviço de rádio consistiria em massificar, diariamente, para todo o Estado as notícias publicadas no “DIÁRIO DO ESTADO”, com estudo prévio de pauta<sup>322</sup>.

Esse mesmo órgão de imprensa oficial do Governo do Estado publicou um artigo do músico Ulisses Nobre, no dia 26 de junho de 1933, onde podemos observar como alguns intelectuais na capital paraense acompanhavam essa aproximação, esse projeto conjunto da emissora com a política do período. O músico chamou a atenção para o fato da emissora, espécie de símbolo de “progredimento da cidade”, estar recebendo o apoio e as “atenções” do Major Magalhães Barata e do prefeito Abelardo Condurú, a fim de “amparar patrioticamente os empreendimentos que sejam em bem do Pará.”<sup>323</sup>.

---

<sup>321</sup> Ofício de 12 março de 1933, assinado pelo presidente da Rádio Clube do Pará, Victor Engelhard, endereçada ao “Exmo. Snr. Major Interventor Federal no Estado do Pará”. Secretaria de Governo, Série: Ofícios (Clubes), Caixa: 182. Acervo: Arquivo Público do Estado do Pará.

<sup>322</sup> *Ibidem*

<sup>323</sup> *Diário do Estado*, suplemento “Rádio Clube do Pará”, 26 de junho de 1933.

Na verdade, o que Ulisses chamou de “apoio” ou “atenções” do interventor e do prefeito de Belém ao projeto de radiodifusão no Estado, representava um envolvimento sério com o plano de integrar uma parte significativa da Amazônia pelas ondas do rádio <sup>324</sup>. A importação de equipamentos para as estações e alto-falantes a serem instalados nos municípios do Estado <sup>325</sup>, diretamente da “América do Norte” <sup>326</sup>, despacho de passagens para transportes de pessoal e material para as localidades do interior <sup>327</sup>, pagamento de saques por aquisição de material de rádio adquirido em oficinas especializadas <sup>328</sup> e intermédio junto ao Ministério da Fazenda solicitando a isenção fiscal do material de rádio importado e retido na alfândega <sup>329</sup>. Para todos esses casos, havia um responsável que se reportava, às vezes, quase que semanalmente ao interventor, prestando informações sobre o encaminhamento do projeto: era Roberto Camelier, nomeado pelo interventor como o “construtor” e, depois, “encarregado das estações do Estado e dos municípios” <sup>330</sup>.

Esse projeto tinha o seu patrocinador “público”, o seu “construtor”, uma estação de ondas curtas, um *broadcasting* que era o Rádio Clube do Pará, mas faltava uma imagem, um símbolo que comunicasse, ao mesmo tempo, essa “nova fase” da emissora e o referido projeto em andamento. Essa imagem foi divulgada na nova “marca” e prefixo da emissora:

---

<sup>324</sup> O propósito de expandir as ondas do rádio para além dos perímetros urbanos onde surgiram as emissoras e, principalmente organizar uma programação para populações de áreas rurais foi verificado em diversos contextos nacionais. Na Austrália, por exemplo, foi organizado um sistema de radiodifusão rural com programas que tiveram uma longevidade e representatividade entre os ouvintes. A respeito disso, ver Black, Jenny. *The country's finest hour : fifty years of rural broadcasting in Australia*. Sydney: ABC Books for the Australian Broadcasting Corp., 1995.

<sup>325</sup> Ofício de 16 de novembro de 1933, Secretaria de Governo, Assunto: “Serviço de rádio-difusão no Estado”, Série: Ofícios, Caixa: 182. Acervo: Arquivo Público do Estado do Pará.

<sup>326</sup> *A Folha do Norte*, 26 de julho de 1933, p.5.

<sup>327</sup> Ofício de 02 de julho de 1934, assinado por Roberto Camelier e dirigido ao Interventor Magalhães Barata. Série: Ofícios, Caixa: 218. Acervo: Arquivo Público do Estado do Pará.

<sup>328</sup> Ofício de 01 de julho de 1934, assinado por Roberto Camelier e dirigido ao Interventor Magalhães Barata. Série: Ofícios, Caixa: 218. Acervo: Arquivo Público do Estado do Pará.

<sup>329</sup> Ofício de 27 de maio de 1934, assinado por Roberto Camelier e dirigido ao Interventor Magalhães Barata. Série: Ofícios, Caixa: 218. Acervo: Arquivo Público do Estado do Pará.

<sup>330</sup> Ofício de 16 de novembro de 1933, Secretaria de Governo, Assunto: “Serviço de rádio-difusão no Estado”, Série: Ofícios, Caixa: 182. Acervo: Arquivo Público do Estado do Pará. Sobre os municípios “integrados” no projeto de radiodifusão, encontrei nesta documentação a listagem de alguns: “Abaeté, Almerin, Alenquer, Altamira, Arary, Bragança, Breves, Cameté, Castanhal, João Pessoa, Muaná, Marabá, Óbidos, Soure, Santarém, Siqueira Campos, Gurupá, Igarapé Miri, Marapanin, Maracanã, Macapá, Monte Alegre, São Domingos do Capim, São Miguel do Guamá, Santo Antônio de Aruans...”.



FIGURA 17 – Espécie de “logomarca” da emissora com o seu novo prefixo “PRC-5”. A simbologia desse prefixo penetrou no imaginário dos ouvintes da rádio que, até hoje, ela é, assim, reconhecida e chamada principalmente no interior do Estado.  
Acervo: Arquivo Público do Estado do Pará (Documentos de Governo: Ofícios)

O novo símbolo da radiodifusão na Amazônia era o alto-falante com o seu poder de massificação e integração. Era por meio deste, instalados em praças públicas de Belém e de várias cidades do interior paraense e, mesmo de “estados vizinhos”<sup>331</sup>, que se poderia ouvir “A voz do Pará”, através dos sinais de uma estação de ondas curtas, irradiando “informações oficiais, as de ordem financeira e comercial como também as de interesse geral e de cunho cultural”<sup>332</sup>.

Por conseguinte, outro objetivo que fazia convergir tanto os interesses dos diretores da emissora, quanto os do interventor Magalhães Barata era enxergar os novos meios de comunicação modernos como instrumento pedagógico para “ilustrar” as massas. Antes disso, o governo de Magalhães Barata já tinha dado sinais da conformação de uma política cultural para o Estado, apoiando instituições científicas e

<sup>331</sup> Ofício de 12 de março de 1935, assinado por Roberto Camelier e dirigido ao Interventor Magalhães Barata. Série: Ofícios, Caixa: 218. Acervo: Arquivo Público do Estado do Pará.

<sup>332</sup> Ofício de 16 de novembro de 1933, Secretaria de Governo, Assunto: “Serviço de rádio-difusão no Estado”, Série: Ofícios, Caixa: 182. Acervo: Arquivo Público do Estado do Pará.

de pesquisa <sup>333</sup>, divulgando reformas de alguns estabelecimentos de ensino, em Belém, e trazendo crianças e jovens interioranos para estudarem em colégios no regime de internato <sup>334</sup>. Exemplo disso, como aludiu Aldrin Figueiredo, foi quando “Barata tornou o Museu (Emílio Goeldi), juntamente com o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, uma das principais vitrines intelectuais da Amazônia” <sup>335</sup>. Mais tarde, em 1932, procurou introduzir o cinema educativo nos estabelecimentos de ensino: “... pois é intenção do governador estabelecer nos nossos estabelecimentos de ensino o cinema educativo que já se faz em Minas e São Paulo” <sup>336</sup>. Do cinema educativo para o rádio pedagógico e ilustrado era um caminho em direção de uma política cultural destinada ao público que mais lhe interessava: o “suburbano”, o “caboclo” amazônico do interior paraense, compreendidos, em sua maioria, como uma população de analfabetos. Enquanto o cinema educativo estaria restrito a alguns estabelecimentos de ensino da capital do Pará, o rádio pedagógico era instrumento de massificação para a fronteira de outros municípios do Estado. Ambos, porém, estavam inseridos dentro das ações governamentais do pós-1930, onde se procurava viabilizar o “projeto de um ‘Brasil moderno’”. O cinema e o rádio evocavam, simultaneamente, modernidade, um nacionalismo militante e uma política cultural que tinha em vários intelectuais, os seus artífices e idealizadores. Aldrin Figueiredo enfatizou esse novo momento, quando “no Pará, muitos literatos, escritores, profissionais liberais e burocratas afeitos às letras e artes embarcaram nos planos nacionalistas do interventor” <sup>337</sup>. O próprio significado da “Revolução” de 1930 era sintomático para uma geração de intelectuais que passaram a enxergar nela um sentido profundo de transformação, tanto que, como bem lembrou Figueiredo, “muitos intelectuais associados às vanguardas literárias viram na revolução um caminho de mudanças profundas nos rumos da República” <sup>338</sup>. Parte desses intelectuais paraenses, reunidos em gazetas como *O Estado do Pará* e o semanário *A Semana*, não apenas passaram a defender a “nova” realidade política representada no Estado por Magalhães Barata, quanto sentiram a oportunidade real de integrarem esse

---

<sup>333</sup> FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Parque da cidade, Museu da Nação: nacionalismo, modernismo e instituições científicas na Amazônia, 1930-1945. In: FAULLHABER, Priscila & TOLEDO, Pedro Mann de. (orgs.). *Conhecimento e fronteira: história da Ciência na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira, 2001.

<sup>334</sup> Depoimento de Idália de Lima Bastos, coletado em maio de 2000.

<sup>335</sup> FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. op. cit. p. 183.

<sup>336</sup> Ofício de 21 de dezembro de 1932, assinado pelo Interventor Federal no Estado do Pará, Magalhães Barata, sendo endereçado à Sociedade Cine-educativa Brasil LTDA. (Rio de Janeiro). Série: Ofícios, Caixa: 182. Acervo: Arquivo Público do Estado do Pará.

<sup>337</sup> FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. op. cit. p. 183.

<sup>338</sup> *Ibidem*, p. 184.

projeto de construção do “Brasil moderno”, espécie de “novo descobrimento do Brasil”<sup>339</sup>, assumindo cargos de chefia e direção dentro do governo. O projeto de integração da “planície” amazônica, consubstanciada por inúmeros municípios interioranos do território paraense e, de alguns estados vizinhos, com a capital do Estado por intermédio das ondas do rádio, era o passo fundamental no entendimento não só do interventor do Pará, mas também dos intelectuais, imbuídos de informar e “ilustrar” os moradores da “planície” como da própria emissora Rádio Clube do Pará, do processo de construção de uma “Amazônia moderna”, “unificada” pela tecnologia aos destinos de um “Brasil Novo”, de uma nação em marcha para o Oeste, para a intervenção e assistência aos espaços “vazios” desse enorme espaço, no caminho do “progresso”<sup>340</sup>, pois não seria assim que caminha a modernidade? Contudo, todo esse vislumbre, toda essa continuidade precisava, redundantemente, da permanência de Magalhães Barata no poder. A eleição aproximava-se e com ela vários futuros em jogo, o epílogo de um projeto, de uma fase do rádio paraense estava chegando...

---

<sup>339</sup> GOMES, Angela Maria de Castro. O redescobrimento do Brasil. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi, et alli. *Estado Novo – ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, pp. 109-23.

<sup>340</sup> ANDRADE, Rômulo de Paula. “Conquistar a terra, dominar a água e sujeitar a floresta”: Getúlio Vargas e a revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia (1940-1941). *Boletim do Museu Paraense. Emílio Goeldi. Ciências. Humanas*, Belém, v. 5, n. 2, p. 453-468, maio-ago. 2010.

## *Epílogo.*

### *Virando o dial? A Voz do Pará sem Magalhães Barata*

No dia 12 março de 1935 chegou às mãos do Major Magalhães Barata, até aquele momento, interventor federal no Estado e, certo de ser eleito, nos próximos dias, Governador Constitucional do Pará, um documento expedido pela Rádio Clube do Pará e assinado pelo seu diretor técnico, Roberto Camelier. Pelo que leu o major interventor, não apenas gostou como viu se desenhar a oportunidade de celebrar o seu mais importante triunfo político com a população paraense: a sua eleição pela Assembléia Constituinte como Governador do Estado.

A mensagem do ofício comunicava que o projeto de rádio no Estado, “A voz do Pará”, investimento que tomou as atenções do interventor por quase três anos, estava pronto para aquele momento triunfal de Barata. A engenharia de funcionamento, o alcance dos sinais, a área de cobertura atingida e o pessoal mobilizado, enfim, estava pronto para realizar a transmissão do grande evento político esperado, ou seja, segundo palavras do próprio Roberto Camelier, “fazer a irradiação, da Assembléia Constituinte do Estado, das sessões de eleição e posse de V. Excia. ao governo constitucional do Estado”<sup>341</sup>. As palavras de Camelier, mais que um recurso bajulatório, indicava a certeza da vitória eminente representada pela continuidade de Magalhães Barata no comando político do Estado do Pará. Essa continuidade política, por sua vez, também era não só desejada como considerada indispensável para a sobrevivência, continuidade e trajetória da rádio.

Estava tudo pronto, “aparelhado” para massificar o evento político para uma população que já se acostumara e demonstrava interesse pela audição radiofônica: “A voz do Pará, cujas irradiações vêm despertando cada dia maior interesse no interior deste Estado e nos Estados vizinhos”. Magalhães Barata tinha, agora, a oportunidade de apresentar a sua imagem pelas ondas do rádio como a de um político vencedor. Os ouvintes das “cidades longínquas” teriam o privilégio de “assistir, como se estivessem nas galerias, esses acontecimentos notáveis da vida do Estado”<sup>342</sup>. O interiorano ou mesmo, moradores de Belém, poderiam depois dizer: “eu vi no rádio”.

---

<sup>341</sup> Ofício de 12 de março de 1935, assinado por Roberto Camelier e dirigido ao Interventor Magalhães Barata. Série: Ofícios, Caixa: 218. Acervo: Arquivo Público do Estado do Pará.

<sup>342</sup> *Ibidem*

Se o projeto político da radiodifusão estava pronto a servir ao interventor, parecia que o mesmo se daria com o projeto político de sua eleição na Assembléia Constituinte, no dia 4 de abril de 1935. A maior bancada era do Partido Liberal, liderada por Abel e Mário Chermont, além do próprio Magalhães Barata, com 21 deputados e pronta para elegê-lo como governador do Estado e mais dois senadores que seriam Abel e Mário Chermont. A oposição política, agremiada na Frente Única Paraense, não tinha chance nenhuma com apenas os seus nove deputados: era uma eleição sem surpresas ou pelo menos, esperava-se que fosse assim. Entretanto, na madrugada do grande dia o imprevisível se fez, a população recebeu como uma “bomba” a notícia de que “nove deputados do Partido Liberal, mais os irmãos Chermont e os deputados da Frente Única Paraense asilaram-se no quartel-general do Exército”<sup>343</sup>, tendo elaborado outra chapa: Mário Chermont para o Governo do Estado e Abel Chermont, além de Abelardo Condurú como senadores. Diante da falta de quorum na Assembléia para a eleição, o Partido Liberal convocou os suplentes, instalou a Assembléia e elegeu Magalhães Barata, “dando-lhe imediatamente posse”. Por outro lado, os deputados asilados, “amparados pela Justiça Eleitoral”, foram escoltados, no dia seguinte, até ao Palácio da Prefeitura, onde funcionava a Assembléia, para “instalarem também a Constituinte”<sup>344</sup>. Ao se aproximarem do Palácio houve reação violenta de “populares”, tiroteio e agressões, levando, dias depois, Getúlio Vargas a nomear um interventor para o Estado, tentando resolver a celeuma política entre o grupo dos Chermont e o de Barata: o resultado político final foi uma terceira escolha: a indicação de José Carneiro da Gama Malcher como governador do Estado.

Assim, com a eleição e posse de José Malcher em 28 de abril pela Assembléia Constituinte, o ex-interventor resolveu se ausentar, viajando para o Rio de Janeiro, em 14 de novembro de 1935, entrando num período de “ostracismo” na política paraense até retornar ao poder em 1942<sup>345</sup>.

O inesperado fracasso de Magalhães Barata para continuar no poder e a sua saída do Estado, passando a viver um “ostracismo” em relação à política paraense, representou a falência e o desfecho de alguns projetos que o seu governo implementara, entre eles, o projeto de radiodifusão no Estado. Sem o apoio político e financeiro de

---

<sup>343</sup> ROCQUE, Carlos. 1999, p. 282.

<sup>344</sup> Ibidem

<sup>345</sup> Ibidem, p. 353.

Barata, como seria o futuro da emissora? Qual seria a postura do governador Malcher sobre o projeto de radiodifusão?

Observando o número de ofícios tramitados entre a emissora e o governador José Malcher, entre o final do ano de 1935 até 1937, foi encontrado apenas um único documento oficial, demonstrando uma mudança nas relações entre a rádio e o poder político local. Nesse único ofício, encontramos uma mensagem que corrobora essa argumentação: um dos diretores da emissora, o músico Wandick Amanajás, enviou ao Secretário Geral de Estado, no dia 21 de agosto de 1936, informando o seguinte:

“Cabe-nos informa-vos, em resposta ao vosso ofício desta data que, efetivamente, estão depositados na sede desta sociedade dois conjugados eletrogeneos, para estação radio-telegraphica, de propriedade do Estado. Um desses conjugados está necessitado de reparo, já tendo sido utilizado pelo chefe do governo anterior; o outro ainda não foi utilizado. Ambos destinavam-se as estações radio-telegrphicas que o governo pretendia montar nos municípios do interior, o que deixou de ser feito por falta de verba orçamentária. Como o restante material dessas estações tenha sido entregue à estação da Polícia Civil, taes conjugados não são necessários aos serviços do Estado.”<sup>346</sup>

Ao observar de contexto esse comunicado expedido pela diretoria da rádio, alguns significados podem aparecer por entre os pormenores. Primeiramente, nota-se a preocupação do autor em discriminar sobre uso, gerência e propriedade do material de rádio (eletrogeneos), tentando dissipar dúvidas sobre possíveis acusações de apropriação indevida de patrimônio do Estado; em segundo lugar, fez questão de justificar a paralisação das estações radiotelegráficas no interior do Estado, unicamente, por razões orçamentárias públicas (governo anterior), eximindo-se de qualquer responsabilidade; em terceiro, ao lado do projeto de radiodifusão que estava em funcionamento, o governo anterior (Magalhães Barata) pretendia desenvolver um projeto paralelo de comunicação radiotelegráfica para todo o Estado e, finalmente, ao informar que durante o governo atual (José Malcher) esse material foi levado para a estação da Polícia Civil, deixou transparecer que o novo governador não encampou o projeto de comunicação a longa distância no Estado, planejado e desenvolvido no governo do seu antecessor. Outro aspecto a ser observado foi o tom de justificativas recorrentes, ausência de termos elogiosos ou de “agradecimento” e transparecendo, implicitamente, um “afastamento”

---

<sup>346</sup> Ofício de 21 de agosto de 1936, assinado por Wandick Amanajás e dirigido ao Secretário Geral do Estado. Série: Ofícios, Caixa: 238. Acervo: Arquivo Público do Estado do Pará.

de interesses entre a outrora parceira Rádio Clube do Pará e o novo governante do Estado.

O leitor deve estar lembrado quando ao iniciar este epílogo, procurei ilustrar o entusiasmo de Roberto Camelier sobre o futuro que se avizinhava? Das suas palavras de envolvimento com Magalhães Barata? Quanta diferença entre a postura e expectativas expostas pelo diretor técnico e, um ano depois, pelo músico e intelectual, investido de diretor de programas ou artístico da emissora? Essas diferenças de atitudes e expressões entre Roberto Camelier e Wandick Amanajás eram o sinal de um tempo de incertezas, de temores. A queda de Barata e de seu projeto político poderia ser encarada como augúrios de um futuro incerto para a emissora. Temia-se o silêncio da rádio, a possibilidade dos paraenses, diante de um provável término das transmissões, terem que virar o dial do seu aparelho de rádio para escutar outra estação, por exemplo, a Rádio Clube de Pernambuco. Logo, sem Barata no Governo, terminou o apoio político e financeiro, indispensáveis, nesses anos, para a continuidade da radiodifusão e da própria Rádio Clube do Pará. A propaganda comercial era diminuta e inviabilizou por alguns anos, a possibilidade de se transformar numa rádio comercial. A Rádio Clube do Pará resolveu apostar que a sua expansão, massificação viria pelo viés político. Não continuou e a emissora, no ano seguinte, anunciava que faria a sua última irradiação para o povo do Pará<sup>347</sup>. Ela estava fechando por falta de recursos e perspectivas. Sem o recurso da política<sup>348</sup>, sem o investimento do capital, foi o social, a população que se mobilizou numa campanha para manter a rádio funcionando. Esse movimento arregimentou inclusive os comerciantes e donos de firmas, num propósito de não deixar que a única emissora de rádio do Pará e, mesmo da Amazônia, ficasse no silêncio obrigatório, no silêncio que poderia ser definitivo.

A “voz que fala e canta para a planície” continuou... E, desde então, transformou-se num dos maiores símbolos afetivos da cidade de Belém do Pará e de

---

<sup>347</sup> Segundo Ruth Vieira e Fátima Gonçalves, uma determinação do Ministério da Viação e Obras Públicas sentiu-se obrigado a disciplinar o funcionamento das estações de rádio, baixando uma portaria exigindo uma potência mínima de 1000 watts, sendo que o da Rádio Clube do Pará alcançava no máximo 400 watts. Diante disso, “Edgar Proença, Roberto Camelier e Eriberto Pio, mandaram buscar mais equipamentos eletrônicos junto à Sociedade Técnica Paulista, apostando que à hora da encomenda chegar teriam conseguido o dinheiro para o pagamento. Não deu certo. Edgar Proença redigiu uma nota oficial comunicando o fechamento da emissora, porém, para surpresa de todos, houve uma comoção geral na cidade e a população fez uma campanha espontânea de arrecadação.”. Ver VIEIRA, Ruth & GONÇALVES, Fátima. p. 48.

<sup>348</sup> *Ibidem*. Segundo as autoras, a mobilização pela continuidade da rádio atingiu “até o prefeito Abelardo Condurú e o governador José da Gama Malcher”.

várias localidades do *hinterland* amazônico, informando, seduzindo, “criando” sonhos em diferentes gerações de ouvintes.

## BIBLIOGRAFIA E FONTES

ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALBERT, Pierre & TUDESQ, Andre-Jean. *Historia de La Radio y la Television*, Fondo de Cultura Econômica, México, 1ª Edição em espanhol, 1982.

ALLARD, Thomas James. *Straight up : private broadcasting in Canada, 1918-1958*. Ottawa : Canadian Communications Foundation, 1979.

ANDRADE, Rômulo de Paula. “Conquistar a terra, dominar a água e sujeitar a floresta”: Getúlio Vargas e a revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia (1940-1941). *Boletim do Museu Paraense. Emílio Goeldi. Ciências. Humanas*, Belém, v. 5, n. 2, p. 453-468, maio-ago. 2010.

AZEVEDO, Lia Calabre de. *No tempo do rádio: radiodifusão e cotidiano no Brasil. 1923-1960*. Niterói, UFF, 2002. Tese de doutorado em história.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque. *Revista Estudos Históricos, Mídia*, n. 31, 2003/1

\_\_\_\_\_. O historiador e o rádio: relações em questão. *In: Rádio e mídia sonora*, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

BACHELARD, Gaston. *A Água e os sonhos. Ensaio sobre a imaginação da matéria*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BARROS, Manuel Guiães de. *Ah! Essa gente de rádio e televisão...*, Belém-Pará: Editora Falângola, 1980.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política. Obras escolhida I.*. SP:editora Brasiliense, 1994.

BLACK, Jenny. *The country's finest hour : fifty years of rural broadcasting in Australia*. Sydney : ABC Books for the Australian Broadcasting Corp., 1995.

- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*, São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BRIGGS, Asa & BURKE, Peter. *Uma História Social da Mídia: de Gutemberg à Internet*. 2.ed. ver. e amp. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006
- BURROWS, Arthur Richard. *The history of broadcasting*. London: Cassell and Co., 1924.
- CÂMARA, Renato Phaelante da. *Fragmentos da história do Rádio Clube de Pernambuco*. Recife: CEPE, 2ª edição, 1998
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas Híbridas*. 2ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1998. (Ensaio Latino-Americanos)
- CANDIDO, Antonio. A Revolução de 1930 e a cultura In: *Educação pela noite e outros ensaios*. SP: Ática, 1989.
- CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2ª ed., 2009.
- CHARLOT, Monica e MARX, Roland. *Londres, 1851-1901: a era vitoriana ou o triunfo as desigualdades*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- COELHO, Marinilce Oliveira. *O grupo dos novos: memórias literárias de Belém do Pará*. Belém: Editora da UFPa, 2005 e também OLIVEIRA, 1990.
- CRUZ, Leonam. *Chão sem asfalto*. CEJUP : Pará.
- DÂNGELO, Newton, *Escolas sem professores: o rádio educativo nas décadas de 1920/40*. São Paulo: PUC. Dissertação (Mestrado em História), 1994.
- DEAN, Warren. *A luta pela Borracha: um estudo de história ecológica*. . São Paulo, Ed. Livraria Nobel S.A. 1989.
- DIAS, Robert Madeiro. *Em águas e lendas da Amazônia: os outros brasis de Waldemar Henrique e Mário de Andrade (1922-1937)*, Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2009.

DURAND, Gilbert. *As Estruturas Antropológicas do Imaginário. Introdução à Arquetipologia Geral*. Lisboa: Presença, 1989.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *A cidade dos encantados: pajelança e natureza na Amazônia, 1870 -1950*. 1996. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1996.

\_\_\_\_\_. *Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929*. 2001. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

\_\_\_\_\_. Memórias cartaginesas: modernismo, antiguidade clássica e a historiografia da Independência do Brasil na Amazônia, 1823-1923. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 22, nº 43, janeiro-junho de 2009.

\_\_\_\_\_. Parque da cidade, Museu da Nação: nacionalismo, modernismo e instituições científicas na Amazônia, 1930-1945. In: FAULLHABER, Priscila & TOLEDO, Pedro Mann de. (orgs.). *Conhecimento e fronteira: história da Ciência na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira, 2001.

FILHO, Manuel Alves. O Brasil “inventado” por Varnhagen. *Jornal da Unicamp*, Campinas, 28 de setembro a 4 de outubro de 2009.

FREDERICO, Celso. Brecht e a “Teoria do Rádio”. *Estudos Avançados*, v. 21, n.º 60, São Paulo, Mai – Ago, 2007.

GAUDÊNCIO, Itamar Rogério Pereira. *Diversão, rivalidade e política: O Re x Pa nos festivais futebolísticos em Belém do Pará, 1905-1950*. (Dissertação de Mestrado), Biblioteca de Pós-Graduação de IFCH/UFPA, Belém-PA, 2007.

GOMES, Angela Maria de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. 1ª Ed. Rio de Janeiro. FGV. Siciliano. 1995.

GOMES, Angela Maria de Castro. O redescobrimento do Brasil. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi, et alli. *Estado Novo – ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GURGUEIRA, Fernando Limongeli. *Integração Nacional pelas ondas: o rádio no Estado Novo*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2009.

GUTEMBERG, Armando Diniz Guerra. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, v.13, nº3, pp. 411-414, 1996, do livro de COSTA, FRANCISCO de A. *Grande capital e agricultura na Amazônia; a experiência Ford no Tapajós*. Belém: Editora Universitária da UFPA, 1993.

HAUSER, Arnold. "A era do filme". In: VELHO, Gilberto (org.). *Sociologia da Arte: textos básicos de ciências sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

HAUSSEN, Dóris Fagundes. *Rádio e Política: tempos de Vargas e Perón*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2ª edição, 2001

HOBBSAWM, Eric e RANGER, T. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. *Era dos Extremos*. São Paulo Cia. Das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *Sobre história*. São Paulo Companhia das Letras, 1998.

INGLIS, Andrew F. *Behind the tube: a history of broadcasting technology and business*, Boston: Focal Press, 1990.

LEAL, Laurindo. *Vozes de Londres: memórias brasileiras da BBC*. São Paulo: EDUSP, 2008.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LEMOS, Chélen Fischer de. *Manaus Iluminada pela borracha: mudança tecnológica e modernização urbana no final do século XIX e início do século XX*, IPPUR/UFRJ-Laboratório ETTERN.

LENHARO, Alcir. *Cantores do Rádio: a trajetória de Nora Ney e Jorge Goulart e o meio artístico de seu tempo*. Campinas, São Paulo, Ed. da UNICAMP, 1995.

\_\_\_\_\_, *A Sacralização da Política*. Campinas: Papyrus, 1986.

LÉVI-STRAUSS, Claude. “Amazônia” [1955]. In: *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio*. Caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”, São Paulo: EDUC, 1998.

\_\_\_\_\_, Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, p. 127-144, 2001.

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações: Comunicação, cultura e hegemonia*. RJ: Editora UFRJ. 2º edição.

MENDES, Armando Dias. *A Cidade Transitiva: rascunho de recordância e recorte de saudade da Belém do meio do século*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1998. (Série Memória Paraense, 2 v.).

MICHELET, Jules. *O povo*. [Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza]. São Paulo: Martins Fontes, 1ª edição brasileira: 1988.

MORAES, José Vinci de. *Metrópole em sinfonia: história, cultura e música popular na São Paulo dos anos 30*, 1ª Ed. SP. Estação Liberdade. 2000

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira*. São Paulo: Ática, 1994.

NASH, Knowlton. *Swashbucklers: The Story of Broadcasters Battling Canadá*. Toronto: M&S, 2001.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. N.10, - História e Cultura – PUC/São Paulo: EDUC, 1993. p 7-28.

NUNES, Márcia Vidal. *Mídia e eleições: o rádio como arma política*, Comunicação & Política, n.s., v.IX, n.1.

OLIVEIRA, Alfredo. *Ritmos e Cantares*. Belém: SECULT, 2000.

OLIVEIRA, Érito Vânio Bastos de. *Imagens sonoras: o universo sensível e imaginário do rádio na Amazônia, 1928-1940*. *Revista história e história*, seção: Alunos, UNICAMP, 25 de maio de 2010.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi et alii. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (org.) *Elite intelectual e debate político nos anos 30: uma bibliografia comentada da Revolução de 1930*. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

OLIVEIRA, Luiz André Ferreira de. *Getúlio Vargas e o desenvolvimento do rádio no país: um estudo do rádio de 1930 a 1945*. Dissertação de Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais: CPDOC, Rio de Janeiro, 2006.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: Cultura Brasileira e Indústria Cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PANDOLFI, Dulce Chaves. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In: GOMES, Angela Maria de Castro. (org.) *Regionalismo e Centralização Política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo*. São Paulo, Ed. BOITEMPO, Coleção Mundos do Trabalho, 2ª edição, 2007.

RANKE, Leopold Von. As grandes potências. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História*. [tradução de Trude Von Laschan Solstein]. São Paulo: Ática, 1979

RIBEIRO, José. *Sobre os mosaicos do inferno*, Ed. Irmãos Pongetti: Rio de Janeiro, 1933.

ROCQUE, Carlos. *Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político*, SECULT-PA, 1999.

\_\_\_\_\_. *Depoimentos para a História Política do Pará*. Belém: Mitograph, 1981.

RONCAYOLO, Marcel. “Transfigurações noturnas da cidade: o império das luzes artificiais”. *Projeto História*, nº 18 (1999)

SADER, Emir & JINKINGS, Ivana. (cord.) *Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe: verbete Amazônia*. UERJ: LPP, ALPAC (Associação Latino-americana de Pesquisa e Ação Cultural), ed. Boitempo, 2007.

SALLES, Vicente. *Música e Músicos do Pará*. Belém: Secult/Seduc/Amu-Pa, 2007.

\_\_\_\_\_. *A Modinha no Grão-Pará: estudos sobre ambientação e (re)criação da Modinha no Grão-Pará*. Belém: Secult/IAP/AATP, 2005.

SAROLDI, Luiz Carlos & MOREIRA, Sônia Virgínia. 1984. *Rádio Nacional: o Brasil em sintonia*. Rio de Janeiro, Funarte.

SCHAFER, Raymond Murray. *A afinação do mundo: Uma exploração pioneira pela história passada e pelo atual estado do mais negligenciado aspecto do nosso ambiente: a paisagem sonora*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

SCHWARTTZMAN, Simon. et alli. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: FGV, 2000.

TAVERNAD, Antônio. Pássaro Desconhecido. Reproduzido pela revista *Asas da Palavra*, revista de graduação em letras: UNAMA, Belém, vol. 4, nº 9, outubro de 1998.

TETÚ, Jean-François. La rádio, um média délaissé. *Institut d'études politiques (IEP), Lyon*. Université Lumière Lyon.

TOTA, Antônio Pedro. 1990. *Locomotiva no ar: Rádio e modernidade em São Paulo – 1924-1934*. São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura/PW.

VERIANO, Pedro. *Fazendo Fitas*. Belém: EDUFPA, 2006

VIEIRA, Ruth e GONÇALVES, Fátima. *Ligo o rádio pra sonhar: a história do rádio no Pará*. Belém, Prefeitura Municipal de Belém, 2003.

WILLIAMS, Raymond. A Fração *Bloomsbury*. In *Plural*, São Paulo, Sociologia - USP, 6, 1 sem. 1999.

\_\_\_\_\_. *Cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

WISNIK, José Miguel. Getúlio da paixão cearense (Villa-Lobos e o Estado Novo). In. WISNIK, José Miguel e SQUEFF, Enio. *Música*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. (O nacional e o popular na cultura brasileira).

**Jornais (números e anos diversos)**

*A Crítica*, Belém.

*A Palavra*, Belém.

*A Província do Pará*, Belém.

*A Vanguarda*, Belém.

*Caderno TV Cultura*, Belém

*Diário do Norte*, São Luis.

*Folha do Norte*, Belém.

*O Diário do Estado*, Belém.

*O Estado do Pará*, Belém.

*O Liberal*, Belém.

*Jornal Relâmpago*, Belém.

*Jornal da TV Cultura*, Belém.

**REVISTAS (números e anos diversos)**

*A Semana*, Belém.

*Asas da Palavra*, Belém

*Belém Nova*, Belém.

*Guajarina*, Belém.

*Pará Ilustrado*, Belém.

## **DOCUMENTOS OFICIAIS (Ofícios de Associações, Clubes e Correios e Telégrafos)**

*Documentação sobre o Telégrafo no Pará:*

Ano: 1904, 1911 e 1920, Série: Ofícios (Correios e Telégrafos), Caixa: 144

*Documentação sobre a Estrada de Ferro de Bragança:*

Ano: 1926, Série: Ofícios, Caixa: 163.

*Documentação sobre o Rádio Clube do Pará:*

Ano: 1930, 1931, 1932, 1933, Série: Ofícios (Associações e Clubes), Caixa: 182

Ano: 1934, 1935, Série: Ofícios (Associações e Clubes), Caixa: 218

Ano: 1936, 1937, Série: Ofícios (Associações e Clubes), Caixa: 238

## **DEPOIMENTOS**

Depoimento de Edgar Augusto, Belém, abril de 2000.

Depoimento de Advaldo Castro, Belém, maio de 2000.

Depoimento de Idália de Lima Bastos, Belém, maio de 2002.